

Junho 2020

Extractos da
imprensa Angolana
sobre questões sociais
e de desenvolvimento

CEDOC Development Workshop - Angola

DW CEDOC

Centro de Documentação e Informação
Development Workshop
Luanda - Angola



DEVELOPMENT WORKSHOP CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO

O Extracto de notícias é um serviço do Centro de Documentação da DW (CEDOC) situado nas instalações da DW em Luanda. O Centro foi criado em Janeiro de 2001 com o objectivo de facilitar a recolha, armazenamento, acesso e disseminação de informação sobre desenvolvimento socio-económico do País.

Através da monitoria dos projectos da DW, estudos, pesquisas e outras formas de recolha de informação, o Centro armazena uma quantidade considerável de documentos entre relatórios, artigos, mapas e livros. A informação é arquivada física e eletronicamente, e está disponível para consulta para as entidades interessadas. Além da recolha e armazenamento de informação, o Centro tem a missão da disseminação de informação por vários meios. Um dos produtos principais do Centro é o Extracto de notícias. Este monitora a imprensa nacional e extrai artigos de interesse para os leitores com actividades de interesse no âmbito do desenvolvimento do País. O jornal traz artigos categorizados nos seguintes grupos principais.

1. [Redução da Pobreza e Economia](#)
2. [Microfinanças](#)
3. [Mercado Informal](#)
4. [OGE investimentos públicos e transparência](#)
5. [Governança descentralização e cidadania](#)
6. [Urbanismo e habitação](#)
7. [Terra](#)
8. [Serviços básicos](#)
9. [Género e Violência](#)
10. [Ambiente](#)
11. [Investimentos China em Angola](#)

As fontes monitoradas são:

- Jornais: Jornal de Angola, O PAÍS, Economia e Finanças, Expansão, e Novo Jornal.
- Websites: ANGOP, Angonoticias, Radio Nacional de Angola, Ibinda.
- Publicações Comunitárias como ONDAKA, Ecos do Henda, Info Sambila, Voz de Cacucaco e Jornal Vida Kilamba e Chella.

O Corpo das notícias não é alterado. Esperamos que o jornal seja informativo e útil para o seu trabalho. No âmbito de sempre melhorar os nossos serviços agradecemos comentários e sugestões.

Grato pela atenção.

Redação

Sobriano César Capitão

Conselho de Edição

Allan Cain, João Domingos e
Massomba Dominique

Editado por

Development Workshop - Angola

Endereço

Rua Rei Katyavala 113,
C. P. 3360, Luanda — Angola

Telefone +(244 2) 448371 / 77 / 66

Email: cedoc.dwang@angonet.org

Com apoio de

Development Workshop
OXFAM Novib
Fundação Bill & Melinda Gates
International Development Research Centre
Civil Society Challenge Fund
Norwegian & The Netherlands Embassies
European Union

Disclaimer

1. Content

DW – CEDOC provides this service solely for academic and research purposes. The articles are displayed as originally published, with reference to the source and date. DW– CEDOC does not give any guarantee for the accuracy of the transcription or its completeness.

2. References and Links

The content of the articles do not necessarily represent the views or opinions of DW-CEDOC. DW-CEDOC reserves the right to change, complete or delete part or the whole website without prior announcement.

3. References to Articles

DW-CEDOC facilitates this information library service and sets an example to mention the original source and date of the articles. If (parts of) articles are referred to in other documents, original sources should be cited.

ÍNDICE

1. REDUÇÃO DA POBREZA E ECONOMIA	6
1.1 Quatro em cada 10 cidadãos abaixo da linha de pobreza	6
1.2 Olivier Lamberg: “Angola tem três desafios para combater a pobreza”	7
1.3 Pobreza incide em famílias com mais de sete membros	7
1.4 Só quatro em cada dez jovens angolanos têm emprego	7
1.5 Pobreza tem maior incidência em oito províncias	8
1.6 Mais de 300 mil famílias vulneráveis recebem apoio	9
1.7 Mais de cinco mil pessoas em risco de perder emprego	10
1.8 Transferências monetárias retomam em 4 municípios	11
2. MICROFINANÇAS	12
2.1 “Há uns bancos mais amigos do que outros no mercado local”	12
2.2 Poupainvest aborda sobre o peso do salário	12
2.3 Agricultura e Pescas e o sector com a maior taxa de mortalidade das empresas	13
2.4 Bancos “violam” instrutivo do BNA com cobrança de prestações de crédito	13
2.5 Número de empresas com actividade suspensa dispara mais de 7.000% para 5,9 mil	14
2.6 Taxas de juro elevadas travam o crescimento da agro-indústria	16
2.7 Crédito ao consumo em Angola só com uma taxa à volta de 40%	17
2.8 Recredit tem 1,2 biliões Kz por recuperar da carteira de" malparado comprada ao BPC	18
2.9 Empresas beneficiárias podem activar garantias	18
2.10 “Os problemas são faltas de liquidez, redução drástica da receita e encargos que são altíssimos”	19
2.11 A concessão de crédito e a actividade produtiva	22
3. MERCADO INFORMAL	23
3.1 Aumento dos preços de produtos preocupa consumidores	23
3.2 Mais de 14 mil litros apreendidos no Uíge	25
3.3 Agricultura e Pescas e o sector com a maior taxa de mortalidade das empresas	25
3.4 Número de empresas com actividade suspensa dispara mais de 7.000% para 5,9 mil	26
3.5 Taxistas ameaçam paralisar serviços na zona de Cacucuo	27
3.6 200 mil moto-taxistas sem documentação	28
3.7 Índice de captura de pescado baixou mais de 40% em 2019	29
3.8 Taxistas aguardam pela intervenção do GPL	30
3.9 Taxistas na boca do mundo	30
3.10 Às vendedoras de “quitutes” biossegurança recomenda-se	31
3.11 Moto-taxistas retomam a actividade no Zaire	31
3.12 Moto-táxis já podem" circular com excepção da província de Luanda	32
3.13 Andulo cria separadores para moto-taxistas	32
3.14 Táxis e autocarros sem meios de biossegurança serão apreendidos	33
3.15 Huíla reforça medidas de prevenção nos principais pontos de entrada	33
3.16 Vendedores serão transferidos para local com melhores condições higiénicas	34
3.17 Huíla reforça medidas de prevenção nos principais pontos de entrada	34
3.18 Vendedores serão transferidos para local com melhores condições higiénicas	35
3.19 Cinco bancos garantem 67% do financiamento ao PRODESI	36
3.20 Regulamento das sociedades de garantia de crédito	36
3.21 Mercados rejeitam notas com valor facial de 100 kwanzas	36
3.22 Talhos precários invadem periferia e centro de Luanda	37
3.23 Menores submetidos à venda ambulante	38

3.24	Carton	38
4.	OGE, INVESTIMENTOS PÚBLICOS E TRANSPARÊNCIA	39
4.1	Revisão ao OGE 2020 respira com subida do preço do barril para 40 USD	39
4.2	Administradores têm mais poderes na execução do OGE	39
4.3	Arrecadação de receitas provinciais atingem os 6,9 mil milhões de kwanzas	40
4.4	PIIM vai gastar 150 milhões de kwanzas	41
4.5	Unidades orçamentais e administradores municipais com mais dinheiro para gerir	41
4.6	Proposta de revisão do OGE 2020 chega ao Conselho de Ministros na próxima semana	42
4.7	Proposta do OGE revisto pronto para ser discutido	43
4.8	Menos 5,5 biliões de kwanzas na revisão do OGE para 2020	44
4.9	Orçamento aberto em tempos da Covid-19	44
4.10	Ministério da Economia e Planeamento lança plataforma Nacional do Desenvolvimento	45
5.	GOVERNAÇÃO, DESCENTRALIZAÇÃO E CIDADANIA	47
5.1	Auscultação social ONGs defendem modelo inclusiva e participativa	47
5.2	Administradores têm mais poderes na execução do OGE	47
5.3	Os administradores municipais e a execução do OGE	48
5.4	PIIM vai gastar 150 milhões de kwanzas	49
5.5	Unidades orçamentais e administradores municipais com mais dinheiro para gerir	49
5.6	Água e iluminação pública entre os projectos sociais que estão inscritos no PIIM	50
5.7	Constitucional prepara quadros para as autarquias	50
6.	URBANISMO E HABITAÇÃO	52
6.1	Luanda desce 89 posições no que toca ao custo de vida	52
6.2	Mil e uma dificuldades afogam o Distrito do Rangel	52
6.3	Assimetrias socio espaciais: Um olhar às cidades secundárias	54
6.4	Interferências podem «Embaraçar Joana Lina, dizem analistas	54
6.5	Levantada cerca sanitária moradores temem por discriminação	55
6.6	Executivo quer incentivar construção de casas sociais	56
6.7	Imóveis e terrenos abandonados com IPU agravado	57
6.8	Já para o ano passado estava previsto arrecadar com o IPU 41,6 mil milhões.	57
6.9	Vandalizados 25 apartamentos na centralidade do Mussungue	58
6.10	No Capari falta tudo...	59
6.11	Deputados votam a favor do imposto predial	61
6.12	MP investiga «esquemas» envolvendo funcionários do fundo Habitacional e da Imogestin	62
6.13	Património imobiliário da ENSA avaliado em 76 mil milhões de kwanzas	63
6.14	«O fundo é que tomou a iniciativa de dismantelar a rede de vendas ilegais de casa»	63
6.15	«O traspasso é uma figura que o FFH não reconhece»	64
6.16	Extinção da actividade de consultoria na área de Engenharia e Arquitectura	65
7.	TERRA	67
7.1	Imóveis e terrenos abandonados com IPU agravado	67
7.2	Administração cede terrenos no Bairro Operário	68
7.3	Conflitos de casas e terrenos	68
7.4	Governo extingue 42 institutos públicos	69
8.	SERVOÇOS BÁSICOS	71

8.1	Denunciado vandalismo na rede de distribuição	71
8.2	Habitantes do Nzeto percorrem longas distâncias em busca de água	71
8.3	Água potável chega à comuna de Kivala	72
8.4	Cerca de 80 por cento das escolas sem água para higienização das mãos	72
8.5	EPAL abastece zonas desprovidas de rede pública	73
8.6	Moradores arriscam suas vidas à procura de água	73
8.7	Moradores descontentes com preço elevado da água consumida	74
8.8	Escolas sem água e saneamento básico para o reinício das aulas	75
8.9	Moradores da Centralidade do Kilamba insatisfeitos com as facturas de água	76
8.10	Quase duas mil famílias vão ter água potável	76
8.11	Água e iluminação pública entre os projectos sociais que estão inscritos no PIIM	77
8.12	Governador da Huíla diz ser difícil colocar água em mil e 500 escolas da Huíla	77
8.13	Metade das escolas sem água canalizada	78
8.14	Ministro quer conclusão das obras em Talatona	78
8.15	Ministério da Energia garante água nas escolas do país	79
8.16	Lunda-Sul: Sistema de água potável fica concluído este ano	79
8.17	Sistema de água potável fica concluído este ano	79
8.18	EPAL avalia contadores “pré-pago” em Luanda	80
8.19	Sumbe precisa de novo sistema de captação de água	80
8.20	Água potável chega a maior número de pessoas	81
8.21	Água vai jorrar sem restrições	81
8.22	Águas "travadas"	81
8.23	Números desfavoráveis constata com optimismo do Estado	82
8.24	“Lixo suspeito” do condomínio com caso positivo é depositado na rua	83
8.25	Atrasos nos pagamentos de salário podem provocar nova greve na Elisal	84

9. GÉNERO E VIOLENCIA 85

9.1	Cortoon	85
9.2	Violência doméstica baixa nos últimos cinco meses	85

10. AMBIENTE 86

10.1	Abate de árvores cresce na região do Chitembo	86
10.2	Governo vai realojar famílias sinistradas	86
10.3	Protecção de mangais preocupa autoridades	86
10.4	A gestão sustentável do património comercial e florestal de Angola	87

11. MINEIRA 89

12. MIGRAÇÃO 89

13. INVESTIMENTOS CHINES EM ANGOLA 89

13.1	China anuncia moratória a 77 países mas ainda não fechou negociações com Angola	89
13.2	País reduz volume de carregamento de petróleo para China	90
13.3	China determinada a aprofundar amizade com África e lutar juntamente contra a Covid-19	90
13.4	China fornece 30 milhões de testes e 10.000 ventiladores/mês à África	91
13.5	China inclui dívida comercial e dá moratórias a 21,7 mil milhões USD	92
13.6	País continua a receber material da China	93
13.7	Deputada aborda pandemia com o embaixador da China	93
13.8	Chineses investem 100 milhões USD em Quilengues	94

I. REDUÇÃO DA POBREZA E ECONOMIA

I.1 Quatro em cada 10 cidadãos abaixo da linha de pobreza

Jornal de Angola
2 De Junho de 2020

Angola apresenta uma taxa de incidência da pobreza de 41 por cento, ou seja, quatro em cada dez angolanos tem um nível de consumo abaixo da linha de pobreza (12.181 kwanzas/mês, equivalente a 18,7 euros), segundo o Relatório de Pobreza para Angola 2020.

Segundo o Relatório de Pobreza para Angola 2020: Inquérito sobre Despesas e Receitas (IDR - 2018/2019), particularmente sobre a Pobreza Monetária, a pobreza em Angola é maior em oito províncias, e do total da população pobre, mais de metade (56 por cento) reside em zonas rurais.

O estudo, elaborado pelo Instituto Nacional de Estatística (INE) e concluído em Dezembro de 2019, sublinha que o índice de profundidade da pobreza no país é de dez por cento, o que representa o “défice médio do consumo por pessoa abaixo da linha de pobreza”.

De acordo com o relatório, o índice de intensidade da pobreza é de quatro por cento, “medida que reflecte a severidade da pobreza, tendo em conta a desigualdade existente entre os pobres”, onde os índices apresentam valores altos nas áreas rurais (56 por cento) do que na urbana (44 por cento).

Sobre os índices de pobreza por área de residência, o estudo observa que a pobreza é maior nas zonas rurais (57,2 por cento), quase o dobro em relação às áreas urbanas (29,8 por cento).

Em relação ao índice de profundidade, o défice de consumo é duas vezes superior nas áreas rurais 14 por cento comparativamente a sete por cento nas áreas urbanas, sendo que o índice de intensidade na área rural (6,2 por cento) é duas vezes superior comparado com a área urbana (3,3 por cento).

Quanto ao sexo, a pobreza incide maioritariamente aos homens com 40,8 e mulheres com 40,2 por cento.

O relatório Pobreza IDR assinala também que a pobreza é maior nas províncias do Cuanza-Sul,

Lunda-Sul, Huíla, Huambo, Uíge, Bié, Cunene e Moxico, “onde mais de metade da população é pobre”.

As províncias do Namibe, Benguela, Cuanza-Norte e Bengo apresentam uma incidência entre 42 e 48 por cento.

Luanda apresenta o menor índice de incidência da pobreza com 20 por cento, enquanto o Cunene e Moxico apresentam o maior índice de incidência com 62 por cento.

Cunene, Bié e Moxico são as províncias que apresentam os índices de profundidade de pobreza mais elevados, com 16 e 18 por cento, respectivamente. Os mais baixos encontram-se em Cabinda, Luanda e Lunda-Norte, com quatro por cento cada.

Segundo o relatório, a distribuição do índice de incidência é acima da média nacional nas áreas urbanas das províncias do Bié (53 por cento), Huambo (52 por cento), Lunda-Sul (49 por cento), Uíge (45 por cento), Cuanza-Norte (44 por cento) e Moxico (43 por cento).

O estudo, compulsado pela Lusa, adianta, igualmente, que os índices de pobreza mais elevados estão na população com 65 anos ou mais, com uma incidência de 43,7 por cento, profundidade de 12,7 por cento e intensidade de 5,8 por cento. Os índices mais baixos encontram-se na população com idades inferiores a 34 anos.

“O nível de escolaridade está claramente associado à situação de pobreza. Quanto mais elevado é o nível de escolaridade da população, mais baixo é o nível de pobreza. 57 por cento da população não possui nenhum nível de escolaridade e 55 por cento com o ensino primário é pobre”, lê-se no relatório. Apenas 17 por cento da população que tem o ensino secundário ou acima é pobre.

Angola vive desde finais de 2014 uma profunda crise económica, financeira e cambial provocada pela queda do preço do petróleo no mercado internacional.

1.2 Olivier Lamberg: “Angola tem três desafios para combater a pobreza”

Jornal de Angola

3 De Junho de 2020

Texto: Jaqueline Figueiredo

O representante do Banco Mundial em Angola, Olivier Lamberg, apontou a melhoria da qualidade da educação, bem como o combate à desnutrição e à gravidez precoce como três desafios que o Governo angolano deve enfrentar, se quiser acabar, de facto, com a fome e a pobreza a nível do país.

Olivier Lamberg garante que o Banco Mundial está a gizar um projecto educativo para raparigas

Olivier Lamberg, que falava sábado, no Nzeto, província do Zaire, à margem do acto central do lançamento do programa de transferências sociais monetárias “Kwenda”, que vai beneficiar 1.608.000 famílias mais vulneráveis em Angola, disse que só com pessoas bem formadas, bem nutridas e com a gravidez precoce controlada vai ser possível diversificar a economia e, por esta via, combater a fome e a pobreza.

Segundo Olivier Lamberg, o Executivo deve investir no capital humano, cujo processo passa pela melhoria dos sectores da Educação e da Saúde, bem como em termos de protecção dos mais vulneráveis.

O representante do Banco Mundial em Angola assegurou que, para ajudar o Governo angolano a enfrentar os três desafios, aquela instituição financeira está a gizar um projecto educativo virado às raparigas, com vista a melhorar o seu nível educacional.

No concernente ao êxito do processo de diversificação da economia, Olivier Lamberg é de opinião que se acelerem as reformas em curso, para se evitar a dependência do petróleo e dos diamantes. “O Executivo deve focar-se nos sectores da Agricultura, na transformação de produtos e outras áreas, no sentido de garantir trabalho aos jovens, cujo processo passa pela boa saúde e educação”.

O representante do Banco Mundial em Angola defende também a criação de uma dinâmica de empreendedorismo e de criadores de renda.

A renovação e modernização, com mais competitividade de alguns sectores de base, para que os preços baixem, segundo disse, também podem concorrer para garantir empregos aos jovens. “Refiro-me, por exemplo, às telecomunicações. Os jovens gostam de telemóvel, que seja um produto

mais barato, com conexão à Internet. Isto vai ajudar muito na educação e criação de mais empregos”.

1.3 Pobreza incide em famílias com mais de sete membros

Jornal Expansão

05 De Junho de 2020

A pobreza no País aumenta cinco vezes em agregados com sete ou mais membros, em comparação com famílias com uma ou duas pessoas, segundo o Relatório de Pobreza para Angola 2020.

A incidência da pobreza em Angola é de 41%, a população a viver em agregados com maior número de crianças dependentes são em geral mais pobres", aponta o estudo.

Já os agregados familiares sem crianças dependentes são menos pobres (17%), enquanto os agregados com três ou mais crianças representam 48% dos pobres.

Em agregados com uma criança, a incidência da pobreza é de 20,4%, ao passo que agregados com duas crianças apresentam incidência de 28,1%.

De acordo com o documento, a actividade e ocupação do chefe do agregado está também associada à condição de pobreza e a pobreza é maior entre a população que vive em agregados cujo chefe está desempregado (43%).

Quanto à ocupação do chefe do agregado familiar, a incidência da pobreza é maior entre aqueles que trabalham por conta própria (51%) em relação aos que trabalham por conta de outrem, com 27%.

A.L

1.4 Só quatro em cada dez jovens angolanos têm emprego

Jornal Expansão

05 De Junho de 2020

Texto: Martins Chambassuco

Quatro em cada dez jovens entre os 15 e os 24 anos estão desempregados, dois não trabalham nem estudam e quatro estavam a trabalhar no final de 2019, indicam os dados do Inquérito sobre Despesas, Receitas e Emprego em Angola (IDREA 2018-2019) divulgado esta semana pelo Instituto Nacional de Estatística (INE).

A taxa de desemprego em Angola no final de 2019 fixou-se nos 28,8%, de um total da população de

mais de 30 milhões de angolanos, dos quais 26,6 milhões são pessoas economicamente activa.

A camada da população mais jovem é a mais afectada, já que 52,4% dos angolanos economicamente activos com idades entre os 15 e os 24 estão no desemprego. É o equivalente a 4,2 milhões de pessoas de um total de 8,8 milhões de angolanos economicamente activos nesta faixa etária.

Do total dos jovens dos 15-24, mais de 2,3 milhões não estuda nem trabalha, ou seja, não estão economicamente activos, o que levanta questões sobre o país estar a 'criar' potenciais delinquentes.

O desemprego nesta faixa etária, de acordo com empresários e gestores empresariais, deve ser considerado um "inimigo público" e devem ser adoptadas no imediato medidas para estimular o mercado de trabalho, de forma a criar condições para empregar estes jovens.

Nos últimos seis anos, de acordo com as contas do Expansão, o número de desempregados mais do que duplicou.

No sentido inverso, ou melhor, se os números do desemprego continuam a surpreender pela negativa, sobretudo entre os jovens, também o emprego subiu para os 61,6% em 2019, ou seja, 18,9 milhões de pessoas tinham trabalho até final do ano passado. No entanto, os critérios para a classificação de emprego são muito latos, já que cerca de 70% da economia angolana é informal.

O INE considera uma pessoa empregada alguém que tenha efectuado um trabalho de pelo menos uma hora, mediante o pagamento de uma remuneração ou com vista a um benefício ou ganho familiar em dinheiro ou em géneros. Considera ainda como empregado alguém que tinha uma ligação formal a um emprego, mas não estava ao serviço e uma pessoa que tinha uma empresa, mas não estava temporariamente a trabalhar por uma razão específica.

O desemprego continua a aumentar nos centros urbanos, enquanto nas zonas rurais os indicadores são mais estáveis. O IDREA 2018-2019 indica que o País tem quase 8 milhões de pessoas desempregadas.

Fontes do Expansão apontam a recessão económica e a crise financeira como estando na base do aumento do número de desempregados em Angola, admitindo que nos próximos tempos a situação até se deverá agravar, devido ao impacto da Covid-19 na economia nacional e mundial. Assim, se as projecções para 2020 eram optimistas, já que apontavam ao regresso ao crescimento económica depois de quatro anos de

recessão, logo as previsões começaram a ser contrariados com a queda do preço do petróleo no mercado internacional.

Já na altura em que se apresentou o primeiro Orçamento Geral do Estado para 2020 muitos analistas duvidavam da proposta apresentada em finais de 2019.

Especialistas dizem que é preciso que se encontre uma forma de estabilizar o mercado de trabalho, mas a evolução da economia, no curto prazo, ainda deixa muitas reservas para os investidores que continuam a acreditar que Angola ainda é um risco para o investimento.

O recente anúncio do Ministério das Finanças em anular os contratos de empreitada sem financiamentos garantidos fez estremecer muitos investidores que não vislumbram, num futuro próximo, um ritmo médio do crescimento anual do Produto Interno Bruto (PIB) que permita a redução da taxa de desemprego para níveis aceitáveis.

Se a situação em 2019 já era difícil para muitas pessoas consideradas activas - com 15 ou mais anos que no período de referência constituíam a mão-de-obra disponível para a produção de bens e serviços que entram no circuito económico - para este ano o quadro é mais sombrio com a crise causada pela pandemia da Covid-19.

Isto porque o ambiente macroeconómico é mais difícil porque a economia não apresenta sinais de recuperação e as autoridades preparam, para este mês, o início do debate para a revisão do OGE para 2020 com o preço de referência do barril de petróleo a rondar os 35 USD contra os 55 anteriormente aprovados.

Prevê-se um grande corte na despesa pública e isso pode afectar a economia já que o Estado continua a ser praticamente o único a investir em obras. Logo, se cortar na despesa, significa que 'corta' a possibilidade de criação de emprego.

I.5 Pobreza tem maior incidência em oito províncias

Jornal de Angola

12 De Junho de 2020

Texto: António Eugénio

A incidência da pobreza em Angola é de 41%, o que significa que 41% de cada 100 angolanos tem um nível de consumo abaixo da linha da pobreza

calculada em (12.181 kzs por mês), segundo o último relatório do Instituto Nacional de Estatística (INE).

Deste número, o total da população pobre, que representa 56% reside nas áreas rurais e 44% na urbana. Já o índice de profundidade da pobreza é de 10%, isto é, o défice médio do consumo por pessoa.

O índice de intensidade da pobreza é de 4%, medida que reflecte a severidade da pobreza, tendo em conta a desigualdade existente entre os pobres, refere o documento.

Na área urbana 1/3 da população é pobre e na rural, quase 2/3 da população é pobre, o mesmo nota-se no índice de profundidade, onde o défice de consumo é duas vezes superior nas áreas rurais (14%) comparativamente a 7% nas áreas urbanas.

O índice de profundidade na área rural é duas vezes superior comparado com a área urbana. Segundo o INE, o índice de incidência inferior a média nacional engloba as províncias de Luanda, Lunda-Norte, Cabinda, Cuando Cubango e Zaire.

Províncias mais pobres

A pobreza é maior nas províncias do Cuanza-Sul, Lunda-Sul, Huíla, Uíge, Huambo, Bié, Cunene e Moxico, onde mais da metade da população é pobre. As provinciais do Namibe, Benguela, Malanje, Cuanza-Norte e Bengo apresentam a incidência entre 42% a 48%.

Luanda apresenta o menor índice de incidência com 20% enquanto o Cunene e Moxico apresentam o maior índice de incidência com 62 por cento.

As provinciais do Cunene, Bié e Moxico apresentam o índice de profundidade da pobreza mais elevados 16% e 18%, o mais baixo encontrando-se em Cabinda, Luanda e Lunda-Norte com 4%. A distribuição do índice de incidência é acima da média nacional nas áreas urbanas das províncias do Bié (53%), Huambo (52%), Lunda-Sul (49%), Uíge (45%), Cuanza-Norte (44%) e Moxico (43%) nas áreas rurais 16 províncias estão acima da média nacional.

Excepto Cabinda (39%) e Lunda-Norte (32%) destacando-se as províncias do Moxico (81%) e Cunene (68%) apresentam o maior número de pobres, reflectindo a severidade da pobreza, tendo em conta a desigualdade entre pobres.

As províncias do Uíge, Lunda-Sul, Huíla e Moxico têm índices de intensidade mais elevados entre 7% e 9 por cento.

Consumo médio-mensal

O consumo médio-mensal por pessoa em Angola é estimado em 17.569 kzs. As áreas urbanas apresentam o consumo maior que as áreas rurais.

Entre as províncias, a capital do país é a que possui um consumo médio percapita mais elevado atingindo 26.528 kzs, seguido a província da Lunda-Norte, com o consumo de 23.266 kzs, sendo o Cunene a que regista o consumo mais reduzido.

I.6 Mais de 300 mil famílias vulneráveis recebem apoio

Jornal de Angola

16 De Junho de 2020

Texto: João Constantino e Matias da Costa

O Gabinete Provincial da Acção Social, Família e Igualdade de Género no Bié distribuiu, desde o início das medidas restritivas impostas pelo Governo devido à pandemia da Covid-19, cestas básicas a mais de 300 famílias vulneráveis.

Segundo a directora provincial, Deolinda Gonçalves, a ajuda visa reduzir o impacto negativo da Covid-19 nas pessoas carenciadas. “O Governo, numa primeira fase, prestou apoio com cestas básicas. Fizemos este gesto e vamos continuar a fazê-lo na segunda fase”, disse, sublinhando que estão a ser reunidas as condições para o efeito.

Transferências monetárias

A directora do Gabinete Provincial da Acção Social anunciou que 4.468 famílias vulneráveis dos municípios do Chinguar e Catabola vão beneficiar de Transferências Sociais Monetárias “TSM” durante a terceira e quarta fases do programa, que arranca ainda este ano.

Sublinhou que o programa piloto, que começou em Agosto do ano passado, circunscreveu-se em dois ciclos, tendo beneficiado 3.265 famílias até Dezembro.

Deolinda Gonçalves lembrou que cada família recebeu o valor de três mil kwanzas por criança (três no máximo) menor de cinco anos.

O programa, orçado em cerca de nove milhões de euros, é financiado pela União Europeia, com o apoio técnico do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) e do Consórcio de Empresas Louis Berger.

O programa TSM faz parte das acções do Governo angolano destinadas a promover a Protecção Social de Base como um dos direitos constitucionais de todos os cidadãos e insere-se no quadro das actividades do Projecto de Apoio à Protecção Social (APROSOC). Está alinhado com o Plano de Desenvolvimento Nacional (PDN 2018-2022).

1.7 Mais de cinco mil pessoas em risco de perder emprego

Jornal de Angola

22 De Junho, 2020

Texto: Edivaldo Cristóvão

Mais de cinco mil pessoas correm o risco de perder o emprego no país, devido às dificuldades financeiras que muitas empresas têm enfrentado para pagar salário de trabalhadores, na sequência da pandemia da Covid-19.

Dados divulgados, ontem, pela Inspeção-Geral do Trabalho (IGT) referem que desde o mês de Abril, a instituição recebeu 5.226 processos de várias empresas com intenção de despedir e suspender os trabalhadores. O inspector-geral do Trabalho, Jacinto Domingos, esclareceu, em entrevista ao Jornal de Angola, que dos casos que chegam para mediação na IGT, cerca de 75 por cento são resolvidos.

Até ao momento, acrescentou, foram resolvidos 3.416 casos que visavam a suspensão e 1.810 de despedimento, num universo de 56 empresas.

Apontou que as empresas que mais manifestam interesse de despedir trabalhadores são dos sectores de hotelaria e turismo, restauração, petróleos, indústria e comércio, invocando falência neste período de restrição de trabalho.

“Muitas empresas tecnicamente não estão em condições de pagar salários. No quadro da mediação incentivamos os empregadores e trabalhadores a celebrarem acordos colectivos, para um pagamento de pelo menos 50 por cento ou o que for possível”, realçou.

Jacinto Domingos revelou que a nível da Inspeção Geral do Trabalho, a lei estabelece mecanismos de mediação ou extrajudicial para resolver conflitos, apesar de nos tribunais também existirem forma de conciliação, em que são chamados o trabalhador e o empregador para chegarem a um acordo.

Disse que, no ano passado, a nível de mediações, a Inspeção Geral do Trabalho tratou 5.718 casos envolvendo trabalhadores e empregadores, sendo que

as acções de aconselhamento e informação chegaram aos 7.616 casos.

O inspector-geral revelou que desde que foi decretado o Estado de Emergência, a Inspeção Geral do Estado teve que assegurar os serviços mínimos da inspeção, limitando a concentração de pessoas e, neste período, a linha de trabalho e lei atendeu 2.795 utentes.

“Existem situações em que o trabalhador e o empregador não chegam a um consenso. Para estes casos, emitimos uma declaração de impossibilidade ao tribunal, passando a mediação da via administrativa para a judicial”, esclareceu.

Acrescentou que a Inspeção Geral do Estado tem trabalhado muito para evitar casos de despedimentos técnicos, mas, infelizmente, nem todos são reportados.

“Quando não há despedimentos conseguimos manter a relação jurídico laboral em que o trabalhador pode receber um salário mais baixo do que o habitual, para não penalizar o empregador, atendendo à situação que se encontra”, esclareceu.

Domingos Jacinto sublinhou que a Inspeção Geral do Trabalho tem feito acções pedagógicas nas empresas, no sentido de todas acatarem as medidas de prevenção, no local de trabalho, fundamentalmente, nesta altura da pandemia da Covid-19, onde as medidas de prevenção são obrigatórias.

Serviços, Comércio e Indústria com mais infracções laborais

No ano passado, a Inspeção-Geral do Trabalho registou mais infracções laborais nas províncias de Luanda, Huíla, Cabinda e Huambo, com maior incidência nos sectores da prestação de serviços, Comércio e Indústria.

De acordo com o inspector-geral, o não pagamento da segurança social, a inobservância do salário mínimo nacional, falta do qualificador ocupacional, a não afixação do horário de trabalho e do mapa de férias foram as principais infracções.

"Foram também registadas, em muitos casos, infracções como falta de equipamentos de protecção individual, de seguro sobre acidente de trabalho e doenças profissionais, não cedência de recibos de remuneração, não pagamento do abono de família, falta de serviços de segurança, higiene e saúde no trabalho e salários em atraso", disse o responsável.

Em relação à Segurança Higiene e Saúde no Trabalho, em 2019 a Inspeção Geral do Trabalho registou 1.647 acidentes de trabalho, dos quais 1.406 foram leves, 216 graves e 25 fatais. O inspector realçou que as principais áreas destes acidentes foram na Construção Civil e Prestação de Serviços.

No ano passado, segundo o responsável, foram feitas 22 formações para 4.077 formandos das províncias de Luanda, Benguela, Cabinda, Huíla, Malanje e Cuanza-Sul.

Jacinto Domingos revelou que no ano passado foram inspeccionadas 5.053 empresas, tendo atingido um universo de 101.927 trabalhadores.

Realçou que das visitas inspectivas, 4.215 foram de carácter social e 1.243 técnicas, sendo mais visitadas os sectores do comércio, Prestação de Serviços, Indústria, Hotelaria e Turismo, Construção Civil, Saúde, Educação, Transportes, Agropecuária, Pescas, Telecomunicações, Energia e Águas.

Referiu que a nível nacional existem 273 inspectores, dos quais 80 são do sexo masculino e 43 feminino. Luanda conta com 25.

A Inspeção Geral do Trabalho tem a natureza jurídica de um instituto público, que consta do Decreto Presidencial 79/15. O objectivo é harmonizar e implementar a relação jurídico laboral entre trabalhadores e empregadores, com a aplicação correcta da Lei Geral do Trabalho.

1.8 Transferências monetárias retomam em 4 municípios

Jornal de Angola
27 De Junho de 2020

O Programa de Transferências Sociais Monetárias “Kwenda”, para as famílias mais pobres do país, é retomado hoje nos municípios de Ombadja (Cunene), Cacula (Huíla), Cuito Cuanavale (Cuando Cubango) e Cambundi Catembo (Malanje).

Lançado a 30 de Maio, no município do Nzeto, província do Zaire, o programa prevê beneficiar 1.608.000 famílias a nível nacional, sendo 300 mil já este ano, que vão receber, cada uma, pagamentos trimestrais de 25.500 kwanzas, a partir da data da inscrição.

Para esta fase piloto, foram escolhidos cinco municípios, de igual número de províncias. Num comunicado, o Ministério da Acção Social Família e Promoção da Mulher refere que o lançamento seria em simultâneo nos cinco municípios, mas “por

razões operacionais”, só agora é possível lançá-lo nos restantes locais.

O registo das famílias beneficiárias está a ser feito através do aplicativo do Sistema de Informação Integrado de Protecção Social (SIEPS) que tem permitido a recolha e visualização em tempo real dos dados. Foram cadastrados mais de 10.639 possíveis beneficiários nos cinco municípios piloto e já realizado o pagamento a 1.352 famílias no município do Nzeto.

Enquadrado no reforço do combate à pobreza, como uma das metas do Plano de Desenvolvimento Nacional, o programa está orçado em 420 milhões de dólares, dos quais 320 milhões financiados pelo Banco Mundial e os restantes pelo Tesouro Nacional.

Concluída a fase piloto, dar-se-á início à expansão de forma gradual até atingir os 35 municípios, totalizando 40 previstos. Os pagamentos estão a ser feitos utilizando os cartões multicaixa do Banco BFA, o que permite ter acesso aos valores em qualquer ATM, existentes nos municípios.

Além disso, está em estudo com a operadora de telefonia móvel UNITEL que os pagamentos venham a ser realizados, com a utilização do telemóvel, onde não existam agências bancárias.

O programa visa mitigar o risco social das famílias em situação de vulnerabilidade, identificadas no último inquérito sobre despesas e receitas das famílias, realizado pelo Instituto Nacional de Estatística no período entre 2018/2019 e que trouxe um novo mapa de pobreza que evidencia a existência de 1.608.000 famílias em situação de pobreza monetária.

As autoridades buscam, com o programa, a inclusão das famílias em actividades geradoras de rendimento e fortalecimento dos mecanismos de intervenção do Sistema Nacional de Protecção Social, por via do apoio institucional, metodológico e financeiro e será implementado nas 18 províncias, nas áreas rurais e urbanas, durante três anos.

2. MICROFINANÇAS

2.1 “Há uns bancos mais amigos do que outros no mercado local”

Jornal de Angola

2 De Junho de 2020

Texto: Isaque Lourenço

O psicólogo António Pedro Libra considera existir no sistema financeiro angolano alguns bancos mais amigos do que outros e sustenta a sua afirmação com a fraca onda de solidariedade com o Governo, as empresas e as famílias angolanas por parte de muitos dos 26 bancos comerciais que operam no mercado angolano.

Mestre em Saúde Pública pela universidade San Lorenzo do Paraguai, António Libra diz-se admirado com o silêncio de muitas instituições financeiras, numa fase que quase tudo o que se procura é dinheiro para proteger os empregos e combater uma pandemia que parou o globo.

Também ele mentor de uma iniciativa empreendedora, na congregação religiosa de que é pastor, através da qual prevê apoiar um grupo não superior a 100 crentes com 15 mil kwanzas cada para pequenas vendas e início de um negócio de baixa renda, sensibiliza-se com a grandeza de bancos privados como BAI, BFA, Atlântico e BIC, além de outros não citados aqui, dos quais diz ter ao menos ouvido pelos noticiários a preocupação de juntarem-se aos esforços nacionais com a oferta de materiais de biossegurança e outros insumos essenciais no combate à Covid-19, mas também que mobilizam as empresas a manterem os postos de trabalho já gerados.

Para ele, os 60 dias de Estado de Emergência e estes de Situação de Calamidade Pública ensinam ser a economia solidária, que reparte o que se ganha com aqueles que ajudaram a ganhar, o caminho de se construir um mundo cada vez mais justo e menos ostensivo, sem que se levante a discussão de pobres e ricos, pois esta é uma condição que vem desde os tempos mais remotos e transversal a todas as sociedades.

Lucro dos bancos

Segundo o próprio, dos comentários e publicações mais recentes sobre a actividade dos bancos angolanos, fica claro que estas empresas de negócio do dinheiro têm lucrado, excepção feita aos bancos públicos, que também acha curioso, pois aqueles só acumulam prejuízos ou seja tiram mais do que dão.

“O lucro de mais de 20 dos bancos comerciais angolanos, só no I Trimestre deste ano, foi de 198,4 mil milhões de kwanzas. Já imagino se 10 por cento desse valor fosse transformado em ajuda, mesmo que fosse no quadro da responsabilidade social destas empresas financeiras ou por via do microcrédito; certamente faria alguma diferença”, avança.

Em termos de apoios, o conglomerado financeiro de que é parte o BAI disponibilizou 10 mil milhões de kwanzas. Do BFA foi anunciado uma linha de 5 milhões de dólares (cerca de três mil milhões de kwanzas). Já o Banco Internacional de Crédito (BIC) dispensou mais de oito mil máscaras e seiscentas viseiras, enquanto que o Millennium Atlântico sem anunciar valores fez compromisso público de conceder à Comissão Interministerial materiais de biossegurança.

2.2 Poupainvest aborda sobre o peso do salário

Jornal de Angola

2 De Junho de 2020

O pagamento das contas com o dinheiro disponível e o gasto adequado do salário auferido foram dois dos temas que, no último fim-de-semana, reuniu em videoconferência o economista Augusto Fernandes com estudantes de Contabilidade e empregados.

De acordo com o sócio-gerente da Poupainvest - consultoria e assessoria fiscal, as famílias depois de terem o dinheiro no bolso referente ao trabalho prestado são, normalmente, confrontadas com um conjunto ilimitado de necessidades e desejos.

Questionado sobre como fazer o salário atender os gastos de um mês até ao seguinte, explicou ser o salário o dinheiro que o agente económico recebe em troca do trabalho prestado.

Desde logo, como as necessidades são ilimitadas e o salário é limitado, levando em consideração que para a satisfação de uma necessidade é, frequentemente, preciso dinheiro, então o agente económico racional não deve catalogar todas as suas necessidades e desejos e escalonar de forma que os gastos não sejam maior que o rendimento disponível.

Augusto Fernandes, licenciado em Economia pela Faculdade de Economia da Universidade Agostinho Neto, é o criador de uma plataforma gratuita sobre poupança financeira, a Poupainvest.

Considera que grande parte das famílias de renda média e alta não sabe como gasta os seus rendimentos ou o quanto é gasto em cada grupo de

despesas (alimentação, moradia, educação, saúde, lazer, dívidas e juros, viagens e realização de sonhos ou outros gastos e investimentos). Pelo que, uma folha de poupança para anotar as entradas e saídas é indispensável.

Pagar a si próprio

Augusto Fernandes defende que o agente económico ao saber de onde vem e para onde vai o seu dinheiro, ao pagar um salário a si mesmo, ao fazer cortes nos seus gastos e ao aumentar a sua fonte de rendimento, está a garantir de forma sustentável a realização das suas necessidades e desejos, ou seja, ao gerir de forma eficaz o seu dinheiro, fica muito mais fácil realizar objectivos profissionais e pessoais.

2.3 Agricultura e Pescas e o sector com a maior taxa de mortalidade das empresas

Jornal Expansão

5 De Junho de 2020

O sector da Agricultura e Pescas em Angola tem sido varrido por uma onda de falências de empresas, ao contrário do comportamento dos ramos da indústria extractiva e transformadora.

A avaliação do INE sobre a mortalidade de empresas por actividade económica no período em referência demonstrou que, no ano passado, a taxa mais elevada ocorreu na agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca com 3%, seguindo-se o da electricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio, com 3% e indústrias transformadoras, com 2%.

No sentido inverso, as menores taxas de mortalidade registaram-se na captação, tratamento e distribuição de água; saneamento, higiene pública e actividades similares, actividades imobiliárias com 0,0%.

O ambiente macroeconómico no sector da Agricultura e Pescas colocou fora de actividade 260 empresas, entre colectivas e individuais, enquanto, no sentido inverso, surgiram apenas 17 novas empresas no sector da Agricultura e Pescas.

Ainda sobre a mortalidade das empresas, o sector da Agricultura e Pescas só é superado pelo Comércio. No ano passado 920 empresas, na sua maioria micro e pequenas empresas do retalho, viram a sua actividade interrompida.

No entanto, o sector do comércio é o que registou o maior número do surgimento de empresas novas. A justificação, de acordo com fontes do Expansão é

que muitos gestores e empresários estão a mudar de actividade empresarial para se dedicarem ao comércio.

Os inquiridores do INE apontam, no relatório sobre as empresas em 2019 que a falta de incentivos fiscais do Estado e a não cedência dos créditos, por parte da banca comercial é o factor determinante da morte de muitas empresas.

Para muitos analistas, a situação tende a piorar, se olharmos para os dados de 2019 sobre o tecido empresarial angolano, por isso, o apelo de muitos gestores vai para o Estado e avançam ser necessária a criação de políticas para estimular os mercados e o consumo das famílias para que as empresas sobrevivam.

Fontes do Expansão revelam muita preocupação para os números de 2020, tendo em conta a crise com a pandemia da Covid-19. "Se tudo já era difícil, então as coisas estão a complicar ainda mais para muitas empresas em 2020. A economia mundial e a nível do País paralisou e as empresas não vão resistir, porque não há consumo e os preços estão bastantes elevados", refere José Lopes.

Este mau momento das empresas que se assiste no País está a afectar as famílias e o resultado tem sido o aumento do número de desempregados em Angola.

Em Angola, 70% das empresas registadas estão sem nenhuma actividade e este é um indicador de que o País ainda é um risco para desenvolver a actividade empresarial.

H.C.

2.4 Bancos “violam” instrutivo do BNA com cobrança de prestações de crédito

Jornal Expansão

05 De Junho de 2020

Texto: Nelson Rodrigues

Vários clientes bancários, com situação de crédito em dia até Março, queixam-se de estarem a sofrer pressões dos bancos para o pagamento das prestações de crédito, incluindo juros de mora, mesmo depois de terem solicitado moratórias, ao abrigo do estado de emergência, ao abrigo do instrutivo do Banco Nacional de Angola (BNA), que orienta os bancos a aprovarem uma suspensão temporária no pagamento, por um período de 60 dias.

De acordo com um balanço feito pela Associação de Defesa do Consumidor de Serviços e Produtos Bancários (ACONS- BANC), do total de clientes que pediram moratória, 80% teve a tesouraria dos bancos 'à perna' com a insistência na cobrança das prestações. Isto apesar de incorrerem em sanções, como prevê o ponto 9 do instrutivo para a Flexibilização de Prazos para o Cumprimento de Obrigações Creditícias, que refere que "o incumprimento das normas imperativas estabelecidas no documento "constitui contravenção punível, nos termos da Lei de Bases das Instituições Financeiras". As multas previstas vão dos 50 mil Kz a 150 milhões Kz.

O organismo não nomeia as entidades bancárias que desobedeceram às instruções do BNA, mas contabiliza em mais de 100 o número de reclamações de clientes dos bancos comerciais que chegaram ao seu domínio. Um número que tende a subir, de acordo com a associação.

Os clientes bancários, através da Aconsbanc, criticam, quer o supervisor do sistema bancário, quer os bancos, já que, no seu entender, a medida que aprova a concessão de moratórias "revelou-se um autêntico fracasso".

"Denotamos uma tremenda omissão do dever de acompanhamento/supervisão de modo a garantir o cumprimento *ipsis verbis* do referido instrumento, aprovado à luz do estado de emergência", aponta o líder da organização, Nelson Prata Marcos.

Para além da denúncia da Aconsbanc, empresários individuais que pediram para não ser identificados também se manifestaram contra a postura dos bancos. De acordo com o que relatam ao Expansão, os bancos estão a definir critérios de adesão à moratória que "privilegiam os seus parceiros e não o cliente ou empresário comum", quando eles já estão bem definidos no instrutivo do BNA n. o 04/2020, de 30 de Março, que orienta a concessão de moratórias.

"Até agora estou à espera que o banco me ligue, mas os tais 60 dias já se foram. E não é só comigo. Há vários colegas que actuam noutros sectores que se queixam do mesmo", lamentou outro empresário do sector da panificação.

Quem confirma esse posicionamento da banca é a própria Aconsbanc. Aliás, o líder da organização lembra que encaminhou para o BNA e a Associação Angolana de Bancos (ABANC) um e-mail, em Abril, com as principais reclamações de clientes.

"Dentre as várias reclamações [que temos recebido], as mais frequentes foram as seguintes: Falta ou pouco domínio da informação nos balcões/agências; demora no processamento do pedido /adesão a moratória; alguns bancos usando do seu poder discricionário, definiram critérios de adesão à moratória, quando o BNA já os havia definido no referido instrumento", descreve Nelson Prata Marcos.

A Aconsbanc não descarta a possibilidade de abrir processos civis ou criminais contra entidades bancárias, no caso de violação dos direitos do consumidor. "A Constituição da República e a Lei de Defesa do Consumidor, consagram o Direito a acção colectiva, para as Associações de Defesa do Consumidores", lembra.

Alargamento dos prazos

Para aliviar os clientes do pagamento das prestações, durante a pandemia da Covid-19, a Aconsbanc defende o alargamento dos prazos da moratória, um mecanismo que, se não for observado, "aumentará o incumprimento" no crédito. "Pensamos que a não execução da suspensão da cobrança do crédito para os clientes que solicitaram a sua adesão provocará, em primeira instância, o agravamento da situação de dificuldade financeira por parte dos clientes, uma vez que acarretará o pagamento de juros de mora, que aumentam diariamente", adverte.

O Expansão contactou o BNA sobre a possibilidade de alargamento dos prazos da moratória e o banco central avançou que "está a concluir o balanço e que oportunamente dará nota pública".

2.5 Número de empresas com actividade suspensa dispara mais de 7.000% para 5,9 mil

Jornal Expansão

05 De Junho de 2020

Texto: Martins Chambassuco

No final do ano passado, o País tinha registadas 5,9 mil empresas com actividade suspensa, representando um aumento de mais de 7.000%, face às 74 que encerraram temporariamente as portas em 2018, indicam os dados do Anuário das Estatísticas das Empresas do Instituto Nacional de Estatísticas (INE).

O departamento de cadastro da Administração Geral Tributária (AGT) garante que recebeu vários pedidos de empresas a pedir a suspensão da sua actividade em 2019. Aquele órgão revela que durante a suspensão da actividade as empresas não pagam qualquer tributo, ou seja, a AGT fica sem receber impostos.

O Expansão apurou junto do fisco a existência de muitas empresas que não reportam oficialmente a suspensão da sua actividade ou do Número de Identificação Fiscal (NIF), o que contribui para o elevado número de empresas fantasma, ou seja, aquelas que o fisco apenas tem o seu registo e não sabe onde estão, que disparou 10%, para mais de 144 mil.

De acordo com o INE, que avalia a série entre 2017-2019, no anuário divulgado na semana passada, no final do ano passado, Angola contabilizava um total de 207.536 empresas, sendo que ajuntar às 'fantasma' e suspensas, estavam registadas 55.957 em actividade, um aumento de 6%, comparativamente ao ano anterior.

Das 207.536 empresas contabilizadas até Dezembro de 2019, 5.599 tinham actividade suspensa, representando um aumento de mais de 7 000%, comparativamente ao ano anterior, em que apenas 74 tinham a actividade suspensa (ver página 4).

Segundo o INE, as empresas com actividade suspensa são aquelas de que forma temporária suspendem a sua actividade, por danos nas instalações ou outros motivos.

Fontes do Expansão avançam que esta prática de suspensão tem sido a opção dos empresários, em nome individual ou colectivo, para deixar de laborar e deixar os colaboradores na rua sem qualquer indemnização.

Os dados do INE indicam também que no ano passado houve uma quebra de 22% nas empresas dissolvidas, ou seja, em 2019, as empresas que cessaram de forma definitiva a sua actividade atingiram uma cifra de 1.770, contra as 2.276 paralisadas em 2018. A dissolução das empresas resulta da declaração de falência, deliberação dos sócios ou por outros motivos.

Em termos de mortalidade, os números apontam para uma redução, ou melhor, em 2019, o número de empresas que deixou de fazer parte da base de dados do GUE rondava as 2.329 e no sentido oposto, ou seja, no ano passado nasceram 1.006 empresas, representando um regresso à tendência do saldo negativo entre as novas e empresas que cessam a actividade.

Face ao início da crise, em 2014, há um aumento de 92% nas empresas 'fantasmas' e de 40% nas que apresentam actividade, ou seja, o número de empresas em actividade cresceu 40% para as 55.957, em 2019, contra as 39.884 registadas nos últimos seis anos.

Esses indicadores, de acordo com as fontes do Expansão estão alinhados com a marcha do Produto Interno Bruto (PIB) que nos últimos anos tem seguido a tendência negativa. A culpa, para muitos especialistas, é da recessão da economia que o País está a viver há três anos.

"Neste ambiente macroeconómico não há mercado algum que resista a crise económica e financeira que o País vive. Com uma economia em recessão e o baixo consumo, por parte das famílias, as empresas acabam sempre afectadas pela negativa e muitas delas não resistem, obrigando-se mesmo a encerrar as portas ou a suspender a a actividade colocando os colaboradores na rua sem qualquer indemnização", sublinha o economista José Lopes.

Mais de metade das empresas está em Luanda. Quanto à localização geográfica das empresas em actividade no País, em finais de 2019, mais de metade das quase 56 mil, estavam em Luanda, com uma quota de 59% (ver página 4). O INE indica que Benguela continua a ostentar o segundo maior parque empresarial do País, uma vez que as 3.906 empresas registadas naquela província do litoral angolano representam 7% do total das empresas em actividade em todo o País. Já a Lunda Norte, de acordo com os dados do INE, com apenas 1.049 unidades apresenta o menor número em termos de distribuição das empresas em Angola. o que fazem as empresas

Em termos sectoriais, o comércio com 27.576 empresas lidera as estatísticas de unidades em actividade em todo o País o empresário Celestino Machado diz que há empresas de outros sectores que fecharam e que os proprietários hoje se dedicam ao retalho de produtos. "Tudo para compensar os efeitos com a crise financeira que a economia angolana vive desde 2014", diz.

A fonte avança que os números, nesse momento não o surpreendem, mas é urgente que os apoios do Estado cheguem às empresas para manter a sua actividade e que sejam salvaguardados os rendimentos dos trabalhadores para que haja consumo.

Quando ao segmento industrial, o segmento extractivo (petróleo, diamantes e exploração de rochas ornamentais), em finais de 2019, contava com 476 empresas em actividade, enquanto na hotelaria,

restauração e similares estavam registadas quase 5 mil empresas, das quais seis eram públicas. No ano passado 1.301 empresas do sector da educação estavam em funcionamento e já a agricultura e pescas contabilizou 2.131 unidades operacionais.

2.6 Taxas de juro elevadas travam o crescimento da agro-indústria

Jornal de Angola

9 De Junho de 2020

Texto: Adérito Veloso

A elevada taxa de juros praticada pelos bancos comerciais e pelo Banco de Desenvolvimento de Angola (BDA), até ao momento, é das principais dificuldades encontradas pelos empresários do sector agro-industrial para a utilização das linhas de crédito disponibilizadas pelo Executivo.

Como resultado disso, os empresários vêm-se incapazes de pagar o empréstimo gerado, pois o que se ganha, retirado o capital e juros torna o investimento mais caro e de rentabilidade incerta.

Em entrevista ao *Jornal de Angola*, o presidente da Associação das Indústrias de Lacticínios de Angola (AILA), José César Macedo, apontou ainda como entrave os períodos curtos de carência e de maturidade dos empréstimos, além do facto de a carência ser, em regra, para os juros e só muito raramente para o capital.

Para José César Macedo, a morosidade na apreciação e operacionalização das candidaturas, torna, frequentemente, os valores dos mapas de investimentos “perfeitamente desactualizados” com a realidade.

“Quando os fundos são libertados já não chegam para realizar grande parte do projecto, o que redonda, muitas vezes, em investimentos inacabados e sem possibilidade de gerar riqueza, por inoperacionalidade”, disse.

O empresário dos lacticínios, destaca também o atraso na compra de divisas para a importação dos equipamentos e máquinas inerentes ao projecto de investimento, de que resulta um aumento considerável do preço na moeda nacional, devido à taxa de câmbio flutuante e a consequente desvalorização verificada.

De acordo com o industrial, a tudo isso, acresce-se ainda a fragilidade de muitas das candidaturas, muito por força da qualidade dos projectos, mormente a adequação dos equipamentos e máquinas aos

objectivos da produção, a racionalidade dos preços de venda em relação aos custos de exploração, bem como as respostas face à verdadeira procura.

O gestor aponta ainda como medidas essenciais a facilitação nas linhas de crédito à indústria de longo prazo, com períodos de carência de capital e juros alargados, maturidades ajustadas com o cash-flow estimado e taxas de juro possíveis de honrar.

Alavancar a economia

José Macedo, também director-geral da empresa “Agropromotora Angola”, dedicada a estudos, projectos e investimentos agrícolas e agro-industriais, entende que o sector da agro-indústria continua a ser um dos principais esteios para alavancar a economia nacional.

Para isso, defende uma estratégia comum a todo o sector produtivo, que passa pela criação de infra-estruturas, com realce para as estradas de ligação do litoral e o interior, bem como uma rede de distribuição de água e energia, além de telecomunicações pelo país. Defende, por isso, que o Executivo adopte uma estratégia de controlo das importações de alimentos manufacturados, de modo a que estes não estrangulem a produção nacional.

Com a referida opção, no entender de José Macedo, pode-se facilitar a disponibilidade de divisas para a compra de máquinas, peças e acessórios, assim como o apoio na aquisição de “consumíveis” não existentes no mercado interno. Outro factor a não ser ignorado é o do incentivo à vinda de mão-de-obra especializada, que tenha de ser contratada no exterior a bom rigor.

Vencer a crise

A crise provocada pela pandemia da Covid-19 no mundo e em Angola, em particular, veio criar sérias dificuldades ao tecido produtivo, conforme considera o empresário agro-industrial.

Neste contexto, é de opinião que o sector agro-industrial e a agricultura empresarial tenham de mudar de paradigma e encontrar soluções de recurso, que sejam as mais económicas, como nos custos de produção e embalagem.

“Há que consumir o que produzimos. Produzir o que menos gasta em sementes e outros factores de produção e embalar os produtos no que for mais económico e amigo do ambiente. Não há recursos para luxos. Todos temos de gastar o mínimo ao comermos. Afinal, grande parte da população perdeu o poder de compra. Se queremos sobreviver, enquanto empresas, temos de adequar os nossos

produtos alimentares à capacidade de pagamento dos nossos clientes”, sugeriu o empresário.

2.7 Crédito ao consumo em Angola só com uma taxa à volta de 40%

Jornal Expansão

12 De Junho de 2020

Texto: João Armando

O segmento do crédito ao consumo está em crescimento em todo o mundo, desenvolvido por instituições especializadas neste produto, normalmente detidas pelos maiores bancos comerciais. Este é um conceito que chegará a Angola nos próximos tempos, e que permite ao cidadão comum ter acesso imediato a bens de consumo que estão acima das suas poupanças no momento. Pedro Mata, CEO/adjunto do Banco Credibom, umas maiores empresas do género em Portugal, faz um exercício de projecção do que seria a actuação de uma entidade com estas características no mercado angolano.

Começamos pela taxa de juro projectada para o nosso mercado. "Para além da desvalorização da moeda, há que incorporar a taxa de Renault (possível incumprimento), os custos da operação e a margem de rentabilização do capital alocado. Para uma taxa de inflação à volta dos 18%, eu diria que a taxa de juro dos créditos teriam de ser à volta dos 40%", diz Pedro Mata que acrescenta: "Possivelmente com tickets mais baixos (valores a emprestar) e prazos de amortização de mais curtos. Para arranque devia começar pelo crédito no ponto de venda (3, 6 ou 12 meses) para criar um histórico e ver a capacidade de pagamento dos clientes. Isso ia dando confiança e folga para depois projectar uma estrutura de ranking a mais longo prazo".

Sobre a possibilidade de entrar no mercado angolano, explica que ao nível do grupo existe um projecto para o Senegal, mas para a Angola "ainda" não e por várias razões - desvalorização da moeda, estabilidade do sistema político e sustentabilidade da economia que ainda é muito dependente do petróleo. Mas estamos todos de acordo que é um País com riqueza e um potencial assustadoramente enorme".

Condições básicas

Do ponto de vista global, o desenvolvimento deste negócio em Angola obedece a pré-requisitos, dois deles fundamentais e que permitem acelerar o consumo e criar sustentabilidade nessa linha de negócio na perspectiva do banco. O primeiro tem a ver com a necessidade de o banco central, neste caso

o B A, disponibilizar uma central de risco e exigir a cada banco que esteja no mercado a informação de cada pessoa sobre se está ou não em incumprimento em cada um deles, se tem algum problema com os empréstimos que tem ou teve. E tem que disponibilizar o acesso aos bancos e entidades que queiram entrar neste negócio. Em alguns países, nomeadamente em Itália, já é possível fazer também uma segunda validação com a segurança social, saber se a pessoa trabalha naquela empresa e tem rendimentos".

Um segundo pré-requisito fundamental é o acesso à conta bancária dos clientes, uma vez que é necessário ter um sistema de débitos directos. "Os bancos para agilizarem o processo precisam de ter uma declaração que podem debitar a conta daquela pessoa, uma vez que é uma máquina que faz esses mesmos débitos nas datas em que vencem as prestações. Sem estes dois aspectos resolvidos, não há possibilidade de criar um negócio com economias de escala, que é fundamental para criar condições para que as pessoas tenham condições de ter acesso ao consumo. Depois, há um terceiro aspecto, mais na óptica da gestão bancária, e que tem a ver com a capacidade de o banco ter o capital coerente para poder fazer de facto esta operação", explica

Banco Credibom

A Credibom é um banco detido 100% pelo Credit Agricole, o terceiro maior banco europeu. Apesar de estar focalizado exclusivamente no crédito ao consumo, possui uma licença genérica passada pelo Banco de Portugal para toda a actividade bancária. A sua actividade desenvolve-se em cinco linhas de negócio.

A primeira tem a ver com o financiamento automóvel, através da parceria com stands ou concessionários. Estes têm que ser parceiros de crédito, o que significa que tem que ter a certificação do Banco de Portugal. Na prática funcionam com angariadores, utilizam a plataforma da Credibom, do seu simulador, e é o sistema que diz que sim ou que não.

"Depois nós fazemos a análise de fraude, aprovamos e o dinheiro para eles. E somos nós que cobramos as prestações dos clientes. Neste caso existem algumas particularidades, uma vez que é necessário tratar da documentação automóvel com reserva de propriedade do carro, para que em caso de incumprimento possamos dispor dele". Em termos médios, este é um crédito que oscila entre os 14/15 mil euros, tem um prazo de pagamento de 84/90 meses e 60% das aprovações já são feitas de forma automática.

A segunda tem a ver com o financiamento no ponto de venda, verbas mais pequenas, para compra de electrodomésticos, cozinhas ou outros bens. O sistema é o mesmo, os pontos de venda são intermediários de crédito, usam a plataforma do banco ou ligam para o call center, a confirmação passa fundamentalmente pela central de riscos do banco central e pela informação da sua conta bancária. Em média são créditos de mil e poucos euros, com prazos de pagamento até 24 meses e com 90% de confirmação automática.

Uma terceira, e aquela que tem a malha mais apertada, pois o risco de fraude é muito maior, tem a ver com o crédito directo ao cliente final. O cliente procura directamente o banco e temos sempre uma conversa com ele antes de transferir o dinheiro, para confirmar que é ele mesmo que está a contratar o crédito. São em média créditos de nove mil euros, com prazos de 7 anos e cerca de 50% já são feitos de forma automática.

A quarta tem também a ver com financiamento automóvel, mas passa pelo financiamento directo ao stand ou concessionário. Pode ser um crédito normal ou um crédito do stock (o banco financia mas tem que constar as matrículas e números dos carros a que se referem. Por último, os cartões de crédito de venda directa aos clientes, um cartão Visa com um limite e com várias opções de pagamento.

2.8 Recredit tem 1,2 biliões Kz por recuperar da carteira de" malparado comprada ao BPC

Jornal Expansão
12 De Junho de 2020

A Recredit, entidade criada pelo Estado para gerir os créditos malparados do Banco de Poupança e Crédito (BPC) tem como missão recuperar 1,188 biliões Kz em crédito mal parado adquirido ao banco público, no âmbito do plano que visa limpar o crédito vencido do seu balanço, de acordo com cálculos do Expansão, com base nos números do programa de reestruturação e recapitalização do banco.

Este montante resulta da aquisição pela Recredit da segunda carteira de crédito malparado do BPC, no valor de 951 mil milhões Kz, anunciada em Abril, a que se somam aos 231,1 mil milhões Kz, também adquiridos em malparado pelo também designado 'banco mau' em 2018.

Do total dos 951 mil milhões Kz, apenas 6% são considerados recuperáveis, cerca de 57 mil milhões Kz, conforme o relatório da avaliação da qualidade de

activos do sistema bancário nacional, sendo que será esse o valor que a Recredit vai entregar ao BPC. Assim, dos 150 mil milhões que o Estado canalizou no passado à entidade de recuperação de activos tóxicos, a Recredit tem que descontar os 57 mil milhões e entregar o remanescente ao MinFin, que os utilizará para dar a entrada do IGAPE na estrutura accionista do banco, uma vez que o FMI impediu que fosse a Recredit a avançar para esse efeito.

Contas feitas, ainda que o plano de recapitalização do maior banco público seja concluído dentro dos perspectivados 1,5 biliões Kz em aumentos de capital desde 2015 até 2023, as perdas do

Estado podem ainda ser maiores, mas essas contas estarão dependentes do volume de crédito malparado que a Recredit consiga recuperar dos devedores.

Há uma semana, a Recredit e o BPC assinaram um protocolo em que o BPC passou 80% do seu mal parado ao denominado 'Banco Mau', precisamente 951 mil milhões Kz.

Paralelamente a isto, e no âmbito da estratégia de recuperação do malparado, a entidade presidida actualmente por Válder Barros garante já ter finalizado o primeiro processo de recuperação de uma dívida avaliada em 1,5 mil milhões Kz.

O acordo, assinado pelos presidentes dos conselhos de administração das duas entidades, prevê que a recuperação dos activos seja feita "apenas com recurso aos mecanismos legais e coercivos disponíveis caso se afigure necessário", segundo uma nota publicada no portal do Ministério das Finanças.

"A Recredit vai continuar a dar tratamento ao processo de recuperação de crédito desta carteira, privilegiando a recuperação pela via extra judicial. Vamos fazer a negociação amigável com estes clientes e sempre que não conseguirmos recuperar pela via extrajudicial, vamos utilizar todos os recursos que a Lei nos permite para reaver esta carteira de crédito", avançou o PCA da Recredit, Valter Barros, citado na nota das Finanças.

H.R.

2.9 Empresas beneficiárias podem activar garantias

Jornal de Angola
17 De Junho de 2020

As empresas inscritas no Programa de Apoio à Produção, Diversificação das Exportações e Substituição de Importações (PRODESI), do

Ministério da Economia e Planeamento, já podem doravante requerer ao Fundo de Garantia de Crédito em caso de atraso no cumprimento das obrigações contraídas junto da banca comercial.

A cobertura da garantia pode chegar até 75 por cento do valor do crédito e em caso de incumprimento o Fundo de Garantia de Crédito adianta ao banco financiador o valor da dívida e, simultaneamente, a empresa fica devedora.

O Fundo de Garantia de Crédito iniciou esta semana a recepção de projectos enquadrados nas iniciativas do PRODESI.

Ao que soube o Jornal de Angola, a emissão de garantias pelo fundo inclui a cobertura dos créditos do Aviso nº 10/20, de 3 de Abril de 2020, do Banco Nacional de Angola para o crédito à produção de bens essenciais e estratégicos, cujo foco está nos produtos agrícolas, incluindo os bens da cesta básica.

Segundo o presidente do Conselho de Administração do Fundo de Garantia de Crédito (FGC), João Júlio Fernandes, podem recorrer ao crédito com a garantia do Fundo de Garantia de Crédito todas empresas legalmente constituídas em Angola, que não tenham crédito malparado registado na Central de Informação e Risco de Crédito (CIRC) do BNA.

A prioridade na emissão de garantias será oferecida a empresas com pelo menos dois anos de actividade e Micro, Pequenas e Médias Empresas (MPME), certificadas pelo Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas, INAPEM.

Valor das garantias

O valor máximo da garantia será o equivalente em kwanzas a cinco milhões de dólares, independentemente do valor do financiamento pretendido pelas empresas.

João Júlio Fernandes assegurou que o Fundo de Garantia de Crédito, em conjunto com o banco, efectua a recuperação da dívida, preferencialmente por via extrajudicial, mas também judicial se necessário. Os bancos, acrescentou, podem solicitar dos clientes garantias adicionais à garantia do Fundo de Garantia de Crédito para recuperação integral da dívida em caso de incumprimento e accionamento da garantia de crédito.

Já os valores devidos pelas empresas ao Fundo de Garantia de Crédito, resultado do accionamento da garantia, também ficam registados na Central de Informação e Risco de Crédito (CIRC).

Para a solicitação garantia as empresas podem remeter os planos de negócio que pretendem financiados aos seus bancos, na agência mais próxima e ao nível nacional. Os bancos informarão às empresas dos documentos necessários em função da situação das empresas e natureza dos projectos. Caso o banco aprove o projecto, irá solicitar a garantia em nome da empresa.

Alternativamente, as empresas, especialmente as localizadas em Luanda, podem entregar os planos de negócio na sede do Fundo de Garantia de Crédito, em Talatona, condomínio Dolce Vita.

O PRODESI seleccionou ao todo 54 produtos que devem ser produzidos ao nível local e que inclui, em alguns casos, a importação de matéria-prima, para o fomento e potenciação das cadeias de valor, previamente identificadas. Com isso, pretende-se reduzir os gastos de divisas.

2.10 “Os problemas são faltas de liquidez, redução drástica da receita e encargos que são altíssimos”

Jornal Expansão

19 De Junho de 2020

Texto: João Armando (texto) e Adjali Paulo (fotos)

A União dos Pequenos e Médios Empresários está em fase de formalização legal, mas assume-se já como parceiro social, tendo sido recebida pelo Governo. Quais as motivações para a sua constituição?

Esta associação surge para defender os interesses dos pequenos e médios empresários, um sector que é muitas vezes esquecido, mas que é fundamental, uma vez que garante a oferta de bens que não se produzem no nosso País.

São empresas de que áreas?

Nós temos empresas do sector da educação, vestuário e calçado, pescas, rent-a-car, saúde, limpeza, uma série de organizações ligadas à prestação de bens e serviços que apoiam a sociedade e que foram bastante penalizadas nestes dois meses de Estado de Emergência.

A criação da União já foi formalizada ou ainda é um ajuntamento de empresas que se revêm num mesmo problema?

Esta União nasceu de um vídeo que eu fiz nas redes sociais, onde apelava à resolução das dificuldades por

que estávamos a passar. Já estávamos há um mês em casa com os nossos estabelecimentos fechados e tínhamos de pagar aos nossos funcionários. Um mês sem receita para estes pequenos negócios é muito importante e estávamos sem capacidade de aguentar esta situação durante muito mais tempo.

A ideia era alertar o Governo para estes negócios?

Claro! Eu estava a ver o mundo inteiro a desenvolver políticas para apoiar as empresas e aqui criou-se apenas um pacote de "alívio económico" para as empresas ligadas à agricultura, agro-alimentar e pescas, e nós, de bens e serviços, ficámos de fora. Daí ter feito esse vídeo que coloquei nas redes sociais, onde deixei o meu contacto e os empresários começaram a ligar. Foi assim que começámos. Estamos há cerca de dois meses nisto, fizemos reuniões online, eu pessoalmente tentei pedir às empresas que não despedissem os seus trabalhadores, havia algumas que já tinham os processos a correr, com a mensagem que se estivessemos juntos, possivelmente, íamos conseguir por parte do Governo apoios para manter a nossa actividade.

o desemprego foi uma motivação para iniciar este movimento?

Há empresas com 100 empregados que despediram 40, outras que fecharam a actividade, pequenas lojas que não conseguiam pagar os salários desde Março e, neste sentido, a situação das pessoas, foi sim uma motivação. Ainda na recente entrevista que tivemos com o ministro expliquei que todos os dias se perdem empregos neste sector e que, se não houver medidas rápidas, a situação pode tornar-se mais complicada.

Já iniciaram o processo de formalização da União?

Já. Solicitámos a abertura do processo no Ministério da Justiça. O Ministério do Planeamento também nos disse que vai dar todo o seu apoio para este processo ser mais célere, para que esta tramitação legal seja concluída rapidamente.

Quantos empresários estão comprometidos com esta causa?

Neste momento, são 208 empresários, que juntos têm 4.515 funcionários. São maioritariamente de Luanda, mas também de Benguela, Lubango, Cabinda, Namibe, Cunene, penso que são estas as províncias que estão representadas.

O facto de terem sido recebidos pelo ministro, significa que já são reconhecidos pelo Estado?

Exactamente. E tanto é assim que o ministro, quando reuniu connosco, disponibilizou a sua equipa para ajudar a dar celeridade à legalização da União. De acordo com ele, também precisam de um porta-voz que traga as dificuldades do sector, sendo que é mais fácil falar com um representante do que com todos os operadores, um por um. Na verdade, as associações que já existem ou não têm reportado na íntegra aquilo que são as nossas dificuldades, ou não tem feito o seu trabalho. Daí termos avançado.

Quais são as condições de adesão à União?

Qualquer empresário pode aderir. Nós pusemos um anúncio numa página do Facebook e no Instagram, e todos os dias há novos empresários que estão a identificar-se com a causa. Quando viram as notícias do encontro que realizámos, com a divulgação da acta dessa reunião, há todos os dias novos empresários que estão a juntar-se à causa.

Que garantias de apoio é que recebeu desse encontro com o ministro?

Eu entreguei essa acta da reunião, com a listagem das nossas necessidades e sugestões para o segundo semestre deste ano, a curto prazo, e para o biênio 2020/2022, a médio prazo, o nosso plano de acção, e fui informada que vão tentar adequar as nossas reivindicações às políticas que já estão traçadas para este período, numa série de medidas que ainda não foram divulgadas, específicas para as pequenas e médias empresas.

Dentro das linhas de apoio que já existem onde se pode enquadrar o apoio ao vosso segmento?

Foi-nos dito que há uma área do Prodesi de apoio a alguns dos sectores que estão representados na

União, sendo que nós fizemos uma caracterização de todos aqueles que estão envolvidos. E para os casos em que já existem apoios a acção será imediata.

Estamos a falar de um universo que vai de uma loja de roupa a um rent-a-car, de uma empresa de limpeza a uma empresa de venda de medicamentos. Quais são os problemas que são comuns a todo este espectro?

Os problemas comuns são a falta de liquidez, a redução drástica da receita e os encargos que são altíssimos (salários, impostos, etc.) Por exemplo vimos que o perdão fiscal no grupo A foi apenas até 28 Abril e o do grupo B até 28 Maio. No entanto, continuamos a trabalhar sem as receitas habituais, estamos a trabalhar a 30/40% da facturação habitual e temos os mesmos custos. E existe outro problema importante, o preço do m² nos centros comerciais, muitos de nós têm lojas e escritórios nestes locais,

são caríssimos. Tivemos e temos de pagar rendas nesse período, os senhorios não querem perceber a situação e exigem os valores na totalidade. É uma carga muito grande para nós.

Que tipo de medidas é que vocês propõem?

As medidas que levámos à reunião com o ministro é a criação de um fundo por parte do Estado, que seja alocado a um banco comercial, que tenha garantia soberana, e que a gestão seja alo cada à nossa instituição. Depois nós vamos tratar de supervisionar a aplicação das verbas, garantindo que estas estão a ser destinadas ao que foi contratado. Temos muitas empresas que não têm contabilidade organizada e esta é a única forma de ajuda possível. Temos de ter também um papel didáctico no sentido de elas se organizarem e poderem responder a esta crise, sem terem de fechar e despedir os seus trabalhadores.

Muitas delas são pequenas lojas com um ou dois trabalhadores?

É verdade. Preferem ter um ou dois trabalhadores a contratarem um contabilista. Outras das coisas que pedimos é a redução das taxas aduaneiras, são altíssimas.

Em que tipo de produtos?

Nós pedimos para os produtos que consideramos de primeira necessidade. Pedimos para o vestuário, que é considerado um produto de luxo. Pedimos para os filtros de água, para aparelhos de ar condicionado, para electrodomésticos, para aqueles em que não há produção interna. Pedimos para perfumes, cremes, todos esses produtos que ainda têm taxas muito agravadas. E pedimos algo que não existe na lei angolana - produtos-que são fabricados no exterior, mas que são específicos para Angola.

Dê-nos um exemplo.

Eu tenho uma marca de vestuário, a produção é na China, mas é uma marca angolana. E essa marca angolana paga os mesmos direitos aduaneiros como se fosse comprar e vender. Todos os países têm regimes especiais para estas marcas cujos produtos, por motivos de força maior, neste caso não há produção têxtil em Angola como sabemos, são feitos fora das suas fronteiras. Pedimos também redução das taxas portuárias e aeroportuárias e aumento do tempo que os contentores podem ficar nos portos e nos aeroportos. Nesta altura, eles só dão cinco dias, como sabemos os processos nos bancos são muito burocratizados e, por vezes, ultrapassa o prazo, passado este tempo começam a cobrar taxas de sub estadia que são muito altas.

Relativamente à política fiscal, sugeriram alguma medida?

Nós sugerimos o perdão fiscal até 1 de Setembro. Que nos dessem esse trimestre para podermos voltar à normalidade.

Está a falar de um perdão, ou seja não pagarem mesmo, e não uma moratória, adiamento de pagamento?

Não pagarmos mesmo. Porque não temos condições. Não é uma moratória.

E essa proposta aplica-se também à Segurança Social?

Sim abrange. Seria um perdão até 1 de Setembro das nossas contribuições sociais e dos impostos.

Olhemos para o desemprego, que é uma matéria muito sensível nesta altura. Dentro do vosso universo já há despedimentos?

Já há imensos. Nós temos empresas que tinham cento e tal funcionários e despediram mais de metade. Empresas com 40 trabalhadores e que hoje têm apenas cinco. Desde. Março, que há empresas a fechar. Todos os meses são mais. Daí termos pedido ao executivo um plano urgente para evitar mais encerramentos. Vi números que dão conta que temos 8 milhões de desempregados. Isso é uma enormidade, tendo em conta esse desafio nacional de ter de colocar mais gente no mercado de trabalho.

No seu ponto de vista, como é que se combate o desemprego?

O desemprego combate-se criando formações técnicas, e tal como falei na reunião com o ministro, existem indústrias muito fáceis de criar em Angola, como por exemplo a indústria da acetona, do ketchup, da maionese, do óleo de palma, nós temos muito dendém, do processamento da massa de tomate, sumos de fruta, etc. Indústrias que são muito fáceis de implementar cá e que não foram até agora por causa da burocracia, dos impedimentos dos políticos, que também querem ser sócios, querem monopolizar toda a actividade produtiva, e daí vêm bastantes entraves que não deixam crescer a economia

E no seu sector?

Também falei disto com o ministro. Enquanto não se produz algodão têm de implantar já uma fábrica que vai importar matéria-prima que é o tecido, e no tempo em que a fábrica vai trabalhando criam-se as condições para produzir aqui o algodão e depois passar a fazer tudo com matéria-prima nacional.

2.11 A concessão de crédito e a actividade produtiva

Jornal de Angola

29 De Junho de 2020

Um dos grandes problemas de muitas empresas angolanas é a dificuldade de aceder a crédito barato, ou seja, de tomar de empréstimos dinheiro de bancos comerciais com juros baixos.

Sabe-se que muitos bancos comerciais têm muita relutância em conceder crédito a empresas, porque os potenciais devedores não oferecem garantias suficientes de pagamento futuro do que devem. Há micro, pequenas e médias empresas que se encontram paralisadas por falta de financiamento da sua actividade produtiva, num cenário em que, segundo se diz, os bancos comerciais, potenciais credores do sector empresarial privado, têm lucros fabulosos, não estando, mesmo assim, disponíveis para financiar a economia, por razões que podem ser justificáveis.

A verdade é que o negócio da banca comercial deve ser gerido com muita parcimónia. Afinal, os bancos comerciais trabalham com dinheiro alheio e todo o cuidado é pouco quando se usam as poupanças de uns (os seus depósitos em instituições financeiras bancárias) para dar a investidores, que, em princípio, vão utilizá-las para criarem empregos e contribuir para o crescimento da economia.

Temos em Angola micro, pequenas e médias empresas que querem investir em várias áreas de actividade produtiva, tendo sido oportuna a decisão de se criar um mecanismo de facilitação de concessão de crédito a empresários. O crédito é essencial para aquecer a economia, nesta fase em que a crise económica, causada pela pandemia de Covid-19, está a levar à paralisação muitas unidades produtivas.

Que as sociedades de garantia de crédito venham a ser eficientes no processo de concessão de dinheiro a micro, pequenas e médias empresas em estado de falência, para que brevemente estas unidades possam voltar a produzir bens e a prestar e serviços necessários para as populações. Que os bancos comerciais, mesmo havendo sociedades de garantia de crédito, sejam mais flexíveis no processo de concessão de dinheiro a empresários que precisam de financiamento para pôr as suas empresas a funcionar.

Devia ser do interesse dos bancos que houvesse no país um empresariado robusto, cuja capacidade de poupança depositada em instituições financeiras bancárias podia levar estas a expandir os seus negócios. Uma economia paralisada não gera

poupanças. Precisamos de poupanças em bancos para serem transformadas em investimento. Neste momento o que mais precisamos no país é de investimento na produção de bens e serviços. E os bancos podem tirar partido do crescimento da economia.

3. MERCADO INFORMAL

3.1 Aumento dos preços de produtos preocupa consumidores

Jornal de Angola

2 De Junho de 2020

Texto: Ana Paulo

O Instituto Nacional de Defesa do Consumidor (INADEC) realizou, no quadro das suas atribuições, actividades de fiscalização durante o período do Estado de Emergência e dá prosseguimento às mesmas, agora com a declaração de Situação de Calamidade Pública, com vista a preservar os direitos dos cidadãos.

O Instituto Nacional de Defesa do Consumidor continua atento às irregularidades que ocorrem no mercado, com particular incidência sobre os operadores económicos que persistem em alterar os preços dos produtos alimentares e dos meios de protecção contra a Covid-19.

De acordo com o INADEC, as suas equipas constatarem no terreno irregularidades, como a falta de afixação e adulteração de preços, a prática do crime de açambarcamento, irregularidades nas condições higio-sanitárias e de salubridade, entre outras não menos graves.

O INADEC, enquanto fiscalizador do mercado de consumo, constatou no período de Estado de Emergência e primeira semana de Situação de Calamidade Pública, em flagrante, a especulação nos preços de produtos e meios de protecção contra a Covid-19, dentre eles, álcool gel na farmácia Ariplus, distrito do Camama, que vendia o produto no valor de 4.900 kwanzas, mais de que o dobro do que era antes - 2.050, kwanzas. Na mesma localidade a Farmácia Wenha estava a comercializar a caixa de luvas ao preço exorbitante de 10 mil kwanzas, sendo que antes rondava os 2.245 kwanzas.

Ainda na província de Luanda, o Instituto de Defesa do Consumidor apreendeu 65 caixas de sumo de marca “Easy Mouzuoo” de 200 mililitros pertencentes a ERCANGOL- Comércio Geral e Indústria, 24 caixas de peixe carapau pertencentes à empresa WASDEMBA - Comércio Geral Lda, no bairro da Estalagem, 11 caixas de frutos secos de marca “Date Bardo” e cinco sacos de açúcar de 50

quilogramas com prazo de validade expirado, ambos em mau estado de conservação.

O INADEC informou ainda que foram apreendidos na província do Moxico sete sacos de arroz de 25 quilogramas, da marca “Uncle Sam”, 11 caixas de água tônica Welwitchia. Em Benguela foram apreendidos 20 sacos de fuba de milho de marca Caramulo de 25 quilogramas, pertencentes à empresa A. Mogos Comércio Geral, Lda.

No Uíge foram recolhidos 24 frascos de álcool etílico de 96 por cento com prazos expirados, na província da Huíla cerca de 468 caixas de ovos impróprios para consumo, verificando-se a olho nu a presença de vermes, além do cheiro nauseabundo que exalava no local.

Ainda nesta senda, através de um trabalho realizado por equipas multisectoriais em Benguela, o INADEC actuou em duas fábricas denominadas por Vuijo - Comércio e Indústria Lda, bem como HENG TAI- Comércio Geral e Prestação de Serviços Lda, ambas propriedade de cidadãos chineses que fabricavam óleo alimentar e fuba de milho.

As fábricas encontram-se num local em estado deplorável e, além disso, não continha no produto a data de produção, expiração e lote, infringindo assim a Lei de Defesa do Consumidor e as normas do Comité Nacional para o Código 3 em Angola (CODEX).

Nas mesmas fábricas foram apreendidas 110 caixas de 1/12 litros de óleo alimentar, e flagrados a produzir mais de 466 caixas do mesmo produto sem data de produção e de expiração.

Sanções aos infractores

Ainda na província de Benguela, por cometerem infracções, foi julgado o cidadão Mohamedsasim Gulamesajai Bukari pelo crime de desobediência, tendo sido condenado na pena de dois meses e 20 dias de prisão correcional, convertida em multa de 120 kwanzas e pagamento de 85 mil kwanzas de taxa de justiça, bem como a indemnização aos inspectores e fiscais membros da comissão multisectorial no valor de 20 mil kwanzas a cada um dos membro da equipa. Foi igualmente julgado sumariamente o cidadão Amine Kibrom, pelo crime de desobediência, tendo como sentença 15 dias de prisão e o pagamento de 78 mil kwanzas.

Como medida preventiva o INADEC interditou ainda 15 estabelecimentos comerciais em Luanda e Benguela, por má prestação de serviços e por falta de condições higiénicas nos referidos espaços, e do

pessoal em serviço, atentando assim contra a saúde pública.

O Instituto de Defesa do Consumidor intermediou igualmente a restituição de mais de 22 milhões de kwanzas a favor de consumidores que procuraram os seus serviços.

De Março a Maio do corrente ano o instituto visitou cerca de 1.540 estabelecimentos comerciais e de prestação de serviços, recebeu 249 denúncias, registou 713 infracções que derivaram em 477 notificações, procedeu a 91 apreensões e realizou 23 acções de inutilização de produtos diversos impróprios para o consumo humano. Registou igualmente 303 reclamações, das quais 228 foram já resolvidas e 75 encontram-se em fase de resolução. Dentre as reclamações feitas, a direcção do INADEC destaca a subida vertiginosa dos preços dos produtos da cesta básica.

Distribuidores alegam dificuldades

O presidente da associação de Empresas de Comércio e Distribuição Moderna de Angola (ECODIMA), Raul Mateus, informou ao Jornal de Angola que desde a entrada da Covid-19 no país os gestores e vendedores têm atravessado dificuldades diversas, sobretudo, na excessiva perda do poder de compra do consumidor, o que faz com que o volume de facturação reduza consideravelmente.

Com estas dificuldades, segundo Raul Mateus, as empresas têm menos liquidez para a criação de novos postos de trabalho, resultando na redução da contribuição fiscal e, conseqüentemente, numa maior pobreza para as famílias, empresas e para o próprio Estado.

Em relação ao aumento dos preços dos produtos a todos os níveis, Raul Mateus esclareceu que a cadeia de custos varia entre os operadores económicos, daí que, acrescentou o representante da ECODIMA, é normal que se verifique actualmente a diferença de preços entre as empresas.

Por exemplo, Raul Mateus explicou que um operador pode ter custos relacionados com a falta de água da rede pública, e o outro não, assim como um operador pode ter custos relacionados com a compra de combustível para o gerador, por falta de energia eléctrica a partir da rede pública, já o outro, por ter, está isento desse tipo de custos.

Por outro lado, Raul Mateus realçou que as actividades desenvolvidas pelos associados da ECODIMA são de natureza comercial, em termos formais e profissionais, pelo que, em momento algum devem ser confundidas com o comércio levado a

cabo pelas quitadeiras ou vendedores ambulantes, bem como pelos grandes armazéns que não cumprem com normas fiscais e do direito laboral vigentes no país.

Alguns deles, continuou a explicar Raul Mateus, desenvolvem a sua actividade no mercado informal à margem dos marcos da lei, escapando ao fisco e, em grande medida, às entidades fiscalizadoras.

Todos estes elementos, defendeu o representante da ECODIMA, influenciam, no final do dia, a variação de preços entre os operadores. Acrescentou que os associados são empresas que actuam no mercado formal da economia, tendo, à luz do regime jurídico de preços - aprovado pelo Decreto Presidencial número 206/11, de 29 de Julho, que aprova as Bases Gerais para Organização do Sistema Nacional de Preços, e pelo Decreto Executivo número 62/16, de 15 de Fevereiro, que aprova o Regime dos Preços Fixos e Vigados - que justificar a sua formação, para efeitos de pagamento de impostos, e ainda para efeitos das inspecções e fiscalizações.

“Nesta conformidade qualquer actualização de preços por parte dos nossos associados é feita nos termos e condições do quadro jurídico acima referido, face ao surgimento de factores que o justifiquem”, sublinhou o presidente da Associação de Empresas de Comércio e Distribuição Moderna de Angola, reforçando que as empresas filiadas na associação têm cumprido com as medidas impostas pelas autoridades sanitárias do país, e devidamente previstas no Decreto Presidencial acima referido e de Calamidade Pública, como o uso obrigatório da máscara facial, o distanciamento de dois metros, a obrigatoriedade de higienização e outras medidas que têm sido cumpridas nos estabelecimentos comerciais dos associados.

A ECODIMA controla actualmente 70 empresas, com representação em seis áreas comerciais distintas, nomeadamente área alimentar e não alimentar, farmacêutica, mobiliário e decoração, materiais de construção, equipamentos electrónicos e consumíveis, têxteis, vestuário e calçados. A maior parte dos bens distribuídos pelos associados no circuito comercial é importado com divisas.

3.2 Mais de 14 mil litros apreendidos no Uíge

Jornal de Angola

3 De Junho de 2020

Texto: Joaquim Júnior

O comandante-geral da Polícia Nacional mostrou-se preocupado, em Maquela do Zombo, província do Uíge, com o contrabando de combustível, após a apresentação de 14.595 litros, apreendidos na orla fronteiriça.

O combustível foi apreendido pelas autoridades na fronteira com a RDC

Os 14.595 litros de combustível (12.845 de gasolina e 1.750 de gasóleo) foram apreendidos na sequência de uma operação conjunta entre a Polícia de Guarda Fronteira e as Forças Armadas Angolanas. O comissário-geral Paulo de Almeida, que falava após a visita efectuada aos efectivos da Polícia Nacional destacados na localidade de Quimbata, que faz fronteira com a vizinha República Democrática do Congo, disse que o tráfico e contrabando de combustível aos poucos vai se tornando um problema genérico em todas as fronteiras do país, tendo sublinhado estarem em curso estudos e medidas para se reverter o quadro.

Segundo o comandante-geral da Polícia Nacional, existe boa colaboração entre a população e as autoridades policiais. “O reduzido número de efectivos tem limitado a capacidade de resposta no controlo das fronteiras, no âmbito das medidas de prevenção contra a pandemia do Covid-19”, referiu.

3.3 Agricultura e Pescas e o sector com a maior taxa de mortalidade das empresas

Jornal Expansão

5 De Junho de 2020

O sector da Agricultura e Pescas em Angola tem sido varrido por uma onda de falências de empresas, ao contrário do comportamento dos ramos da indústria extractiva e transformadora.

A avaliação do INE sobre a mortalidade de empresas por actividade económica no período em referência demonstrou que, no ano passado, a taxa mais elevada ocorreu na agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca com 3%, seguindo-se o da electricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio, com 3% e indústrias transformadoras, com 2%.

No sentido inverso, as menores taxas de mortalidade registaram-se na captação, tratamento e distribuição de água; saneamento, higiene pública e actividades similares, actividades imobiliárias com 0,0%.

O ambiente macroeconómico no sector da Agricultura e Pescas colocou fora de actividade 260 empresas, entre colectivas e individuais, enquanto, no sentido inverso, surgiram apenas 17 novas empresas no sector da Agricultura e Pescas.

Ainda sobre a mortalidade das empresas, o sector da Agricultura e Pescas só é superado pelo Comércio. No ano passado 920 empresas, na sua maioria micro e pequenas empresas do retalho, viram a sua actividade interrompida.

No entanto, o sector do comércio é o que registou o maior número do surgimento de empresas novas. A justificação, de acordo com fontes do Expansão é que muitos gestores e empresários estão a mudar de actividade empresarial para se dedicarem ao comércio.

Os inquiridores do INE apontam, no relatório sobre as empresas em 2019 que a falta de incentivos fiscais do Estado e a não cedência dos créditos, por parte da banca comercial é o factor determinante da morte de muitas empresas.

Para muitos analistas, a situação tende a piorar, se olharmos para os dados de 2019 sobre o tecido empresarial angolano, por isso, o apelo de muitos gestores vai para o Estado e avançam ser necessária a criação de políticas para estimular os mercados e o consumo das famílias para que as empresas sobrevivam.

Fontes do Expansão revelam muita preocupação para os números de 2020, tendo em conta a crise com a pandemia da Covid-19. "Se tudo já era difícil, então as coisas estão a complicar ainda mais para muitas empresas em 2020. A economia mundial e a nível do País paralisou e as empresas não vão resistir, porque não há consumo e os preços estão bastantes elevados", refere José Lopes.

Este mau momento das empresas que se assiste no País está a afectar as famílias e o resultado tem sido o aumento do número de desempregados em Angola.

Em Angola, 70% das empresas registadas estão sem nenhuma actividade e este é um indicador de que o País ainda é um risco para desenvolver a actividade empresarial.

H.C.

3.4 Número de empresas com actividade suspensa dispara mais de 7.000% para 5,9 mil

Jornal Expansão

05 De Junho de 2020

Texto: Martins Chambassuco

No final do ano passado, o País tinha registadas 5,9 mil empresas com actividade suspensa, representando um aumento de mais de 7.000%, face às 74 que encerraram temporariamente as portas em 2018, indicam os dados do Anuário das Estatísticas das Empresas do Instituto Nacional de Estatísticas (INE).

O departamento de cadastro da Administração Geral Tributária (AGT) garante que recebeu vários pedidos de empresas a pedir a suspensão da sua actividade em 2019. Aquele órgão revela que durante a suspensão da actividade as empresas não pagam qualquer tributo, ou seja, a AGT fica sem receber impostos.

O Expansão apurou junto do fisco a existência de muitas empresas que não reportam oficialmente a suspensão da sua actividade ou do Número de Identificação Fiscal (NIF), o que contribui para o elevado número de empresas fantasma, ou seja, aquelas que o fisco apenas tem o seu registo e não sabe onde estão, que disparou 10%, para mais de 144 mil.

De acordo com o INE, que avalia a série entre 2017-2019, no anuário divulgado na semana passada, no final do ano passado, Angola contabilizava um total de 207.536 empresas, sendo que ajuntar às 'fantasma' e suspensas, estavam registadas 55.957 em actividade, um aumento de 6%, comparativamente ao ano anterior.

Das 207.536 empresas contabilizadas até Dezembro de 2019, 5.599 tinham actividade suspensa, representando um aumento de mais de 7.000%, comparativamente ao ano anterior, em que apenas 74 tinham a actividade suspensa (ver página 4).

Segundo o INE, as empresas com actividade suspensa são aquelas de que forma temporária suspendem a sua actividade, por danos nas instalações ou outros motivos.

Fontes do Expansão avançam que esta prática de suspensão tem sido a opção dos empresários, em nome individual ou colectivo, para deixar de laborar e deixar os colaboradores na rua sem qualquer indemnização.

Os dados do INE indicam também que no ano passado houve uma quebra de 22% nas empresas dissolvidas, ou seja, em 2019, as empresas que cessaram de forma definitiva a sua actividade atingiram uma cifra de 1.770, contra as 2.276 paralisadas em 2018. A dissolução das empresas resulta da declaração de falência, deliberação dos sócios ou por outros motivos.

Em termos de mortalidade, os números apontam para uma redução, ou melhor, em 2019, o número de empresas que deixou de fazer parte da base de dados do GUE rondava as 2.329 e no sentido oposto, ou seja, no ano passado nasceram 1.006 empresas, representando um regresso à tendência do saldo negativo entre as novas e empresas que cessam a actividade.

Face ao início da crise, em 2014, há um aumento de 92% nas empresas 'fantasmas' e de 40% nas que apresentam actividade, ou seja, o número de empresas em actividade cresceu 40% para as 55.957, em 2019, contra as 39.884 registadas nos últimos seis anos.

Esses indicadores, de acordo com as fontes do Expansão estão alinhados com a marcha do Produto Interno Bruto (PIB) que nos últimos anos tem seguido a tendência negativa. A culpa, para muitos especialistas, é da recessão da economia que o País está a viver há três anos.

"Neste ambiente macroeconómico não há mercado algum que resista a crise económica e financeira que o País vive. Com uma economia em recessão e o baixo consumo, por parte das famílias, as empresas acabam sempre afectadas pela negativa e muitas delas não resistem, obrigando-se mesmo a encerrar as portas ou a suspender a actividade colocando os colaboradores na rua sem qualquer indemnização", sublinha o economista José Lopes.

Mais de metade das empresas está em Luanda. Quanto à localização geográfica das empresas em actividade no País, em finais de 2019, mais de metade das quase 56 mil, estavam em Luanda, com uma quota de 59% (ver página 4). O INE indica ainda que Benguela continua a ostentar o segundo maior parque empresarial do País, uma vez que as 3.906 empresas registadas naquela província do litoral angolano representam 7% do total das empresas em actividade em todo o País. Já a Lunda Norte, de acordo com os dados do INE, com apenas 1.049 unidades apresenta o menor número em termos de distribuição das empresas em Angola.

O que fazem as empresas

Em termos sectoriais, o comércio com 27.576 empresas lidera as estatísticas de unidades em actividade em todo o País, o empresário Celestino Machado diz que há empresas de outros sectores que fecharam e que os proprietários hoje se dedicam ao retalho de produtos. "Tudo para compensar os efeitos com a crise financeira que a economia angolana vive desde 2014", diz.

A fonte avança que os números, nesse momento não o surpreendem, mas é urgente que os apoios do Estado cheguem às empresas para manter a sua actividade e que sejam salvaguardados os rendimentos dos trabalhadores para que haja consumo.

Quando ao segmento industrial, o segmento extractivo (petróleo, diamantes e exploração de rochas ornamentais), em finais de 2019, contava com 476 empresas em actividade, enquanto na hotelaria, restauração e similares estavam registadas quase 5 mil empresas, das quais seis eram públicas. No ano passado 1.301 empresas do sector da educação estavam em funcionamento e já a agricultura e pescas contabilizou 2.131 unidades operacionais.

3.5 Taxistas ameaçam paralisar serviços na zona de Cacuaco

Jornal de Angola

6 De Junho de 2020

Texto: Manuela Gomes

Os taxistas, vulgo “azuis e brancos” e moto-taxistas, que operam no município de Cacuaco, ameaçam paralisar os serviços, caso a administração da circunscrição insista em manter a actual rota que alegam não oferecer condições para o trabalho que exercem.

Em declarações ao Jornal de Angola, o presidente da Associação dos Taxistas de Angola (ATA), Rafael Inácio, disse que pretendem paralisar os serviços a partir da próxima segunda-feira até quarta-feira.

Rafael Inácio explicou que em causa está o desvio das paragens, uma decisão tomada unilateralmente pela administração, alegando que a actividade de taxista tem sido a causa do aumento de crimes e da venda desordenada no município.

Rafael Inácio lembrou que muito recentemente a Administração Municipal de Cacuaco reuniu-se com a Associação dos Taxistas de Angola e com a Nova Aliança. No encontro, as autoridades locais

apresentaram um plano que passava pelo desvio do percurso, mas que antes fosse reabilitada a via, o que não aconteceu até à data.

“Há dias fomos surpreendidos, sem nenhuma explicação prévia, pela administração, que orientou a nossa retirada da zona habitual e passássemos transitar pelo interior do bairro, quando, até ao momento, não foi feito trabalho de melhoria das ruas, conforme o prometido”, precisou. De acordo com o presidente da Associação de Taxistas, o trajecto foi desviado, partindo pela entrada da cerâmica e acaba por desembocar no bairro dos imbondeiros.

“Achamos uma opção reprovável, pois a via não oferece condições e muito menos inspira segurança. Há falta de iluminação pública, além da poeira que quebra quase a visibilidade dos automobilistas e incomoda os passageiros”.

Para Rafael Inácio, “em obediência à lei estamos a impugnar o acto administrativo imposto pelo administrador municipal, mas alertou que caso não haja uma solução, até domingo, os serviços de táxis vão paralisar apenas os do município de Cacuaco e, posteriormente, na generalidade, ou seja, a toda extensão da província de Luanda.

Segundo o presidente da ATA, desde que os taxistas passaram a usar a via indicada pela administração foram já registados vários assaltos aos passageiros e taxistas. Muitas viaturas ficaram danificadas por causa das más condições do traçado.

Os associados apresentaram à administração sugestões como, por exemplo, a criação de um término de táxis devidamente terraplanado, com iluminação e segurança públicas e afixação de placas de sinalização, mas sem sucesso.

Jacob responsabiliza ATA

Em reacção a decisão tomada pela ATA em paralisar os serviços, pelo facto da administração ter alterado o trajecto dos táxis, a entidade máxima da circunscrição, Auxílio Jacob, disse ser um assunto de inteira responsabilidade das referidas associações.

“A decisão não foi tomada pelo simples facto de não vermos a circular naquele perímetro, mas sim no sentido de diminuir o número de assaltos e outras violações que ocorreram na zona.”

Acrescentou que a medida surge no âmbito da avaliação das razões dos crimes violentos, acções à mão armada e concluiu-se que os principais incentivadores, inclusive a transportação dos criminosos, são os táxis.

3.6 200 mil moto-taxistas sem documentação

Jornal de Angola

10 De Junho de 2020

Texto: Ana Paulo

Dos 360 mil moto-taxistas controlados pela Associação dos Motoqueiros e Transportadores de Angola (Amotrang), apenas 160 mil actuam de forma legal, enquanto que a maioria 200 mil não possuem a documentação exigida para o exercício da actividade, deu a conhecer o presidente da agremiação, Bento Rafael.

Em declarações ao *Jornal de Angola*, Bento Rafael disse que a proliferação de armazéns que comercializam motorizadas e motociclos sem documentação exigida, como a matrícula e Modelo O, está na base da existência de milhares destes meios rolantes que exercem a actividade de moto-táxi na província de Luanda e no resto do país.

De acordo com Bento Rafael, estão apreendidas no país milhares de motas, e os utentes sentem-se impossibilitados de reclamarem pelos meios, por não possuírem documentos credíveis, mas apenas uma factura de compra, o que não é suficiente.

No parque de estacionamento de meios rolantes, apreendidos pela Polícia Nacional, em Luanda, localizado no Quilómetro 30, em Viana, encontram-se estacionadas milhares de motas, enquanto que em Malanje estão em posse da corporação cerca de seis mil motas, porque os donos têm dificuldades em rever os meios por falta de documentação.

“Os únicos documentos que os compradores têm em sua posse, é igual a das facturas de produtos alimentares comprados em armazéns”, disse Bento Rafael, aludindo que a apreensão dos meios rolantes ocorre em todo o país, o que torna difícil a Amotrang ajudar os associados, por não possuírem documentos próprios.

“ Não é comum, a Polícia Nacional prender as pessoas que circulam com estes meios sem documentação. Por esta razão, existem milhares de motas retidas nos parques, cujos proprietários não estão presos”, esclareceu Bento Rafael.

A venda de motas sem documentação começou a reduzir, a partir de 2018, quando a Amotrang, através de um instrutivo da Direcção Nacional de Viação e Trânsito, intercedeu junto de armazéns para coarctar a comercialização desses meios sem os modelos e matrículas grafadas.

Tendo em conta a esta situação, a Amotrang apela aos comerciantes para facilitarem na legalização das motorizadas. No entender da associação, estes meios devem ser vendidos como acontece com os veículos automóveis, que ao saírem de um ‘stand’ chegam aos beneficiários com a documentação completa.

Benguela tem registado 45 mil associados e é a província do país com o maior número de moto-taxistas, vindo a seguir o Huambo com 38 mil.

Actividade dos operadores será regulada

O Instituto Nacional dos Transportes Rodoviários e a Direcção Nacional de Segurança Rodoviária estão a trabalhar no sentido de diminuir ao máximo, os constrangimentos vividos pelos moto-taxistas, no exercício das suas actividades e o diploma será submetido à consulta pública, ainda este ano.

De acordo com Énio Costa, o Ministério dos Transportes está a trabalhar na elaboração de um “Regulamento sobre a Actividade de Moto-táxi”, com aspectos devidamente acautelados, principalmente no tocante à prevenção da Covid-19.

Decorrem trabalhos e tão logo estejam concluídos, as associações ligadas ao sector serão chamadas, para a análise dos principais pontos fulcrais, com destaque para a comercialização dos meios, bem como a obtenção de documentação.

Énio Costa garantiu que o diploma irá resolver os problemas vividos na actividade de moto-táxi, um aspecto que preocupa os órgãos reguladores do sector, por haver ainda um grande índice de sinistralidade com este tipo de transporte, por falta de instrução e orientação dos operadores para realizar a actividade com a melhor segurança.

“O actual contexto mostra que qualquer pessoa que tem em sua posse uma motorizada, opta por uma actividade de subsistência, numa zona periférica e centro da cidade, sem carta e habilitações para conduzir o meio, daí a importância da criação do diploma, que vem regular o sector”, frisou Énio Costa.

3.7 Índice de captura de pescado baixou mais de 40% em 2019

Novo Jornal

12 De Junho de 2020

Texto: Horténsio Sebastião

o índice de captura de pescado no Namibe, Sul do país, baixou significativamente nos últimos tempos, informou ao Novo Jornal o presidente da Associação provincial de Pescas e Aquicultura daquela província, Jorge Hilário de Sousa.

Só de Janeiro a Maio do ano em curso, o volume de captura de pescado foi de 4,3 toneladas, representando uma quebra de 64% face ao mesmo período do ano passado. Nos primeiros cinco meses de 2019, foram capturadas pouco mais de 12 mil toneladas de peixe

O responsável deu a conhecer que o nível de captura de pescado desceu para 28,9 mil toneladas em 2019, enquanto no ano anterior, em 2018, se atingiu a cifra de 48,4 mil toneladas, representando uma quebra de 40,5%. Porém, dois anos antes, em 2017, foram capturadas 84,6 mil toneladas de pescados.

De acordo com o líder associativo, este ano antevê-se um decréscimo ainda maior devido à Covid-19 e, fundamentalmente, à escassez que se verifica na pesca da sardinha e do carapau. Jorge Hilário de Sousa explicou que, em 2016, a captura da sardinha, por exemplo, se cifrou em 89 mil e 328 toneladas e, em 2018, desceu bruscamente para 33 mil e 905 toneladas, uma diferença de mais de 50 mil toneladas. O responsável observou que, em relação a esta espécie - sardinha - o decréscimo da pesca tem também a ver com a pesca dirigida, ou seja, com a captura de peixe de tamanho adulto, preservando os cardumes em fase de crescimento intactos, para a pesca em épocas posteriores.

"Anteriormente, havia capturas elevadíssimas de sardinha, mas, neste momento, estão muito baixas", sublinhou.

O presidente da Associação de Pescas e Aquicultura do Namibe disse que, no período do "boom" da sardinha, grande parte da espécie era processada em farinha e óleos de peixe, mas, devido ao actual estado de paralisação de fábricas situadas no município do Tombwa, por falta deste recurso - sardinha - e porque as capturas caíram, é comercializada em estado congelado e ainda transformada em seco e meia-cura.

A nível da pesca do carapau, o sector ressentido da pesca de arrasto - pesca feita por barcos de elevado

porte, baseada na captura, desde o peixe em estado de desova até o pescado miúdo - dizimando a espécie, que influencia os índices de captura.

"A pesca do arrasto desagrada-nos e, com o andar do tempo, aliada aos factores climáticos, o carapau é um recurso que não estará disponível com alguma regularidade", lamentou Jorge Hilário de Sousa.

Em relação à pesca de carapau no Namibe, em 2017 atingiu-se a cifra de 180 mil e 17 toneladas. Não obstante esses indicadores negativos, Jorge de Sousa reconheceu ter havido um período em que foi proibida a pesca de arrasto, tendo, por isso, permitido que se registasse "sinais de recuperação" do carapau nos pontos habituais de pesca.

"O carapau é um recurso partilhado com a Namíbia e, se houver muita incidência sobre ele, efectivamente teremos dificuldades, para que o mesmo consiga afluir aos nossos pontos de pesca", referiu.

Com 53 associados, maioritariamente armadores de pesca industrial, a Associação de Pescas e Aquicultura do Namibe procura incluir, na organização, os pescadores artesanais, mas estes preferem manter-se na informalidade, realizando a pesca de forma insegura, com meios inapropriados e descarregando o pescado nas praias e áreas não autorizadas.

O município do Tombwa, outrora berço do sector piscatório naquela província, apesar da inoperância das fábricas de farinha e óleos de peixe que absorviam os grandes volumes de captura, as unidades conserveiras ainda funcionam, a par das congelações, enquanto, a nível do peixe seco, este deixou de ser processado nas unidades industriais. O mercado informal detém o monopólio desta actividade, desprovida do controlo em qualidade e com elevado risco para a saúde humana.

Questionado sobre as medidas tomadas pelo sector das Pescas, no quadro da Covid-19 no Namibe, Jorge de Sousa respondeu que o sector não parou, fazendo "à pesca uma prioridade que permite ir ao mar todos os dias, voltar, reduzir o pessoal em terra, mas mantendo a situação operacional, numa extensão de 420 quilómetros de costa.

Jorge de Sousa defende uma pesca sustentável na região, que pressupõe a realização de uma actividade regrada, obedecendo a um esforço de pesca equilibrada, que não supere as capacidades existentes.

Registou-se a redução das mulheres processadoras. A nível dos marinheiros, houve também alguma diminuição e foram introduzidas medidas de biossegurança, como a lavagem das mãos, o uso de

máscaras e evitar enchentes nas descargas de pescado, salientou.

3.8 Taxistas aguardam pela intervenção do GPL

Jornal de Angola

12 De Junho de 2020

Texto: Manuela Gomes

O presidente da Associação dos Taxistas de Angola (ATA) esclareceu que a manifestação registada ontem, na EN-100/Norte, no troço entre a Cimangola e a sede do município de Cacuaco, não foi protagonizada por taxistas, mas por populares da circunscrição que se viram agastados com a situação, devido à falta de táxis naquela zona.

Em declarações ao Jornal de Angola, Rafael Inácio explicou que a ATA e outros associados mantiveram, na semana passada, um encontro com a governadora de Luanda, Joana Lina, para em conjunto encontrarem uma solução e foi pedido pelo GPL uma moratória de três dias, já vencida, para se evitar a greve e continuar a trabalhar sem constrangimentos.

“Vamos hoje no quinto dia da moratória que a governadora de Luanda pediu e ainda não temos nenhuma resposta para pôr fim à nossa insatisfação às medidas tomadas pela Administração Municipal de Cacuaco, que interdita a circulação de taxistas em algumas artérias da municipalidade”, disse Rafael Inácio.

Segundo ele, está marcado para hoje um encontro entre a vice-governadora para área Técnica e Infra-Estruturas da província de Luanda e a Associação de Taxistas de Angola. “Esperamos que desse encontro saiam medidas que sejam favoráveis para os dois lados, tanto para nós taxistas, tanto para a Administração de Cacuaco”.

Rafael Inácio afirmou que os táxis, em Cacuaco, vão continuar em circulação, em número reduzido, pois alguns proprietários recusam-se em colocar os meios a circular pelas vias estabelecidas pela Administração Municipal.

Circulação na EN-100 normalizada

A circulação na EN-100/Norte, no troço entre a Cimangola e a sede do município de Cacuaco, em Luanda, nos dois sentidos, voltou à normalidade, ontem, após ter sido bloqueada por populares, por várias horas. O bloqueio, que começou às 5 horas, foi montado nas imediações da Cimangola, criando desordem na estrada e longas filas de viaturas,

principalmente para quem pretendia atingir o centro da cidade.

O protesto foi contra as novas rotas definidas pela Administração Municipal de Cacuaco, um “braço de ferro” que já dura mais de oito dias.

Sobre o assunto, o director do Gabinete de Comunicação Institucional e Imprensa do Comando Provincial e Luanda da Polícia, intendente Nestor Biz Goubel, confirmou, ontem, à Angop a reposição da circulação, ordem e tranquilidade pública naquela via.

De acordo com o oficial da corporação, a Polícia Nacional agiu de forma pacífica e pedagógica, no sentido de evitar tumultos ou eventuais prejuízos humanos e materiais. Muitos automobilistas que exercem a actividade laboral, em outros pontos da cidade de Luanda, residentes no município de Cacuaco e que utilizam a EN-100, tiveram que suportar longas filas, por demoradas horas, ou procuraram outras vias alternativas, principalmente através da Avenida Fidel de Castro, utilizando o município de Viana.

Os taxistas alegam que as novas rotas se encontram em mau estado de conservação, podendo ser prejudicial para os veículos e pôr em perigo os seus ocupantes, além do inconveniente da poeira, da falta de iluminação pública e constantes assaltos. Na manhã de segunda-feira, a paralisação dos serviços de táxis criou enormes dificuldades na movimentação de pessoas, obrigando muitas a optarem por andar a pé ou a recorrerem a viaturas ligeiras descaracterizadas, que exercem ilegalmente actividade de táxi

3.9 Taxistas na boca do mundo

Jornal de Angola

14 De Junho de 2020

Texto: Guimarães Silva

O exercício da actividade de táxi beneficia o grosso da população, que não possui meios próprios para a deslocação a longas distâncias. Os benefícios tocam quer utentes, no caso os passageiros, quer o município, os proprietários, motoristas, cobradores, lotadores e respectivas famílias. Quando o denominador comum, no caso o meio de transporte, fica inoperante, as partes têm quebras, o que é mau

A greve dos taxistas e motoqueiros de Cacuaco, faz tempo, estava na boca do mundo, com anúncios, inclusive na média, que apresentou as razões do braço de ferro entre utentes de táxis e a administração local, num crescendo de acusações de parte a parte. O cruzamento de informação entre as

duas entidades foi algo pouco abonatório porque as mensagens transmitiram mais amargos de boca.

O pomo da discórdia, até ao presente, tem sido o desvio da rota habitual dos taxistas, que agora são obrigados a entrar pela estrada da Cerâmica e de imediato virar à direita para o Bairro dos Imbondeiros, depois o condomínio da Ecocampo e sair frente às bombas que têm o símbolo de um felino.

A nova rota surpreende porque o piso é impróprio para grandes movimentações, não está preparado, é poeirento, sem condições de segurança e propício a assaltos, o que já aconteceu. Um camião cisterna afecto à administração municipal borrifou o troço sábado passado, 6 de Junho.

O desvio que desanuviava o trânsito na via expresso Kifangondo-Luanda tornou-se, em pouco tempo, um incómodo para a população, moradores sobretudo, que sem aviso prévio é forçada a conviver com o risco de atropelamento, poeiras e o barulho da movimentação de um sem número de viaturas ao minuto.

Um dos pontos mais críticos da nova rota está, precisamente, na saída do Bairro Imbondeiros e entrada para a Ecocampo. Com pouca visibilidade, advinda de dois quintais com muros, torna-se um risco para a travessia de crianças.

O dia D

Segunda feira, os taxistas afectos à Associação Nova Aliança dos Taxistas de Angola (ANATA) partiram para a decisão de parar. Ao longo de dois dias, parte da via expresso, na vila de Cacucaco, ficou às moscas, sem os habituais azulinhos na via. Com paragens apinhadas de gente, a população necessitada teve como recurso os autocarros, públicos e privados, e os motoqueiros que furaram a greve, num acto pouco claro.

Entretanto, quinta-feira a coisa ficou feia. Perto de duas centenas de taxistas pararam e perfilaram as viaturas ao largo do famoso tanque de água de Cacucaco.

As vozes dos homens que transportam milhões de pessoas por ano clamavam pela resolução imediata do diferendo. Contudo, o negativo reside no facto de impedirem a livre circulação das demais viaturas, com vistorias para a caça de algum fura-greve. Cacucaco apresentou um cenário desolador, com centenas e centenas de pessoas a caminhar a pé de/e para casa.

3.10 Às vendedoras de “quitutes” biossegurança recomenda-se

Jornal de Angola

15 Junho de 2020

Texto: Edna Mussalo

O desrespeito pelas regras impostas pela Situação de Calamidade, que permitiu aos vendedores dos mercados e ambulantes terem duas horas a mais de actividade, com regras estritas de higienização e utilização de meios de segurança, também é uma realidade entre certas vendedoras. A falta da lavagem das mãos e álcool gel é, assim, visível em muitas das ruas da capital onde é feita a venda ambulante ou preparação de alimentos, como bombó, jinguba, milho, doces, quissângua e outras iguarias.

Maria Morais, de 18 anos, quando foi interpelada pela nossa reportagem, estava a substituir a mãe na venda de bombó assado com jinguba. Ambas disseram que só usam o álcool gel em casa.

A filha, estudante, disse não ter conhecimento que o coronavírus se pode contrair através da recepção de dinheiro, notas ou moedas, que entrega ou recebe dos clientes.

3.11 Moto-taxistas retomam a actividade no Zaire

Jornal de Angola

16 De Junho de 2020

Texto: Fernando Neto

Os nove mil moto-taxistas inscritos no Departamento de Trânsito e Segurança Rodoviária da Polícia Nacional na província do Zaire foram autorizados a retomar, desde ontem, a actividade de transporte de passageiros e mercadorias, mediante a observação de medidas de protecção contra a Covid-19.

O retorno à actividade de moto-táxi na região foi decidido durante um encontro em Mbanza Kongo entre o Departamento de Trânsito e Segurança Rodoviária e os moto-taxistas, no anfiteatro do segundo edifício do governo, onde foram explicadas as medidas de prevenção contra a Covid-19, plasmadas no Decreto 181/2020 de 12 de Junho.

O responsável do Departamento de Trânsito e Segurança Rodoviária da Polícia Nacional no Zaire, superintendente-chefe Luís Canganju, lembrou aos moto-taxistas para fazerem a higienização das mãos, usar a máscara facial e o capacete de protecção.

“Aos moto-taxistas é permitido exercer a actividade de transporte de passageiros por inexistência de meios apropriados (táxis e autocarros suficientes). Com a pandemia que assola o mundo fomos obrigados a passar esta mensagem para que eles possam, também, proteger as suas vidas, porque a doença é letal”, alertou Luís Canganju.

Segundo Luís Canganju, as motos de três rodas devem ter bancos corridos para levar apenas quatro passageiros, dois em cada lado, atendendo à medida de distanciamento que se impõe.

3.12 Moto-táxis já podem" circular com excepção da província de Luanda

Jornal Expansão
19 De Junho de 2020

Os moto-taxistas nas províncias já voltaram ao trabalho, depois de 10 semanas de paragem, embora respeitando alguns parâmetros uso de produtos de desinfecção e higienização, nas motorizadas e uso obrigatório de máscaras para condutores e passageiros. A província de Luanda, enquanto durar a cerca sanitária, fica de fora desta autorização, sendo que a proibição se mantém na capital.

O decreto especifica também que já é possível o transporte urbano de passageiros com uma lotação de 75% dos veículos -11 passageiros para veículos com lotação de 15, nove para veículos de 12 lugares e seis para os que têm capacidade máxima de nove lugares. Para os denominados "gira-bairro" e táxis personalizados, o valor permitido são três passageiros, ou seja, o condutor e mais dois. Também está definido no documento que o transporte urbano de passageiros fica limitado ao horário entre as 5h00 e as 24h00.

Um dos aspectos importantes que se aplica a todo o sector do transporte de passageiros, e por isso também ao transporte rodoviário urbano, é que os condutores devem ser capacitados no sentido de poderem identificar os casos suspeitos através do reconhecimento dos sintomas, devendo também estar identificados com as medidas preventivas para sustentar a contaminação. O que significa que os proprietários dos táxis são responsáveis por dar ou possibilitar esta formação aos motoristas, e o não

cumprimento desta indicação pode implicar penalizações à sua actividade.

Na província de Luanda está também autorizada a circulação do serviço de transporte colectivo de trabalhadores, em regime de aluguer, contrato ou veículos próprios, por parte de entidades públicas ou privadas, desde de cumpridas as lotações explicadas acima

Também já estão a circular os comboios de passageiros, com a excepção dos interprovinciais com destino ou partida de Luanda. Na capital está apenas a funcional a ligação suburbana Baía - Bungo, sendo que só depois do levantamento da cerca sanitária será aberta a ligação para Malange. O transporte ferroviário de passageiros tem também uma limitação horária, só é possível de 2. a a 6. a feira, e entre as 6h00 e as 17h30. Os maquinistas, revisores, bilheteiros, pessoal relevante para a circulação e segurança devem utilizar os equipamentos de biossegurança recomendados (máscaras, batas, botas, luvas, etc.). Os passageiros também têm que utilizar máscara durante a viagem.

J.A,

3.13 Andulo cria separadores para moto-taxistas

Jornal de Angola
19 De Junho de 2020
Texto: José Chaves

O município do Andulo continua a ser um bom exemplo na contenção da pandemia da Covid-19. Depois de ter implementado uma inovação de distanciamento social no mercado municipal, agora, os moto-taxistas, vulgo Kupapatas, receberam separadores para evitar contacto directo com os passageiros.

Uma experiência nova e única no país, criada pela Administração Municipal do Andulo, que fez a entrega gratuita dos separadores. A administradora Celeste Adolfo disse que o material utilizado é rígido e flexível. “Além dos separadores, a Administração Municipal distribuiu material de biossegurança para higienização, como álcool em gel”, afirmou.

Os moto-taxistas do Andulo foram autorizados a retomar, desde o princípio desta semana, a actividade de transporte de passageiros e mercadorias, mediante a observação de medidas de prevenção contra a Covid-19.

Celeste Adolfo explicou que as motos de três rodas devem ter bancos corridos para levar apenas quatro passageiros, dois em cada lado, atendendo à medida de distanciamento social que se impõe para prevenir o possível contágio da doença.

Mensagem do PR

A administradora municipal do Andulo, Celeste Adolfo, agradeceu, ontem, a mensagem do Presidente da República, João Lourenço, pela iniciativa da criação de separadores para os moto-taxistas. “Foi com muita honra e orgulho que recebemos esta mensagem do Presidente da República. É um incentivo extraordinário para dar o melhor pela luta contra a pandemia do novo coronavírus”, disse.

Celeste Adolfo explicou que os separadores são resultado da dedicação da Administração Municipal do Andulo, que nos últimos dias esteve preocupada com a actividade dos moto-taxistas, que ficaram muito tempo sem trabalhar, devido ao risco de contágio por contacto directo. “Hoje, eles também agradecem esta iniciativa da Administração Municipal”, disse.

Para o moto-taxista Artur Chinhama, 23 anos, esta é uma ideia que surge numa altura em que estavam preocupados com a sua sobrevivência, por terem ficado muito tempo sem exercer a actividade.

Frederico Malaquias, também moto-taxista, referiu que os separadores vão poder ajudar os passageiros e os moto-taxistas na prevenção da pandemia da Covid-19.

3.14 Táxis e autocarros sem meios de biossegurança serão apreendidos

Jornal de Angola

20 De Junho de 2020

Texto: Carlos Paulino

O director do Gabinete Provincial dos Transportes, Tráfego e Mobilidade Urbana do Cuando Cubango anunciou ontem, em Menongue, que, a partir da próxima semana, os táxis e autocarros sem água e sabão ou álcool em gel para a desinfecção dos passageiros serão apreendidos ou proibidos de exercerem actividade.

Antunes Huambo, que falava durante um encontro com os operadores de transportes e taxistas, no âmbito das medidas de prevenção da Covid-19, lamentou a falta de reservatórios de água e sabão ou

álcool em gel para os passageiros desinfectarem as mãos, antes de subirem nos veículos automóveis.

“É necessário corrigir o mais rápido possível esta situação, uma vez que não sabemos se a pessoa que está a subir ou a andar conosco no táxi está ou não infectada com o novo coronavírus”, defendeu, acrescentando que esta situação coloca em risco a vida de muitas pessoas na província.

Acrescentou que outra situação preocupante prende-se com o incumprimento do distanciamento físico entre os passageiros, tendo em vista que muitos automobilistas violam o limite de lotação, que é de 75 por cento. Antunes Huambo lembrou que é obrigatório o uso de máscara em locais públicos.

O vice-presidente da Associação dos Taxistas, Gastão César, prometeu que a situação será corrigida, a partir da próxima terça-feira, para a protecção dos passageiros e até do taxista, uma vez que a Covid-19 é um vírus invisível e que ninguém sabe quando é que uma pessoa está infectada ou não.

Salientou que a nível da província, a Associação controla cerca de 100 taxistas, que exercem a actividade em Menongue, Cuchi, Cuito Cuanavale e Catuitui.

O encontro serviu ainda para a discussão e aprovação das novas linhas de transporte de passageiros, identificação de rotas nos veículos, licenças de alugar e propostas para a numeração dos táxis.

3.15 Huíla reforça medidas de prevenção nos principais pontos de entrada

Jornal de Angola

21 De Junho de 2020

A província da Huíla reforçou, desde quinta-feira, as medidas de prevenção nas estradas nacionais, depois do registo de casos positivos da Covid-19 no Cuanza-Norte, assegurou sexta-feira, no Lubango, a directora do Gabinete Provincial da Saúde.

Luciana Guimarães, que também é porta-voz da Comissão Provincial de Prevenção e Combate à Covid-19, disse que, além do rastreio, foi redobrado a sensibilização junto das comunidades.

Para o sucesso das campanhas de prevenção, referiu, foram instaladas equipas de rastreio nas estradas nacionais que ligam a província da Huíla a Benguela, Namibe, Huambo, Cunene e Cuando Cubango, e

terminais de autocarros estão disponíveis termómetros para a medição da temperatura.

Esclareceu que são considerados casos suspeitos todas aquelas pessoas que chegam à província, cuja temperatura atinja mais de 37 graus célsius. “Estamos a reforçar a cerca sanitária da província da Huíla, não que haja proibições, mas para o rastreio a nível das entradas e da comunidade”, esclareceu.

Luciana Guimarães disse que as comunidades foram exortadas a denunciar todos os cidadãos provenientes de qualquer província e que não tenha passado pelos postos da Polícia Nacional.

“É importante reforçar a prevenção e a educação na comunidade. Denunciar a presença de alguém vindo de fora é uma atitude preventiva para o bem de todos”, sublinhou.

Disse que estão disponíveis terminais telefónicos criados para casos de emergência, onde se deve passar a informação da existência de alguém que precisa de avaliação.

3.16 Vendedores serão transferidos para local com melhores condições higiénicas

Jornal de Angola
21 De Junho de 2020

Os vendedores do mercado ilegal criado no interior do bairro João de Almeida, arredores da cidade do Lubango, serão transferidos para um local com melhores condições, no sentido de se evitar o surgimento de eventuais casos da Covid-19, garantiu, ontem, o governador da província da Huíla.

Luís Nunes, que visitou o local, reconheceu que o novo mercado ilegal do bairro João de Almeida representa um risco de propagação da pandemia da Covid-19. O governador sensibilizou os vendedores e disse que, além do perigo de uma possível propagação da Covid-19, o mercado possui muito lixo, o que constitui um atentado à saúde pública.

O governante disse que as medidas de prevenção e combate à Covid-19 não podem ser ignoradas, referindo que as indicações sanitárias que visam prevenir a contaminação com o novo coronavírus proíbem esse tipo de ambiente. “Vimos que as pessoas estão muito aglomeradas sem respeitar o distanciamento recomendado”, lamentou, acrescentando que a população deve cumprir com as medidas de biossegurança, numa altura em que os casos continuam a aumentar no país. “Não se pode

viver assim. O que vimos é irregular. Pedimos à imprensa que nos ajude a colocar as coisas no seu devido lugar”, disse.

O antigo mercado do bairro João de Almeida, referiu, foi desactivado há alguns anos e os vendedores foram transferidos para o mercado do rio Nangombe, comuna da Quilemba. “As pessoas têm que colaborar. O Governo está a fazer a sua parte e a população deve colaborar. Assim não é justo, até porque o antigo mercado do bairro João de Almeida deixou de existir”, disse.

Explicou que no antigo mercado vão ser criadas novas infra-estruturas sociais, para servir a população. Disse que na zona vai ser melhorado o acesso e realizar a limpeza que se impõe. “Não se pode ter anarquia naquela zona”, defendeu.

3.17 Huíla reforça medidas de prevenção nos principais pontos de entrada

Jornal de Angola
21 De Junho de 2020

A província da Huíla reforçou, desde quinta-feira, as medidas de prevenção nas estradas nacionais, depois do registo de casos positivos da Covid-19 no Cuanza-Norte, assegurou sexta-feira, no Lubango, a directora do Gabinete Provincial da Saúde.

Luciana Guimarães, que também é porta-voz da Comissão Provincial de Prevenção e Combate à Covid-19, disse que, além do rastreio, foi redobrado a sensibilização junto das comunidades.

Para o sucesso das campanhas de prevenção, referiu, foram instaladas equipas de rastreio nas estradas nacionais que ligam a província da Huíla a Benguela, Namibe, Huambo, Cunene e Cuando Cubango, e terminais de autocarros estão disponíveis termómetros para a medição da temperatura.

Esclareceu que são considerados casos suspeitos todas aquelas pessoas que chegam à província, cuja temperatura atinja mais de 37 graus célsius. “Estamos a reforçar a cerca sanitária da província da Huíla, não que haja proibições, mas para o rastreio a nível das entradas e da comunidade”, esclareceu.

Luciana Guimarães disse que as comunidades foram exortadas a denunciar todos os cidadãos provenientes de qualquer província e que não tenha passado pelos postos da Polícia Nacional.

“É importante reforçar a prevenção e a educação na comunidade. Denunciar a presença de alguém vindo de fora é uma atitude preventiva para o bem de todos”, sublinhou.

Disse que estão disponíveis terminais telefónicos criados para casos de emergência, onde se deve passar a informação da existência de alguém que precisa de avaliação.

Vendedores serão transferidos para local com melhores condições higiénicas

Os vendedores do mercado ilegal criado no interior do bairro João de Almeida, arredores da cidade do Lubango, serão transferidos para um local com melhores condições, no sentido de se evitar o surgimento de eventuais casos da Covid-19, garantiu, ontem, o governador da província da Huíla.

Luís Nunes, que visitou o local, reconheceu que o novo mercado ilegal do bairro João de Almeida representa um risco de propagação da pandemia da Covid-19. O governador sensibilizou os vendedores e disse que, além do perigo de uma possível propagação da Covid-19, o mercado possui muito lixo, o que constitui um atentado à saúde pública.

O governante disse que as medidas de prevenção e combate à Covid-19 não podem ser ignoradas, referindo que as indicações sanitárias que visam prevenir a contaminação com o novo coronavírus proíbem esse tipo de ambiente. “Vimos que as pessoas estão muito aglomeradas sem respeitar o distanciamento recomendado”, lamentou, acrescentando que a população deve cumprir com as medidas de biossegurança, numa altura em que os casos continuam a aumentar no país. “Não se pode viver assim. O que vimos é irregular. Pedimos à imprensa que nos ajude a colocar as coisas no seu devido lugar”, disse.

O antigo mercado do bairro João de Almeida, referiu, foi desactivado há alguns anos e os vendedores foram transferidos para o mercado do rio Nangombe, comuna da Quilemba. “As pessoas têm que colaborar. O Governo está a fazer a sua parte e a população deve colaborar. Assim não é justo, até porque o antigo mercado do bairro João de Almeida deixou de existir”, disse.

Explicou que no antigo mercado vão ser criadas novas infra-estruturas sociais, para servir a população. Disse que na zona vai ser melhorado o acesso e realizar a limpeza que se impõe. “Não se pode ter anarquia naquela zona”, defendeu.

3.18 Vendedores serão transferidos para local com melhores condições higiénicas

Jornal de Angola

21 De Junho de 2020

Texto: Arão Martins

Os vendedores do mercado ilegal criado no interior do bairro João de Almeida, arredores da cidade do Lubango, serão transferidos para um local com melhores condições, no sentido de se evitar o surgimento de eventuais casos da Covid-19, garantiu, ontem, o governador da província da Huíla.

Luís Nunes, que visitou o local, reconheceu que o novo mercado ilegal do bairro João de Almeida representa um risco de propagação da pandemia da Covid-19. O governador sensibilizou os vendedores e disse que, além do perigo de uma possível propagação da Covid-19, o mercado possui muito lixo, o que constitui um atentado à saúde pública.

O governante disse que as medidas de prevenção e combate à Covid-19 não podem ser ignoradas, referindo que as indicações sanitárias que visam prevenir a contaminação com o novo coronavírus proíbem esse tipo de ambiente. “Vimos que as pessoas estão muito aglomeradas sem respeitar o distanciamento recomendado”, lamentou, acrescentando que a população deve cumprir com as medidas de biossegurança, numa altura em que os casos continuam a aumentar no país. “Não se pode viver assim. O que vimos é irregular. Pedimos à imprensa que nos ajude a colocar as coisas no seu devido lugar”, disse.

O antigo mercado do bairro João de Almeida, referiu, foi desactivado há alguns anos e os vendedores foram transferidos para o mercado do rio Nangombe, comuna da Quilemba. “As pessoas têm que colaborar. O Governo está a fazer a sua parte e a população deve colaborar. Assim não é justo, até porque o antigo mercado do bairro João de Almeida deixou de existir”, disse.

Explicou que no antigo mercado vão ser criadas novas infra-estruturas sociais, para servir a população. Disse que na zona vai ser melhorado o acesso e realizar a limpeza que se impõe. “Não se pode ter anarquia naquela zona”, defendeu.

3.19 Cinco bancos garantem 67% do financiamento ao PRODESI

Jornal de Angola
23 De Junho de 2020

Os bancos Angolano de Investimentos (BAI), de Fomento Angola (BFA), Económico (BE), Standard Bank Angola (SBA) e Caixa de Angola (BCGA) vão ser responsáveis por 67 por cento do total de crédito a conceder às empresas no âmbito do PRODESI.

O crédito está estimado em 131,3 mil milhões de kwanzas (216,5 milhões de dólares), que representa o valor de 2,50 por cento dos activos líquidos dos bancos, cujo agregado, em 2019, fixou-se nos Kz 5,25 mil milhões, cerca de 17,71 por cento do Produto Interno Bruto. Prevê-se um desembolso de 29,87 mil milhões de kwanzas por parte do BAI, a maior fatia, 29,72 mil milhões pelo BFA, 10,02 mil milhões do Económico, 9,67 mil milhões do Standard Bank e 8,72 mil milhões do Caixa, no top 5.

Esta obrigação creditícia é uma resposta ao Aviso nº 10/2020 do Banco Nacional de Angola, e abrange a totalidade de 24 bancos comerciais, dos 26 licenciados pela autoridade bancária. De acordo com um documento do Ministério da Economia e Planeamento (MEP), até Abril, já tinham sido desembolsados créditos junto dos bancos SBA (15,95 mil milhões de kwanzas), para financiar a produção de café, milho e seus derivados, e o Finibanco (190 milhões de kwanzas), para a cadeia produtiva da madeira e derivados.

Estão, de igual modo, contratualizados financiamentos diversos nos bancos Atlântico (cerca de 22 mil milhões de kwanzas), BIC (5,1 mil milhões de kwanzas) e SBA (10,8 mil milhões).

Programa de 54 produtos

O PRODESI é o acrónimo do Programa de Apoio à Produção, Diversificação das Exportações e Substituição das Importações. Foi aprovado pelo Decreto Presidencial nº 169/18 de 20 de Julho. É um programa executivo para acelerar a diversificação da produção nacional e geração de riqueza, num conjunto de produções com maior potencial de geração de valor de exportação e substituição de importações.

Para a sua concretização, o Executivo elegeu 54 produtos estratégicos. Os indicadores disponibilizados na página do programa refere sobre a existência, ao todo, de 1.964 candidaturas. Do número avançado, 609 candidaturas são da agricultura (31,01 por cento), 1.018 do Comércio

(51,83), 214 da Indústria Transformadora (10,9), 65 das Pescas (3,31) e 58 dos Serviços Financeiros (2,95). Até ao início do ano, estavam cadastrados mais de 15 mil produtores, dos quais 1.618 das províncias do Bengo e 1.514 do Uíge.

3.20 Regulamento das sociedades de garantia de crédito

Jornal de Angola
25 De Junho de 2020

A Comissão Económica do Conselho de Ministros aprovou ontem o novo Regulamento da Actividade das Sociedades de Garantia de Crédito para ajustá-las às necessidades do sistema financeiro actual.

O ajustamento deverá ser feito através da facilitação do acesso ao crédito, ultrapassando os condicionalismos com que as micro, pequenas e médias empresas, cooperativas ou outras formas de organização se deparam na prossecução das actividades, com realce para as condições de preços, prazos e garantias de financiamentos.

Com efeito, ontem, também foi apreciado o Aviso do Banco Nacional de Angola (BNA) sobre as Regras Operacionais das Sociedades de Garantia de Crédito, que define as regras aplicáveis ao exercício de actividade das Sociedades de Garantia de Crédito. O aviso estabelece as regras operacionais e prudenciais aplicáveis no exercício de actividade do Fundo de Garantia de Crédito.

Ontem foi, igualmente, aprovada a alteração do nº 1 do artigo 2º do Aviso nº 8/18, de 29 de Novembro, que estabelece o Capital Social e Fundos Próprios

Regulamentares Mínimos Aplicáveis às Instituições Financeiras Não Bancárias ligadas à Moeda e Crédito, Sujeitas à Supervisão do BNA.

A Comissão Económica do Conselho de Ministros procedeu, ainda, a uma avaliação intercalar do Plano de Desenvolvimento Nacional 2018-2022 e apreciou a Proposta de Plano de Acção do Executivo para o Período 2020-2022.

3.21 Mercados rejeitam notas com valor facial de 100 kwanzas

Novo Jornal
26 De Junho de 2020

As notas com valor facial de 100 kwanzas estão a ser rejeitadas nos últimos dias nos mercados de Luanda,

sendo aceites apenas as moedas metálicas com o idêntico valor facial, constatou o NJ.

Em vários mercados de Luanda e locais de venda de produtos; os vendedores ambulantes, os zungueiros e os pequenos comerciantes recusam-se a receber a referida nota em papel, alegando que a mesma perdeu validade.

Relatos de rejeição provêm também da província litoral-sul de Benguela, onde os feirantes e vendedores do principal mercado do município também as rejeitam.

A directora de Comunicação e Museu do Banco Nacional de Angola (BNA), Amélia Borja, em declarações a este semanário, disse que as notas são válidas para qualquer transacção.

Segundo a Rádio Nacional de Angola (RNA) em Benguela, a cadeia de rejeição desta moeda começa na compra de produtos do campo no interior, chegando até aos comerciantes da capital da província, sobretudo dos consumidores que acorrem ao Mercado Viva a Paz.

"Mesmo para atribuir trocos, ninguém aceita. Desde que houve esta crise, não estão a receber esse dinheiro", garante um interlocutor, questionado a propósito pela RNA.

Em contrapartida, as notas com o valor facial de 50 kwanzas também desapareceram da circulação no mercado nos últimos tempos, enquanto as metálicas, com o mesmo valor, circulam normalmente.

Ao NJ, Amélia Borja afirmou não haver orientação que ateste que as notas de 100 kwanzas não tenham valor é a situação ocorre mais no sector informal da economia.

"Não há, absolutamente, nenhuma indicação de que a nota [de 100 kwanzas] é inválida. A mesma é válida e tem poder liquidatário", sublinhou a responsável pela comunicação do BNA.

Amélia Borja acrescenta que a instituição tem conhecimento da ocorrência, em torno da qual tem realizado acções de educação financeira junto das populações, no sentido de sensibilizá-las a aceitarem.

"Já temos feito um trabalho de educação financeira em relação a isso, apelando à população. As unidades regionais, nas suas áreas de jurisdição, têm tratado desse assunto, porque isso acontece mais no mercado informal".

Segundo a responsável, as notas têm poder liquidatário e devem ser aceites por toda a população.

"Há alguns casos que temos registado e temos feito um trabalho de educação financeira em relação ao assunto", observou.

3.22 Talhos precários invadem periferia e centro de Luanda

Novo Jornal

26 De Junho de 2020

Texto: Horténsio Sebastião

A cidade de Luanda está a ser invadida por numerosos estabelecimentos de venda de carne bovina. São uma espécie de talhos de pequena dimensão, enquanto os espaços de outrora foram substituídos por unidades de venda a grosso de frescos, apurou o NJ.

Espalhados um pouco por toda a cidade, muitos dos quais sem o mínimo de condições de higiene e salubridade, a agravar o quadro, escasseiam equipamentos apropriados de conservação, numa altura em que a Covid-19 prolifera, denuncia um especialista ligado aos serviços veterinários, contactado por este semanário, mas que pediu anonimato.

"Em Luanda, quase não há peixarias e os poucos talhos existentes não têm o mínimo de condições para o exercício da actividade", sublinhou o técnico.

Da ronda que o NJ efectuou a alguns desses estabelecimentos, constatou a prática de preços díspares entre si, cujos níveis de vendas se revelam aceitáveis, enquanto outros estão desprovidos do produto, mas, maioritariamente, comercializam unicamente carne de vaca, por opção dos proprietários. A falta de documentos que comprovem a legalidade da actividade é outra lacuna constatada nalguns estabelecimentos. Outros ostentam licenças de cantinas.

Por exemplo, o talho «Ciseo Comercial», situado no bairro Cassenda, é uma pequena loja de venda de carne de vaca fornecida pelos matadouros do Benfica, do Morro dos veados e pelo mercado do Quilómetro-30, onde a escassa oferta do produto era visível, armazenada em três arcas e num pequeno frigorífico industrial.

Ali, o quilograma de carne limpa ou para bife é comprado a 3.500,00 Kz, enquanto a mesma quantia de carne com osso custa 3.000,00 Kz. A carne denominada «peito alto» é a que mais saída tem.

O que resta são ossos para a sopa, que raramente se vende, e a alternativa tem sido os funcionários absorverem o produto a custo zero.

Já no estabelecimento precário localizado nas imediações do Antigo Controlo da Polícia da Samba, registava-se elevada oferta do produto, com carcaças expostas sem o mínimo de higiene seu no interior, mas com preços mais acessíveis, embora parte considerável esteja acondicionada em arcas frigoríficas. André Baptista, gerente do talho que apenas comercializa carne de vaca, disse que há dias em que mais vende e noutros regista níveis de comercialização baixos. "Aqui, o quilo de carne para bife de lombo, de picanha e de primeira, sem osso, tem o preço uniforme (3.000,00 Kz), enquanto a miudeza é vendida a 1.500,00 Kz", informou.

No talho «RJS», situado na vila Alice, observando aceitáveis condições de conservação com que recepciona o produto a partir da cidade do Lubango, província da Huíla, os preços são de longe mais altos, relativamente às superfícies precárias. Neste estabelecimento, o quilograma de carne para bife custa 6.790 kwanzas, o lombo (6.900.00 Kz), picanha (10.972 Kz) e carne para guisar (4.790.00 Kz).

3.23 Menores submetidos à venda ambulante

Jornal de Angola

29 De Junho de 2020

Texto: Leonor Mabiala

O número de crianças que se dedica à venda ambulante em vários bairros periféricos na cidade de Cabinda está a crescer alarmantemente, afirmou ao Jornal de Angola a responsável do Instituto Nacional da Criança (INAC) na província, Teresa Baza.

Segundo a responsável, o maior número de crianças que estão mergulhadas nesta actividade é proveniente da República Democrática do Congo (RDC). Teresa Baza assegura que estes dados foram apurados através de um inquérito feito devido ao surgimento de muitos menores nas ruas submetidos a trabalhos de comercialização de produtos diversos por adultos, numa clara violação aos Direitos da Criança.

O encerramento da fronteira entre a RDC e Angola, devido ao surgimento da Covid-19, sublinhou, levou à redução, sobremaneira, do número de menores vendedores ambulantes nas ruas da cidade.

Teresa Baza disse que o inquérito apurou que as principais causas da imigração de crianças da RDC para Angola estão ligadas à crise económica e social

que assola aquele país há longos anos, cujas consequências causam um elevado índice de pobreza e consequentemente fuga à paternidade.

O inquérito, segundo a responsável do INAC em Cabinda, constatou ainda que a maioria das crianças congolezas que deambula pelas ruas são rapazes, dos oito aos 17 anos, e dedicam-se preferencialmente à comercialização de bolos, iogurte, chiquanga, banana frita, mandioca, coco, ginguba, peixe frito e outros alimentos.

Teresa Baza fez saber que a instituição que dirige continua a registar vários casos de violência contra crianças no seio de famílias, revelando que desde o ano passado foram notificados 33 casos tipificados como violência física, psicológica, abandono de menores na rua e fuga à paternidade.

O INAC em Cabinda controla 13 centros de acolhimento, dos quais 11 afectos à Igreja Católica, um da Igreja Evangélica, e outro da Associação Singular.

3.24 Carton

Novo Jornal,

5 De Junho de 2020



4. OGE, INVESTIMENTOS PÚBLICOS E TRANSPARÊNCIA

4.1 Revisão ao OGE 2020 respira com subida do preço do barril para 40 USD

Jornal Expansão

05 De Junho de 2020

Texto: Joaquim José Reis

A recuperação do preço do barril de petróleo para valores acima dos 40 USD traz um 'balão de oxigénio' ao Executivo, permitindo-lhe aliviar cortes na despesa em sede de revisão ao Orçamento Geral do Estado 2020, que deverá avançar para a Assembleia Nacional dentro de duas semanas, apurou o Expansão.

A hecatombe do preço do barril de petróleo, em Março, provocada pela guerra de preços entre a Arábia Saudita e a Rússia, mas também pela redução da procura nos mercados internacionais devido ao novo coronavírus, levou o Executivo a avançar para a revisão ao Orçamento Geral do Estado 2020. Em cima da mesa estiveram vários cenários de 'corte' ao preço de referência do barril de crude que consta no orçamento ainda em execução, 55 USD. Um dos cenários mais pessimistas apontava a 30 USD e um mais optimista rondava os 50 USD. Só que, desde Março para cá, os preços de venda nos mercados chegaram a andar na casa dos 20 USD, o que, a concretizar-se, se traduziria numa perda brutal de receitas fiscais com o sector petrolífero que é a principal fonte de receita do Estado.

Entretanto, o Expansão apurou que a revisão vai avançar com um preço de referência na ordem dos 35 USD, estando, actualmente, o Executivo ainda a ultimar os detalhes da reprogramação macroeconómica para concluir o documento e entregar na Assembleia Nacional dentro de duas semanas.

Amortizações e juros 'valem' 60% da despesa do OGE

De acordo com contas do Expansão, os cofres do Estado perdem 200 milhões USD anuais por cada dólar abaixo dos 55 USD inscritos como referência

no OGE. A despesa no OGE 2020 está altamente pressionada pelo serviço de dívida, já que só em amortizações este ano estão previstos cerca de 7,1 biliões Kz (45% do total da despesa), equivalentes a quase 14 mil milhões USD à taxa de câmbio desta quarta-feira. Também está previsto o pagamento de 2,4 biliões Kz em juros. Contas feitas, amortizações e juros 'comem' 60% do OGE ainda em vigor. Assim, perante um cenário de queda dos preços para valores inferiores aos inscritos no OGE, o Executivo estava obrigado a avançar com uma revisão ao documento, reflectindo um corte substancial na despesa, mas também a renegociar a sua dívida. Entretanto, na semana passada, o Presidente da República, João Lourenço, anunciou que o Executivo está a negociar dívida com os seus principais parceiros (ver página 24). O objectivo passa por diminuir os gastos com os serviços da dívida, reduzindo, por outro lado, as necessidades de novos financiamentos para pagar esse serviço da dívida.

Agora, a subida dos preços por barril para valores a rondar os 40 USD permite uma maior almofada em termos orçamentais, já que obrigará a um corte menos profundo nas despesas do Estado em 2020.

4.2 Administradores têm mais poderes na execução do OGE

Jornal de Angola

8 De Junho de 2020

As novas regras de execução do Orçamento, agora publicadas em Diário da República, aumentam em 75 por cento o limite dos administradores municipais em autorizar despesas, passando de mil milhões de kwanzas para 1,75 mil milhões.

Segundo um documento do Ministério das Finanças a que o Jornal de Angola teve acesso, as Regras Anuais de Execução do Orçamento Geral do Estado (RAEOGE) para o Exercício Económico de 2020 estipulam, em regra genérica, que a receita a reverter às Unidades Orçamentais (UO) é fixada em 60 por cento. A outra parte de 40 por cento vai para a Conta Única do Tesouro (CUT), quando nada estiver fixado nos respectivos estatutos ou diplomas de fixação das taxas.

Todavia, fica condicionada, na regra, a afectação de recursos financeiros para o mês seguinte às Unidades Orgânicas e seus órgãos dependentes, que não submetam o relatório de prestação de contas, em obediência ao princípio da transparência.

Com a referida alteração, pretende-se atribuir cada vez mais autonomia aos administradores municipais

na formação dos Contratos Públicos ao nível da Administração Local do Estado e, consequentemente, tornar mais eficiente e menos burocrático o processo aquisitivo ao nível dos municípios.

“Portanto, com a introdução dos limites de competência para autorização da despesa nas Regras de Execução do OGE 2020, fica revogado o Decreto Presidencial n.º 282/18, de 28 de Novembro, que em 2018 actualizou os limites de competência para autorização da despesa que eram até à data definidos pela Lei dos Contratos Públicos”, lê-se no documento.

Por outro lado, ficou ainda definido um prazo de 15 dias após a publicação da Lei que aprova o Orçamento Geral de Estado (OGE), ou seja, antes da publicação das RAEOG, como o limite para a submissão do Plano Anual de Contratação pelas Unidades Orçamentais do Serviço Nacional da Contratação Pública.

A nova regra, alteração, de igual modo, o limite do pagamento inicial, vulgo “down payment”, dos contratos de aquisição de bens e serviços de 15 para 50 por cento, mantendo-se em 15 por cento o limite do pagamento inicial para os contratos de empreitadas de obras públicas.

Anular contratos

O Ministério das Finanças deverá anular, ao invés de cativar, as dotações orçamentais de todos os Projectos de Investimento Público cujos vistos aos contratos sejam recusados pelo Tribunal de Contas.

Deverá ainda remeter à Inspeção-Geral da Administração do Estado (IGAE) todas as facturas ou documentos equivalentes que sejam enviados fora do prazo para pagamento das despesas, para os devidos efeitos legais.

Nota também ao facto de ter sido criada uma regra genérica sobre a necessidade de dar-se seguimento ao processo de regularização dos atrasados, mediante celebração de acordos de regularização com os credores.

Quanto às delegações de Finanças, fica sob responsabilidade destas a tarefa de cadastramento do domicílio bancário, passando, deste modo, os processos de alteração do domicílio bancário para os funcionários da Administração Central a ser remetidos à Direcção Nacional do Orçamento do Estado (DNOE), ao passo que os processos dos funcionários da Administração Local devem ser remetidos às delegações provinciais de Finanças.

4.3 Arrecadação de receitas provinciais atingem os 6,9 mil milhões de kwanzas

Jornal de Angola

8 De Junho de 2020

A arrecadação das receitas provinciais em 2019, por via do portal do município, foi de 6,9 mil milhões de kwanzas. O peso da província de Luanda representa 84,68 por cento do valor, segundo atesta uma publicação do Ministério das Finanças.

O valor mais baixo observado de 12,4 milhões, com peso de 0,18 por cento é da província da Lunda-Norte. Já Huambo, Zaire, Huíla, Benguela, Bié, Cuanza-Sul, Cabinda, Namibe, Cuanza-Norte, Lunda-Sul, Cunene, Moxico e Uíge arrecadaram ao todo cerca de 968,5 milhões de kwanzas ou seja, 14,02 por cento.

Há numa linha intermédia, com um peso de 1,31 por cento do total da arrecadação, as províncias de Malanje, Bengo, Cuando Cubango e Lunda-Norte, que totalizaram Kz 90,4 milhões. No domínio dos principais serviços prestados e fontes de receitas no portal do município em termos gerais, destacam-se os serviços administrativos, mercados permanentes, atestados, taxas especiais e transgressões com peso de 87,73; 4,51; 2,07; 1,14 e 1,08 por cento sobre o total de 6,9 mil milhões.

No domínio da arrecadação provincial, o peso da arrecadação da província de Luanda com recurso ao portal no município do Cazenga, Viana, Luanda, Kilamba Kiaxi, Cacuaco e Talatona, foi de 38,83; 20,36; 9,52; 8,02; 3,78 e 3,57 por cento, respectivamente, ou seja, um peso agregado de 84,08 por cento do total da correspondente à província de Luanda em 2019. Em termos de valores monetários, os municípios de Cazenga, Viana, Luanda, Kilamba Kiaxi, Cacuaco e Talatona, arrecadaram um total de 4,7 mil milhões de kwanzas.

A província do Huambo, da arrecadação total, conseguiu por via do Portal do Município 86,83; 2,17; 2,06 e 1,93 por cento nos municípios do Huambo, Bailundo, Ecuinha e Caála, respectivamente. Estes representam, para a província, um peso agregado de 92,70 por cento. Quanto aos números, a receita calculou-se em 123,1 milhões de kwanzas.

Por sua vez, os municípios do Soyo, Mbanza Kongo e Nzeto, na província do Zaire, colectaram, via Portal do Município, 67,17; 22,74 e 8,28 por cento da receita do município, representando um peso agregado de 98,19 por cento. Já os municípios do Nóqui, Cuimba

e do Tomboco conseguiram o valor total de 182.2 mil ou seja, cerca de 0,16 por cento.

Região Sul

O peso da receita arrecadada nos municípios de Lubango, Humpata, Matala, Caluquembe e Gambos, da província da Huíla, foi de 38,83; 15,70; 8,76; 7,19 e 6,58 por cento, em 2019, num total de 88,9 milhões de kwanzas, que é equivalente a 77,06 por cento do total colectado nas “terras do Cristo Rei”.

4.4 PIIM vai gastar 150 milhões de kwanzas

Jornal de Angola

10 De Junho de 2020

Texto: Victória Quintas e Tatiana Marta

Vários projectos sociais serão implementados ainda este ano no município do Huambo, avaliados em 150 milhões de kwanzas, no âmbito do Plano Integrado de Intervenção nos Municípios (PIIM).

O facto foi revelado, ontem, pelo administrador municipal, João Figueiredo, durante o lançamento das obras de terraplanagem de 15 quilómetros de vias secundárias e terciárias em bairros periféricos da cidade, orçadas em 45 milhões de kwanzas.

Os trabalhos, segundo João Figueiredo, têm a duração prevista de 120 dias, e a prioridade vai recair para as estradas nos bairros de Santo António, Santa-Iria, Calobrinco, Sassonde I, Compão Baixa, Camussamba e Fátima suburbano.

A reabilitação do sistema de captação de água, em várias comunas, constitui igualmente prioridade do programa de obras da Administração Municipal do Huambo.

O administrador municipal informou que os trabalhos inseridos no PIIM, para a sua região de jurisdição, contemplam ainda a reabilitação das centrais térmicas da Chipipa e Calima, reparação de 20 cisternas de água, e a construção de um alpendre e muro de vedação do posto médico da Quissala, incluindo o seu apetrechamento.

No acto de lançamento das obras, a governadora provincial, Lotti Nolika, realçou que, apesar das limitações financeiras, o Governo Provincial traçou um conjunto de prioridades para “atender às preocupações da população, com vista a facilitar as trocas comerciais e o escoamento de produtos agrícolas”.

4.5 Unidades orçamentais e administradores municipais com mais dinheiro para gerir

Jornal Expansão

12 De Junho de 2020

Texto: Faustino Diogo

As unidades orçamentais vão passar a ficar com 60% do valor das taxas cobradas na prestação de determinado serviço ou documento à luz das novas regras de execução do Orçamento Geral do Estado (OGE) 2020 divulgadas pelo Ministério das Finanças.

A medida reforça em mais 20% o valor que as unidades orçamentais passam a ter nos seus cofres, resultante das taxas pagas pelos cidadãos ou outras instituições. Ou seja, com as novas regras, os gestores dos ministérios, escolas, administrações e outras unidades públicas estão agora obrigados a transferir para a Conta Única do Tesouro (CUT) apenas 40% da arrecadação feita ao longo do ano, passando a ter mais dinheiro para a resolução dos seus problemas.

As novas regras de execução do OGE reforçam também os limites para a autorização de despesas dos administradores municipais, que viram aumentar em 75% o seu poder de efectuar despesas sem a chancela dos governadores provinciais ou outro órgão do Estado.

Assim, os administradores municipais podem agora autorizar despesas até 1,75 mil milhões Kz, contra os mil milhões Kz com que começaram o ano, ficando apenas 25% abaixo do valor previsto para os governadores.

"Com a referida alteração, pretende-se atribuir cada vez mais autonomia aos administradores municipais na formação dos contratos públicos ao nível da administração local do Estado e, conseqüentemente, tornar mais eficiente e menos burocrático o processo aquisitivo ao nível dos municípios", lê-se no documento do Ministério das Finanças.

Os contratos de aquisição de bens e serviços também foram contemplados com as novas medidas divulgadas pelo Ministério liderado por Vera Daves. Desta feita, os gestores públicos nos contratos de aquisição de bens e serviços podem, agora, efectuar um primeiro pagamento de até 50%, mais 35% do que até aqui era autorizado. No entanto, quando se tratar de contratos de empreitadas de obras públicas, o pagamento inicial não pode ultrapassar os 15% do valor da obra.

"Estas regras enquadram-se no cenário em que o País vive. Por um lado, a preocupação é identificar melhores formas para o aumento da capacidade de arrecadação da receita por parte das unidades orçamentais, por outro lado, a nível da execução das despesas, identificar um conjunto e procedimento que visem garantir maior qualidade", explicou o director do serviço nacional de contratação pública Saily Fernando.

As novas regras de execução do OGE surgem numa altura em que o Ministério das Finanças trabalha na revisão do Orçamento Geral do Estado 2020, que deve ser entregue este mês na Assembleia Nacional, com a revisão ao preço de referência do barril de petróleo a baixar dos 55 USD para valores a rondar os 35 USD.

4.6 Proposta de revisão do OGE 2020 chega ao Conselho de Ministros na próxima semana

Novo Jornal

19 De Junho de 2020

Texto: Maurício Vieira Dias

A proposta de revisão do Orçamento Geral de Estado (OGE) 2020 vai ser submetida ao Conselho de Ministros pelo Ministério das Finanças (Minfin) na próxima sexta-feira, dia 26 de Junho, soube o Novo Jornal de fontes ligadas ao Minfin.

Neste momento, garantiu um dos nossos interlocutores, a equipa de trabalho da secretária de Estado para o Orçamento, Aia Eza da Silva, está a limar as arestas do documento, para que, até dia 26 de Junho, se cumpra o planificado. O Minfin pretende que a proposta de revisão orçamental seja aprovada pelo Conselho de Ministros até, pelo menos, no final de Junho.

Aliás, foi isso que disse, há dois meses, o ministro de Estado da Coordenação Económica, Manuel Nunes Júnior, na conferência de imprensa na qual foram anunciadas as medidas de alívio ao impacto da covid-19 nas empresas e famílias, realizada a 10 de Abril último, na 3.ª Reunião Ordinária da Comissão Económica do Conselho de Ministros.

"A previsão é a de que a revisão do OGE-2020 esteja concluída até ao final de Junho do corrente ano", adiantou o ministro de Estado, afirmando, posteriormente, que a preocupação, neste momento, é de mitigar, o máximo possível, os efeitos da crise em todos os agentes económicos.

As nossas fontes avançaram que o Minfin deseja que o Conselho de Ministros aprove a proposta de revisão do OGE 2020 até final de Junho, para, de seguida, o documento ser entregue à Assembleia Nacional para as devidas discussões na generalidade, especialidade e possíveis alterações.

"Depois de 45 dias de a proposta do orçamento entrar no parlamento, esperamos que a mesma seja aprovada", revelou uma fonte.

Corte de mais de 30% das despesas e receitas

De acordo com as nossas fontes, a proposta de revisão orçamental prevê corte de 30 a 40% das despesas e receitas, face ao OGE em execução. Uma "e/z que o orçamento em execução estima receitas e despesas de cerca de 15 biliões de kwanzas, estando previsto um corte igualou abaixo de 40%, calcula-se que as despesas e receitas ficarão avaliadas em pouco mais de 9 biliões de kwanzas.

Vai alterar-se o preço de referência do barril de petróleo dos actuais 55 dólares para um preço igualou inferior a 35 dólares.

A revisão do OGE 2020 é uma das medidas do Governo para fazer face ao impacto do coronavírus e à baixa do preço do petróleo no mercado internacional.

O Novo Jornal questionou o Minfin sobre a entrega da proposta de OGE revisto ao Conselho de Ministros na data avançada, tendo a instituição dito que o facto pode acontecer dentro deste período, quanto aos cortes nas despesas e receitas previstas, mas não obtivemos respostas até ao fecho da presente edição.

Em Março último, o Minfin recebeu autorização do Presidente da República para iniciar o processo de revisão do OGE 2020, refere o comunicado final da sessão do dia 27 daquele mês, feito pelo Conselho de Ministros. Na ocasião, a ministra das Finanças, Vera Daves, afirmou que o processo de revisão do OGE 2020 terá como estimativa o preço do barril de petróleo abaixo dos 35 dólares.

4.7 Proposta do OGE revisto pronto para ser discutido

Jornal de Angola

27 De Junho de 2020

Texto: João Dias

O Orçamento Geral do Estado revisto para 2020 prevê receitas no montante de 13.5 biliões de kwanzas e despesas de igual montante para o mesmo período, com base no preço de referência de 33 dólares por barril de petróleo, representando um défice de 14,9 por cento face aos 15 biliões do orçamento anterior.

A Proposta de Lei que aprova o OGE Revisto foi apreciado, ontem, pelo Conselho de Ministros, para envio à Assembleia acional, durante a 6ª sessão ordinária, orientada pelo Presidente da República, João Lourenço, no Salão Nobre do Palácio da Cidade Alta. O OGE Revisto constitui uma medida essencial para ajustar as decisões de despesa e projecções da receita às condicionantes impostas pelo actual contexto económico mundial e nacional.

Segundo a ministra das Finanças, Vera Daves, o Executivo conseguiu estabilizar os pressupostos de base para a revisão do OGE, com base no preço de referência que passou dos 55 para 33 dólares por barril.

Vera Daves disse ante- ver-se uma taxa de crescimento negativa do PIB de 3,6 por cento e de inflação de cinco por cento. "Teremos uma deterioração dos indicadores' um défice orçamental de 14 por cento, depois de um superávit de 2,2 por cento", adiantou a ministra, garantindo: "tudo faremos para mobilizar receita adicional".

O Conselho de Ministros apreciou, também, a Proposta de Lei da Sustentabilidade das Finanças Públicas e o Regime Jurídico da Autofacturação.

A ministra Vera Daves falou, igualmente, do stock da dívida pública que deverá passar, em 2020, para 123 por cento, o que conduziu à aprovação da Proposta de Lei da Sustentabilidade Fiscal, que visa assegurar que esteja a níveis mais comportáveis, visando uma maior transparência e consolida fiscal. A Proposta de Lei da Sustentabilidade das Finanças Públicas promove a disciplina fiscal de maneira confiável, previsível e transparente, estabelecendo as regras e processos que regem a implementação da Política Fiscal do Estado com base nos princípios da estabilidade e sustentabilidade orçamental e financeira.

Quanto à auto- facturação, também apreciada ontem, a ministra das Finanças afirmou que destina-se a contribuir para o processo de diversificação e dinamização da actividade económica.

"O argumento de que a compra dos produtos do campo não é viável pelo facto de não vir associada a uma factura, nem ser fiscalmente deduzido, já não colhe", garantiu Vera Daves, informando que o instrumento está aberto a todos os sectores num limite de 20 por cento da facturação.

No conjunto de medidas, está, também, o desagravamento dos impostos, reduzindo a taxa do IVA para os insumos agrícolas de 14 para cinco por cento. Além disso, o Executivo tem o foco na qualidade da despesa e aposta no Prodesi e PIIM.

Redução de programas

O Conselho de Ministros procedeu, também ontem, a urna avaliação intercalar do PDN 2018-2022 e aprovou o Plano de Acção referente ao Período 2020-2022. Com isso, o Executivo quer assegurar que a evolução da taxa de crescimento real do PIB não petrolífero continue positiva e prosseguir com a consolidação das Finanças Públicas para garantir a progressiva redução da dívida pública.

Segundo, o ministro da Economia e Planeamento, Sérgio Santos, os programas e metas elaborados pelo Executivo no quadro do PD são, agora, reduzidos de 84 para 69, que passam a ser o foco do Executivo nos próximos dois anos.

Sérgio Santos lembrou que o Executivo tem virado o foco da revisão intercalar do PDN nas questões de âmbito social para baixar a taxa de pobreza, actualmente com uma incidência de 41 por cento.

O objectivo é baixar para os 25 por cento até 2022. Para tal, o Executivo vai operacionalizar as transferências monetárias directas para um milhão e 60 mil famílias e, no domínio das infra-estruturas, pretende, nos próximos dois anos, atingir os 1063 quilómetros de estradas asfaltadas na rede primária e 163 quilómetros, na rede secundária.

4.8 Menos 5,5 biliões de kwanzas na revisão do OGE para 2020

Jornal Expansão
26 De Junho de 2020

O momento é verdadeiramente de crise. A proposta da revisão do Orçamento Geral do Estado para este ano vai perder um terço do seu valor, passando de pouco menos de 15,9 biliões de kwanzas para 10,4 biliões, um diferencial de 5,5 biliões. Se as contas forem feitas em dólares, aos preços médios do momento da sua aprovação, o aperto é ainda maior. Em Dezembro, o OGE valia 32 mil milhões de dólares (com câmbio da altura a 482 Kz/USD), hoje o valor da pro- posta é de 18 mil milhões (câmbio a 580 Kz/USD), uma quebra de 43,5%. Este dado deve ser levado em conta, uma vez que uma parte significativa da execução da despesa, as importações, é feita em moeda estrangeira

A principal justificação prende-se com a estimativa de receitas, dependente das contas do petróleo, sendo que o preço médio do barril passa de 55 para 33 dólares, e o volume de produção de 1,42 para cerca de 1,36 e deu origem à elaboração do OGE revisto. A maior consequência é que a despesa baixa igualmente de forma drástica, pelo que é necessário perceber agora quais são as áreas mais afectadas. Uma revisão que reflecte o momento de retracção da nossa economia, e que terá um impacto no investimento previsto no OGE aprovado em Dezembro.

A proposta de revisão foi apre- ciada esta quarta-feira na comissão económica e contempla já uma redução no serviço da dívida, uma vez que já inclui a suspensão dos pagamentos de amortizações e juros da dívida à China (bilateral e comercial). Assim, se por um lado, se prevê uma menor captação de receitas face ao orçamento ainda em vigor, também constará uma redução nas despesas, uma vez que o serviço da dívida 'come' uma parte substancial do OGE. O documento deve ser entregue na Assembleia Nacional a meio da próxima semana, sendo posteriormente agendada com urgência a discussão e aprovação

Na mesma reunião, foi analisada a proposta de Lei da Sustentabilidade das Finanças Públicas, que estabelece as regras e instrumentos que regem a aplicação da política fiscal do Estado e a gestão das finanças públicas, "orientada para a estabilidade e sustentabilidade orçamental e financeira, tendo em vista o crescimento económico inclusivo e sustentável e a criação de emprego".

J.A.

4.9 Orçamento aberto em tempos da Covid-19

Novo Jornal
26 De Junho de 2020

As decisões que o Executivo tem tomado devido à Covid-19 - que impostos os cidadãos devem pagar e quais não, quais serviços públicos devem ser prioritários e que tipo de apoio deve ser prestado às empresas e às famílias mais necessitadas - afectam os níveis de bem-estar de todas as pessoas na sociedade, chagando mesmo a determinar as oportunidades que todos e todas teremos para viver de forma digna estes tempos de pandemia.

Por isso é que, entretanto, julgamos ser necessário o acesso público a informações sobre os orçamentos destinados à implementação de todas as medidas referentes à Covid-19, para que as pessoas interessadas possam aferir os montantes destinados às várias estratégias de enfrentamento da pandemia: crie mecanismos que aumentem as oportunidades de participação dos cidadãos durante as fases de identificação, formulação e implementação "de ditas estratégias e reforce o papel das instituições responsáveis pelo acompanhamento e fiscalização das mesmas, através do incentivo a iniciativas de monitoria social feita por diferentes actores da sociedade civil.

Pensamos que medidas como estas, tomadas com base em critérios internacionalmente aceites e inspiradas nas boas práticas que ocorrem um pouco por outras partes do mundo, melhorariam a eficácia e eficiência das acções tendentes a enfrentar a pandemia e poderiam ajudar, não apenas ao Executivo, mas também a sociedade civil a conferir os níveis de transparência, participação e fiscalização no uso dos recursos públicos destinados à Covid-19.

Em relação à transparência, por exemplo, uma das primeiras medidas a serem tomadas poderia ser a questão do acesso público à informação sobre como o Executivo tem vindo a arrecadar e a gastar os recursos públicos. Informações que poderiam ser muito bem disponibilizadas, por via electrónica, em tempo oportuno, com dados desagregados por sector, localidade, funções, programas, etc. Tal medida iria, sem dúvida, contribuir para um melhor debate público, bem informado, permitindo aos cidadãos um melhor entendimento sobre as medidas económicas, políticas e sociais tomadas face à pandemia. Os sites dos Ministérios das Finanças, da Saúde, dos Governos Provinciais e de outros departamentos ministeriais ou unidades orçamentais poderiam reservar um espaço, contendo tais informações financeiras e outras que fossem

relevantes. Como é evidente, a transparência por si só não é suficiente para melhorar o desempenho da governação. E face à Covid-19, para que se possam obter bons resultados, associados às medidas de transparência, o Executivo deveria aumentar os níveis de participação pública, auscultando os cidadãos a nível das aldeias, comunas, municípios, províncias e a nível central. Certamente que o Executivo iria obter o feedback destes em relação às análises que fazem sobre as alternativas e decisões tomadas.

Quem paga impostos deveria sempre poder beneficiar de mais oportunidades formais, de participação pública, podendo, deste modo, fazer ouvir a sua voz, levantar preocupações e fazer chegar as suas recomendações e aspirações junto de quem tem o poder de tomar decisões e implementá-las.

Notamos, porém, que, em relação à Covid-19, os poderes Executivos, Legislativo e Judicial têm brindado aos cidadãos muito poucas oportunidades de participação em poucas vezes que tentam fazê-lo observa-se o desrespeito das normas mais elementares dos princípios de participação pública dos cidadãos. Para isso, estas instituições poderiam inspirar-se nas boas práticas de participação pública existentes, quer em Angola ou em outras partes do mundo ou até nas recomendações da Global Initiative for Fiscal Transparency.

Num contexto em que se vai discutir e aprovar um orçamento reajustado, seria interessante ver o poder legislativo auscultar os cidadãos interessados sobre a pertinência das medidas adoptadas pelo Executivo e obter destes sugestões e recomendações antes da aprovação pela Assembleia Nacional da proposta de orçamento rectificado que o Executivo ira submeter brevemente.

Que impedimentos temos para que tal aconteça, e possamos ter mesmo em tempo de pandemia uma gestão dos Orçamentos Gerais do Estado mais aberta aos cidadãos?

4.10 Ministério da Economia e Planeamento lança plataforma Nacional do Desenvolvimento

Jornal de Angola

30 De Junho de 2020

Texto: Ismael Botelho

O Ministério da Economia e Planeamento, na qualidade de Ordenador Nacional, lança hoje, em Luanda, a Plataforma Nacional dos Objectivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

O ministro da Economia e Planeamento, Sérgio dos Santos, nas vestes de Ordenador Nacional, vai presidir a cerimónia, ladeado pelo coordenador Residente do Sistema da ONU em Angola, Paolo Balladelli. O acto será ainda presenciado por entidades do Governo de Angola, representantes do Sistema das Nações Unidas e do Corpo Diplomático.

A Plataforma, constituída pelas Agências do sistema da Organização das Nações Unidas (ONU, será um fórum de diálogo para acelerar, priorizar, disseminar e mobilizar financiamento para os ODS, bem como monitorizar a sua implementação em Angola, segundo uma nota do Ministério da Economia e Planeamento.

Tudo está a acontecer em cumprimento da resolução da ONU sobre a Agenda 2030, dedicada ao desenvolvimento sustentável (A/RES/70/1), denominada “transformar o nosso mundo”. A Agenda, adoptada pela Assembleia Geral da ONU a 25 de Setembro de 2015, determina os 17 Objectivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e 169 metas a implementar por todos os Estados membros da ONU.

Os 17 ODS alteram a forma de abordagem do desenvolvimento sustentável nas dimensões económica, social e ambiental, com a promoção dos Direitos Humanos e o combate às desigualdades.

Agenda 2030

A Agenda 2030 pressupõe a integração dos ODS nas políticas, processos e programas nacionais e em particular no Plano de Desenvolvimento Nacional (PDN 2018-2022). Angola deve agora, através da Plataforma, preparar o seu 1º Relatório Nacional Voluntário (RNV), com base na avaliação de um conjunto de indicadores nacionais de desenvolvimento.

O documento deverá ser apresentado no Alto Fórum Político do Conselho Económico e Social das Nações Unidas – ECOSOC a acontecer em Nova Iorque, em Julho de 2021. Para que se cumpram as metas, é necessária a conjugação de esforços de uma multiplicidade de actores, nomeadamente Governos, Parlamentares, Organizações Não Governamentais, Sector Empresarial Privado, Academias, Sociedade Civil e Parceiros Sociais e do Desenvolvimento.

Neste contexto, foi estabelecida a Plataforma Nacional dos ODS, que realizará uma série de acções preparatórias no período entre 23 de Junho e 4 de Agosto. De acordo ainda com a nota do Ministério da Economia e Planeamento, amanhã e depois, 1 e 2 de Julho, vai ser realizado o 1º Workshop de

refrescamento sobre os ODS nas instalações do Instituto Nacional de Estatística (INE), com a participação dos Pontos Focais dos Departamentos Ministeriais afins do Governo, Parceiros Sociais, Parceiros do Desenvolvimento, ONG e representantes do Sistema das Nações Unidas.

Objectivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS)

1. Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares;
2. Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável;
3. Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades;
4. Assegurar a educação inclusiva, equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos;
5. Alcançar a igualdade de género e empoderar todas as mulheres e meninas;
6. Assegurar a disponibilidade e gestão sustentável da água e saneamento para todos;
7. Assegurar o acesso confiável, sustentável, moderno e a preço acessível à energia para todos;
8. Promover o crescimento económico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todos;
9. Construir infra-estruturas resilientes, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação;
10. Reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles;
11. Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis;
12. Assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis;
13. Tomar medidas urgentes para combater a mudança climática e seus impactos;
14. Conservação e uso sustentável dos oceanos, dos mares e dos recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável;
15. Proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e

reverter a degradação da terra e deter a perda de biodiversidade;

16. Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis;

17. Fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável.

5. GOVERNAÇÃO, DESCENTRALIZAÇÃO E CIDADANIA

5.1 Auscultação social ONGs defendem modelo inclusiva e participativa

Novo Jornal

05 De Junho de 2020

Texto: António Gaspar

Na sequência da auscultação do Presidente da República, João Lourenço, a algumas organizações da sociedade civil, as excluídas apelam à necessidade da implementação de um modelo mais inclusivo e participativo.

Maior equilíbrio e respeito às organizações que se destacam é o que se defende para uma abordagem realista da situação socioeconómica e política que o país atravessa.

De acordo com o representante da organização não-governamental «Mãos Livres», Salvador Freire, o formato desenhado na recente auscultação "não era aquele que se esperava".

Reconhece não ser possível ouvir todas as organizações numa só sentada, mas deferida que os critérios de selecção deviam ser mais claros, para não serem deixadas de parte as "verdadeiras" organizações que actuam no espaço público.

"Deve-se criar um modelo que identifique e que permita o acesso prioritário das grandes organizações da sociedade - civil, para que possam levar ao Presidente da República as verdadeiras situações ", apelou.

Salvador Freire acrescenta que as vozes críticas à governação levaram a que o serviço protocolar da Presidência da República optasse por alguma exclusão, mas advertiu que, "se nada mudar", as maiores organizações da sociedade civil correm o risco de desaparecer, tal como ocorreu na antiga governação.

"O Governo tem feito coisas boas e más, mas é preciso que as organizações "críticas" não sejam colocadas de parte. Portanto, não é bom que voltemos a ter uma governação igual ao do anterior Presidente", referiu.

Já para o representante do projecto «AGIR», Fernando Gomes, o que se assistiu na suposta auscultação foi um diálogo com os segmentos sociais da elite, quando, na realidade, "uma boa parte das organizações actua no espaço comunitário.

"Para nós, esse critério pareceu ser um exercício para «inglês ver». Era necessário que as pessoas que lidam realmente com as comunidades fossem ouvidas", sugeriu.

Agostinho Sikato, da organização CDEA, disse ser imprescindível a alteração do modelo das auscultações, para quem alguma sociedade civil que esteve lá representada ser aquela que representa os interesses do partido no poder.

"A exclusão é péssima, e o modelo de auscultação deve ser alterado, priorizando as organizações indispensáveis e escusando-se de trazer sempre as organizações que compactuam com o regime", atirou.

Sérgio Calundungo, activista comunitário e também coordenador do Observador Político Social de Angola (OPSA), que participou do evento, enalteceu a intenção do Executivo, mas alega que este pecou pelo facto de não permitir que as organizações fizessem uma abordagem profunda daquilo que lhe convinha.

"Penso que seja justo que algumas organizações reclamem a exclusão. Houve no encontro organizações que foram excluídas e também outras convidadas, mas excluídas, pois não tiveram a oportunidade de falar. Definitivamente, não é um bom modelo", alega.

Quem alinha no mesmo diapasão é o director-geral da ADRA, Carlos Cambuta, segundo o qual era importante rever o formato dos encontros, embora reconheça não ser possível estarem lá todos.

"Se forem bem seleccionados os segmentos da sociedade civil, será possível que as outras organizações estejam presentes", insistiu o líder associativista, para quem terão faltado grandes representações, sobretudo dos camponeses.

5.2 Administradores têm mais poderes na execução do OGE

Jornal de Angola

8 De Junho de 2020

As novas regras de execução do Orçamento, agora publicadas em Diário da República, aumentam em 75 por cento o limite dos administradores municipais em

autorizar despesas, passando de mil milhões de kwanzas para 1,75 mil milhões.

Segundo um documento do Ministério das Finanças a que o Jornal de Angola teve acesso, as Regras Anuais de Execução do Orçamento Geral do Estado (RAEOGE) para o Exercício Económico de 2020 estipulam, em regra genérica, que a receita a reverter às Unidades Orçamentais (UO) é fixada em 60 por cento. A outra parte de 40 por cento vai para a Conta Única do Tesouro (CUT), quando nada estiver fixado nos respectivos estatutos ou diplomas de fixação das taxas.

Todavia, fica condicionada, na regra, a afectação de recursos financeiros para o mês seguinte às Unidades Orgânicas e seus órgãos dependentes, que não submetam o relatório de prestação de contas, em obediência ao princípio da transparência.

Com a referida alteração, pretende-se atribuir cada vez mais autonomia aos administradores municipais na formação dos Contratos Públicos ao nível da Administração Local do Estado e, consequentemente, tornar mais eficiente e menos burocrático o processo aquisitivo ao nível dos municípios.

“Portanto, com a introdução dos limites de competência para autorização da despesa nas Regras de Execução do OGE 2020, fica revogado o Decreto Presidencial n.º 282/18, de 28 de Novembro, que em 2018 actualizou os limites de competência para autorização da despesa que eram até à data definidos pela Lei dos Contratos Públicos”, lê-se no documento.

Por outro lado, ficou ainda definido um prazo de 15 dias após a publicação da Lei que aprova o Orçamento Geral de Estado (OGE), ou seja, antes da publicação das RAEOG, como o limite para a submissão do Plano Anual de Contratação pelas Unidades Orçamentais do Serviço Nacional da Contratação Pública.

A nova regra, alteração, de igual modo, o limite do pagamento inicial, vulgo “down payment”, dos contratos de aquisição de bens e serviços de 15 para 50 por cento, mantendo-se em 15 por cento o limite do pagamento inicial para os contratos de empreitadas de obras públicas.

Anular contratos

O Ministério das Finanças deverá anular, ao invés de cativar, as dotações orçamentais de todos os Projectos de Investimento Público cujos vistos aos contratos sejam recusados pelo Tribunal de Contas.

Deverá ainda remeter à Inspeção-Geral da Administração do Estado (IGAE) todas as facturas ou documentos equivalentes que sejam enviados fora do prazo para pagamento das despesas, para os devidos efeitos legais.

Nota também ao facto de ter sido criada uma regra genérica sobre a necessidade de dar-se seguimento ao processo de regularização dos atrasados, mediante celebração de acordos de regularização com os credores.

Quanto às delegações de Finanças, fica sob responsabilidade destas a tarefa de cadastramento do domicílio bancário, passando, deste modo, os processos de alteração do domicílio bancário para os funcionários da Administração Central a ser remetidos à Direcção Nacional do Orçamento do Estado (DNOE), ao passo que os processos dos funcionários da Administração Local devem ser remetidos às delegações provinciais de Finanças.

5.3 Os administradores municipais e a execução do OGE

Jornal de Angola
9 De Junho de 2020

Enquanto não tivermos autarquias, futuros órgãos autónomos de poder local, as administrações municipais são as instituições que têm de velar pela resolução dos problemas das diferentes circunscrições do território nacional.

A resolução dos problemas das populações, que são muitos e complexos, não devem esperar pelo exercício efectivo do poder local pelas autarquias, sendo correcta a decisão de se atribuir aos administradores municipais autonomia para autorizar despesas em montantes suficientes para acudir com celeridade a problemas das circunscrições que dirigem.

Sabe-se que as novas regras de execução do Orçamento Geral do Estado (OGE) estabelecem um aumento em 75 por cento do limite dos administradores municipais para autorizar despesas, passando de mil milhões de kwanzas para 1,75 milhões.

Espera-se que com este aumento as administrações municipais possam concretizar um maior número de projectos, no interesse das populações, podendo participar na formação de contratos públicos, sem apertados procedimentos burocráticos.

Cabe entretanto aos administradores municipais saber fazer, no âmbito do alargamento da autonomia

financeira que lhes é atribuída, as melhores opções, de modo a que os contratos a celebrar venham a resultar em melhores condições de vida das populações.

Temos municípios com um elevado número de habitantes, com carências enormes e de diversa natureza. É verdade que não é possível resolver todos os problemas, sendo por isso importante que as administrações municipais saibam, com o dinheiro de que vão poder dispor, canalizá-lo para a solução de problemas que sejam realmente prioritários.

Um dos problemas que as administrações municipais devem priorizar é a reabilitação de escolas primárias públicas, sobretudo agora que enfrentamos a pandemia de Covid-19. Há obras que podem ser feitas sem o dispêndio de avultadas verbas, como, por exemplo, a reabilitação de casas de banho e da compra de equipamentos necessários à actividade dos professores.

Nas escolas primárias estudam crianças, que são vulneráveis, pelo que deve haver da parte das administrações municipais permanente preocupação com as condições em que elas estudam e em que os professores ensinam.

A administração local do Estado tem também a grande responsabilidade de promover o bem-estar das populações, devendo usar bem os dinheiros que lhe são afectados, a fim de ir resolvendo problemas de fácil solução, que não precisam da intervenção da administração central.

5.4 PIIM vai gastar 150 milhões de kwanzas

Jornal de Angola

10 De Junho de 2020

Texto: Victória Quintas e Tatiana

Marta

Vários projectos sociais serão implementados ainda este ano no município do Huambo, avaliados em 150 milhões de kwanzas, no âmbito do Plano Integrado de Intervenção nos Municípios (PIIM).

O facto foi revelado, ontem, pelo administrador municipal, João Figueiredo, durante o lançamento das obras de terraplanagem de 15 quilómetros de vias secundárias e terciárias em bairros periféricos da cidade, orçadas em 45 milhões de kwanzas.

Os trabalhos, segundo João Figueiredo, têm a duração prevista de 120 dias, e a prioridade vai recair

para as estradas nos bairros de Santo António, Santa-Iria, Calobrinco, Sassonde I, Compão Baixa, Camussamba e Fátima suburbano.

A reabilitação do sistema de captação de água, em várias comunas, constitui igualmente prioridade do programa de obras da Administração Municipal do Huambo.

O administrador municipal informou que os trabalhos inseridos no PIIM, para a sua região de jurisdição, contemplam ainda a reabilitação das centrais térmicas da Chipipa e Calima, reparação de 20 cisternas de água, e a construção de um alpendre e muro de vedação do posto médico da Quissala, incluindo o seu apetrechamento.

No acto de lançamento das obras, a governadora provincial, Lotti Nolika, realçou que, apesar das limitações financeiras, o Governo Provincial traçou um conjunto de prioridades para “atender às preocupações da população, com vista a facilitar as trocas comerciais e o escoamento de produtos agrícolas”.

5.5 Unidades orçamentais e administradores municipais com mais dinheiro para gerir

Jornal Expansão

12 De Junho de 2020

Texto: Faustino Diogo

As unidades orçamentais vão passar a ficar com 60% do valor das taxas cobradas na prestação de determinado serviço ou documento à luz das novas regras de execução do Orçamento Geral do Estado (OGE) 2020 divulgadas pelo Ministério das Finanças.

A medida reforça em mais 20% o valor que as unidades orçamentais passam a ter nos seus cofres, resultante das taxas pagas pelos cidadãos ou outras instituições. Ou seja, com as novas regras, os gestores dos ministérios, escolas, administrações e outras unidades públicas estão agora obrigados a transferir para a Conta Única do Tesouro (CUT) apenas 40% da arrecadação feita ao longo do ano, passando a ter mais dinheiro para a resolução dos seus problemas.

As novas regras de execução do OGE reforçam também os limites para a autorização de despesas dos administradores municipais, que viram aumentar em 75% o seu poder de efectuar despesas sem a chancela dos governadores provinciais ou outro órgão do Estado.

Assim, os administradores municipais podem agora autorizar despesas até 1,75 mil milhões Kz, contra os mil milhões Kz com que começaram o ano, ficando apenas 25% abaixo do valor previsto para os governadores.

"Com a referida alteração, pretende-se atribuir cada vez mais autonomia aos administradores municipais na formação dos contratos públicos ao nível da administração local do Estado e, conseqüentemente, tornar mais eficiente e menos burocrático o processo aquisitivo ao nível dos municípios", lê-se no documento do Ministério das Finanças.

Os contratos de aquisição de bens e serviços também foram contemplados com as novas medidas divulgadas pelo Ministério liderado por Vera Daves. Desta feita, os gestores públicos nos contratos de aquisição de bens e serviços podem, agora, efectuar um primeiro pagamento de até 50%, mais 35% do que até aqui era autorizado. No entanto, quando se tratar de contratos de empreitadas de obras públicas, o pagamento inicial não pode ultrapassar os 15% do valor da obra.

"Estas regras enquadram-se no cenário em que o País vive. Por um lado, a preocupação é identificar melhores formas para o aumento da capacidade de arrecadação da receita por parte das unidades orçamentais, por outro lado, a nível da execução das despesas, identificar um conjunto e procedimento que visem garantir maior qualidade", explicou o director do serviço nacional de contratação pública Saily Fernando.

As novas regras de execução do OGE surgem numa altura em que o Ministério das Finanças trabalha na revisão do Orçamento Geral do Estado 2020, que deve ser entregue este mês na Assembleia Nacional, com a revisão ao preço de referência do barril de petróleo a baixar dos 55 USD para valores a rondar os 35 USD.

5.6 Água e iluminação pública entre os projectos sociais que estão inscritos no PIIM

Jornal de Angola
19 De Junho de 2020
Texto: Lino Vieira

Seis dos oitos projectos de infra-estruturas socioeconómicas aprovados, no município do Luchase, foram inscritos no âmbito do Programa Integrado e Intervenção nos Municípios (PIIM) e estão orçados em mais de 3 mil milhões de kwanzas.

A localidade beneficiou de infra-estruturas entre escolas de sete salas de aulas cada, centros de saúde, sistemas de captação, tratamento e distribuição de água e a instalação de postos de iluminação pública

Os empreiteiros já receberam os 15% do valor da execução das infra-estruturas que serão erguidas nas localidades de Tempué, Muié e na Vila de Cangamba.

A maior parte dos projectos do PIIM na província do Moxico tem prazo de sete meses de execução.

O administrador municipal do Luchase, Moisés Capalo Cambembe, disse ao Jornal de Angola que o Programa Integrado e Intervenção nos Municípios vai absorver alguns problemas nas comunidades, principalmente, no diz respeito à situação sanitária e o número de crianças fora no subsistema do ensino.

Energia

O município do Moxico foi contemplado em mais de dois mil milhões de kwanzas para a construção da rede de iluminação pública foto voltaica para 100 postos num percurso de cinco quilómetros.

O administrador municipal do Moxico, Valdemar Salomão, afirmou que o PIIM abrange também a vedação e restauração dos centros médicos do bairro Social e Cawango que vai dar qualidade aos serviços sanitários no município.

O programa consta também a construção e reabilitação de passeios, lancis e jardins na cidade do Luena, kits administrativos, pontecos (pontes de madeiras), aquisição de jangadas para transportar pessoas e mercadorias nas localidades de difícil acesso.

Valdemar Salomão salientou ainda para o PIIM está em curso outros programas que estão a mudar a imagem da cidade do Luena como trabalhos de terraplanagem para os bairros periféricos e rede eléctrica de iluminação pública e ginásio de rua para a prática desportiva.

5.7 Constitucional prepara quadros para as autarquias

Jornal de Angola
29 De Junho de 2020

O juiz presidente do Tribunal Constitucional, Manuel Aragão, disse que a instituição vai continuar a executar planos de formação a nível interno, com recurso às instituições do Estado vocacionadas para a matéria, no sentido de se garantir a formação do pessoal e permitir que estejam todos prontos para os

desafios que se avizinham, especificamente as eleições autárquicas.

Numa mensagem por ocasião do 12º aniversário da criação do Tribunal Constitucional, assinalado na quinta-feira, Manuel Aragão referiu que a instituição nasceu, deu os primeiros passos e agora caminha com firmeza para a sua maturidade.

“No decurso de todos estes anos, o tribunal, enquanto guardião da Constituição e garante dos direitos fundamentais, tem realizado a sua função de administrar a justiça em matérias de natureza jurídico-constitucional, respondendo à demanda de situações fácticas e aos recursos para aqui remetidos, e só com o esforço de todo o seu pessoal tem sido possível atender e salvaguardar as expectativas dos cidadãos e das instituições”, refere Manuel Aragão, na nota publicada no site da instituição.

O magistrado reconhece que o que a sociedade espera é que se salvguarde os direitos fundamentais plasmados na Constituição, porquanto o Tribunal Constitucional deve agir como um órgão que garanta que nenhum cidadão lesado nos seus direitos fundamentais deixe de ter tais danos reparados.

Criado a 25 de Junho de 2008, o Tribunal Constitucional tem, em geral, a competência de administrar a justiça em matéria jurídico-constitucional.

6. URBANISMO E HABITAÇÃO

6.1 Luanda desce 89 posições no que toca ao custo de vida

Jornal de Angola
10 De Junho de 2020

Luanda é a 115.^a cidade mais cara do mundo em termos de custo de vida, descendo 89 posições no 'ranking' em relação ao ano passado (26.^a), num estudo da Mercer ontem divulgado e que é liderado por Hong Kong.

O preço da gasolina (0,23 cêntimos de euro), na capital do país, é o mais baixo do mundo, porque o Estado, com a subida da taxa de câmbio, continua, na prática, a subsidiar os combustíveis.

Lisboa é a 106.^a cidade mais cara do mundo. De acordo com o estudo global sobre o Custo de Vida de 2019 da Mercer ("Cost of Living Survey"), Lisboa "desceu 11 posições no ranking, posicionando-se à frente de cidades como Luanda, que estava na primeira posição em 2017.

No ranking' agora divulgado, Hong Kong mantém a posição de cidade mais cara do mundo, em oposição a Tunes (Tunísia), a cidade menos cara.

A cidade de Hong Kong figura no top do 'ranking' das cidades mais caras para expatriados, seguida de Ashgabat, no Turquemenistão, que ocupa a segunda posição.

Tóquio e Zurique mantêm-se nos 3.^o e 4.^o lugares, respectivamente, ao passo que Singapura, que ocupa o 5.^o lugar, desceu dois lugares, comparativamente ao ano de 2019.

Outras cidades que se encontram no top 10 são Nova Iorque: (5), Xangai (7), Berna (8), Genebra (9) e Pequim (10).

As cidades menos caras para expatriados são: Tunes (209), Windhoek, Namíbia (208), e Toshkent (Usbequistão) e Bishkek (Quirguistão), que empatam no 206.^o lugar.

Através do estudo, foi ainda possível concluir que o preço da gasolina em Lisboa (1,61 euros por litro de gasolina 95 octanas) é dos mais elevados, tendo em conta as restantes cidades do 'ranking'.

Comparativamente com a cidade mais cara do 'ranking', o preço médio de produtos de limpeza, que inclui antissépticos, produtos de limpeza de casa ou detergente para máquina de lavar loiça, Lisboa apresenta um custo médio de 32,90 euros e em Hong Kong é de 37,80 euros.

Os dados do estudo foram recolhidos em Março pela Mercer, que concluiu que as flutuações de preço em muitas regiões não se revelaram significantes devido à pandemia da Covid-19.

O estudo inclui mais de 500 cidades em todo o mundo, sendo que o 'ranking' deste ano integra 209 cidades distribuídas pelos cinco continentes e analisa e compara os custos de mais de 200 itens em cada local, entre eles: alojamento, transportes, comida, roupa, bens domésticos e entretenimento.

O estudo da Mercer conclui que "um conjunto de factores, incluindo flutuações cambiais, custo da inflação no que se refere a bens e serviços e a volatilidade dos preços de alojamento, contribuem para o custo geral dos 'pacotes de expatriados' para colaboradores em tarefas internacionais".

6.2 Mil e uma dificuldades afogam o Distrito do Rangel

Jornal de Angola
11 De Junho de 2020
Texto: Nilza Massango

Os números da malária são acentuados. Só no primeiro trimestre do corrente ano, foram registados mais de 1.500 casos. Parte significativa do Distrito do Rangel, município de Luanda enfrenta graves problemas de saneamento básico.

O desassoreamento de valas e sarjetas é uma necessidade urgente. As águas salobras – que brotam do subsolo – provocaram o abandono de muitas residências, sendo que algumas foram transformadas em depósito de lixo, facilitando a proliferação de mosquitos. A iluminação pública em algumas zonas é precária e os moradores apelidaram a escuridão de "amiga" dos delinquentes.

O comércio em quintais e a venda desordenada em várias ruas avoluma os problemas, embora, nas últimas semanas em menor proporção por força das medidas impostas para travar a propagação da Covid-19. Segundo apurou o Jornal de Angola, a administração dispõe apenas de um tractor e precisa de um carro de sucção.

A escassez de escolas primárias e secundárias, centros de saúde, médicos e enfermeiros é uma realidade. Por se localizar no interior de um recinto privado, um dos centros de saúde encerra ao meio dia, contrastando com o fenómeno bares de rua ilegais instalados em passeios, becos e esquinas, sem hora de abrir e fechar, tornando o sossego da vizinhança um “luxo” do passado.

O administrador do distrito, Francisco Naval, admitiu que os moradores do Rangel enfrentam inúmeros problemas e que a administração tem feito o que está ao seu alcance para minimizar a situação, em alguns casos com medidas paliativas. Francisco Naval apontou a malária como principal enfermidade que o Rangel enfrenta e referiu que campanhas de fumigação nas ruas e interior das residências, a distribuição de mosquiteiros, entre outras acções, têm ajudado a mitigar a situação.

Trabalho de macrodrenagem

Para pôr fim aos recorrentes problemas de saneamento básico, as autoridades administrativas defendem um trabalho profundo de macrodrenagem. O administrador distrital contou que, há dois anos, cinco ruas, entre as quais a Vaidade, Pica-Pau e Comandante Cantiga haviam sido seleccionadas para serem intervencionadas. Porém, tudo mantém-se na mesma, alegadamente por ausência de aprovação superior.

No âmbito da rubrica do retorno, o dinheiro que advém de acções realizadas no município, segundo Francisco Naval, tem servido para a realização de trabalhos de terraplanagem e tapa-buracos ao longo das várias ruas e iluminação pública em pontos críticos. Para fazer face à Covid-19, os referidos valores serviram ainda para compra de 30 colchões entregues a três centros de saúde locais.

“O Rangel está dependente e sem orçamento, mas temos a chamada rubrica do retorno, que é tudo aquilo que é cobrado a nível dos atestados. É a partir desses retornos que fazemos o possível, como por exemplo, os tapa-buracos com betão na Vila Alice e a iluminação pública”, disse Francisco Naval, acrescentando que parte da rua Lino Amezaga até à entrada do mercado dos Congolenses foi iluminada. Morador nas imediações do Nelito Soares, José Mutunda diz-se cansado de reclamar das ruas esburacadas, falta de manutenção e do abandono dos largos e parques. Insatisfeito com o rumo do distrito, considerou que muito há por fazer, embora reconheça o empenho da administração.

Combate ao coronavírus

No âmbito da luta contra o novo coronavírus, a administração do Rangel tem levado a cabo a distribuição de água potável com recurso a camiões cisternas. Por outro lado, para permitir a lavagem regular das mãos, defronte ao Hospital Américo Boavida, no Triângulo dos Congolenses, Largo do Soweto, e outros locais de grande concentração de cidadãos, foram colocados bidões azuis com capacidade para 200 litros de água e sabão.

Nos centros de saúde, a orientação vai no sentido de se fazer a primeira triagem e, de seguida, comunicar ao terminal 111 caso recebam um paciente suspeito da Covid-19. Neste particular, o distrito tem o apoio de uma unidade médica especializada instalada no município de Luanda.

No conjunto de mais de três mil famílias em situação vulnerável, surgidas como consequência da pandemia, Francisco Naval enalteceu a entrega de cestas básicas e o apoio prestado pelas igrejas, entidades particulares e a Comissão Administrativa da Cidade de Luanda. Recordou, entretanto, a ajuda que a administração e a direcção provincial de Acção Social prestavam às famílias carenciadas antes do surgimento da pandemia.

Obras do PIIM

No quadro do Programa Integrado de Intervenção nos Municípios (PIIM), as autoridades do distrito do Rangel priorizaram a reabilitação e conclusão das obras paralisadas há seis e sete anos, particularmente instituições de ensino em detrimento de novas construções. Neste contexto, concluiu-se a escola 5029, mais conhecida como a escola grande. Tem também a chamada escola do Soeiro, no bairro Rangel, por concluir as obras, e outra que vai ser construída com sete salas de aula, no bairro do Marçal.

“O distrito tem escolas do ensino primário, mas sem absorver todos os alunos, por isso, a grande dificuldade reside nas classes de entrada, a iniciação e a décima classe. Temos pressionado muito em função desse défice”, apontou. Além de incluir o Ngola Mbandi entre as escolas que necessitam de reabilitação, Francisco Naval afirmou que, num horizonte de 32 salas, apenas metade é ocupada devido ao estado de degradação e escassez de carteiras. “Depois da visita da anterior ministra da Educação, a promessa ficou a de reparar depois da reabilitação a escola Angola e Cuba”, afirmou.

Rua Soba Mandume

O mau estado das vias está entre os mil e um problemas que exigem mudanças e a rua Soba Mandume, cuja requalificação está sob responsabilidade do Ministério das Obras Públicas e do Ordenamento do Território é apenas mais um. “Segundo informação recebida dos empreiteiros, a rua não é concluída por causa da questão das redes técnicas que devem levar a água de um ponto ao outro.

O problema é antigo e requer um trabalho profundo”, disse Francisco Naval. O administrador do Rangel acrescentou que, aquando da última visita realizada ao local, estava em fase de conclusão a rede técnica que devia levar a água até a vala do Senado da Câmara e uma parte para a Ngola Kiluanje. “É de reconhecer que houve uma altura em que a venda era uma dificuldade para as obras. As redes técnicas daquela área têm estado a criar muitos constrangimentos”, disse.

6.3 Assimetrias socio espaciais: Um olhar às cidades secundárias

Novo Jornal

19 De Junho de 2020

As disparidades das condições de vida nos níveis de desenvolvimento entre as diferentes áreas do nosso território estão a crescer rapidamente e em escalas perigosas e sem precedentes. A experiência, na maioria dos países em desenvolvimento, indica que políticas fracassadas, como a industrialização do capital intensivo e outras, resultaram em empobrecimento, sobretudo das zonas rurais. Dito de outra forma, não alcançou as regiões pobres, sendo que os benefícios produzidos foram marginais. Por cá, as razões são várias, porquanto a falta de um sistema integrado de cidades intermediárias e centros regionais tem causado, em especial aos agricultores, dificuldades de escoamento e venda dos seus superáveis, obtenção de tecnologia e de insumos.

A política de distribuição espacial da população pode ser baseada na estratégia de interiorização e desconcentração regional! com as Cidades Intermediárias ou, se quisermos, secundárias: com capacidade de apoiar as actividades económicas, com exigências de elevados Índices populacionais e extensos serviços e facilidades de acesso aos serviços. O fim principal é o de incentivar economias rurais.

Essas políticas tratam as acções interurbanas para fortalecer as cidades, visando a expansão da sua capacidade produtiva e do mercado da região

liderado por elas - mediante a localização de equipamentos terciários de alcance regional, buscando atrair capital para os centros seleccionados.

É convicção de que, em Angola, a ideia de cidades secundárias poderá, quando devidamente focalizadas, reduzir assimetrias socio espaciais, considerando as várias zonas económicas (tributárias) do país.

Os ganhos das cidades secundárias fortes (eficientes) redundam em dispersão da população urbana, crescimento económico e distribuição de benefícios.

Ficou evidente que, para os desafios como alcançar crescimento e desenvolvimento sustentável e equidade social, se exige tanto para o urbano como para o rural.

Obviamente, os elos urbanos/rurais são' cruciais, pois os principais mercados para os seus superáveis agrícolas estão em centros urbanos. Iguamente, dizer que o processo de urbanização das cidades médias é guiado pelo sector industrial, mas com participação relevante das actividades relacionadas com o sector de serviços.

Por fim, referenciar que o insucesso da descentralização das actividades económicas pode ser atribuído a pequenas quantidades de cidades secundárias com serviços para suportar o elevado índice populacional.

6.4 Interferências podem «Embaraçar Joana Lina, dizem analistas

Novo Jornal

19 De Junho de 2020

Texto: Borralho Ndomba

Há vinte dias a frente dos destinos da província de Luanda, Joana Lina estuda estratégias para começar por «atacar» alguns problemas ligados a capital do país.

Estou a pouco tempo e não queria ainda avançar as minhas prioridades. Estamos a auscultar os problemas das comunidades”, disse ao NJ a governadora, durante a primeira visita de trabalho ao município de Viana.

Analistas da «praça» apontam alguns caminhos para a .o êxito da gestão de Luanda. A macrodrenagem, o saneamento básico, a manutenção das estradas terciárias e o ordenamento territorial constam dos desafios levantados pela actual liderança.

O arquitecto Angelino Kissonde entende que a questão da regularização dos espaços informais, o cumprimento do Plano Director da Provincial de Luanda e a criação de uma única estratégia que inclua todos os municípios, ao nível dos padrões recomendados, devem fazer parte da lista de prioridade.

"Luanda hoje tem muitas zonas rurais transformadas em habitacionais, sem obedecer aos padrões urbanísticos. Os municípios de Belas, Viana, Cacucaco e Icolo e Bengo são exemplos disso", revela Kissonde, criticando a ausência das linhas de drenagem, estradas com dimensões recomendadas e organização na construção de residências.

"Os projectos, mesmo sem disponibilidade financeira, devem salvaguardar os serviços básicos, designadamente o fornecimento de água potável, energia, asseguramento policial, saúde, entre outros", aconselha.

Kissonde foi mais ao longe ao considerar que a questão do melhoramento da mobilidade urbana depende da criação de um plano de terraplanagem das principais ruas e das secundárias.

Rafael Aguiar, sociólogo, destaca a melhoria das questões sociais básicas, como o fornecimento regular de água potável, energia eléctrica, abastecimento alimentar do campo para Luanda e funcionamento moderno dos mercados públicos, capaz de baixar os preços e combater a fome.

O também político chama atenção para as interferências dos auxiliares do Poder Executivo e de altas patentes do Exército na governação de Luanda, um problema "crónico" com que Joana Lina terá de saber lidar.

Mfuka Muzemba, outro analista que pensa da mesma maneira, acredita que, se o clima for aquele que estamos habituados a ver, haverá muitas dificuldades na gestão de Luanda.

"Nenhum governador, por mais que queiramos que seja ou não, irá realizar alguma coisa em Luanda neste ambiente", conclui Muzemba.

Lembrar que Joana Lina é a segunda mulher a dirigir Luanda, tendo tomado posse em finais de Maio. O Presidente João Lourenço exigiu dos novos governadores provinciais maior atenção na implementação dos programas de desenvolvimento económico e social do país.

6.5 Levantada cerca sanitária moradores temem por discriminação

Novo Jornal

26 De Junho de 2020

Texto: Dulcineia Lufua e Adjali Paulo

"Foram os 40 dias mais longos da minha vida", lembra Ambrósio Daniel, morador da Nova Luz, um dos três bairros do distrito urbano do Hoji-Ya-Henda, zona de Luanda que ficou 40 dias em cerca sanitária, depois de as autoridades terem registado 29 casos de contaminação local de Covid-19. O medo de fazer parte das estatísticas epidemiológicas da pandemia roubou a paz e a esperança da família de Ambrósio e de outras 859 que aguardavam pelos resultados dos testes à Covid-19 a que foram submetidas.

Taxista de profissão, acostumado a estar em movimento para não faltar água nem pão em casa, viu-se obrigado a depender de doações do Governo e de parentes, para poder alimentar a família. Durante a quarentena, houve dias em que Ambrósio não chegou a receber a cesta básica distribuída pela administração local e passava fome com a mulher e os filhos.

Mas, para a alegria de Ambrósio e de outros moradores dos bairros São Pedro, Nova Luz e Mata Gato (Hoji-Ya-Henda), a restrição sanitária naquela circunscrição de Luanda foi levantada no dia 20 deste mês. As famílias deixaram de estar isoladas e agora "respiram de alívio", após o levantamento da cerca sanitária, que durou 40 dias, devido ao novo coronavírus.

"Agora estou muito feliz, já vou começar a trabalhar, só espero que os meus colegas da via me recebam sem discriminação", refere. Fontes Elísio, outro cidadão residente no distrito do Hoji-Ya-Henda, propriamente na zona do São Pedro, juntou-se à conversa e apontou o lado positivo dos 40 dias de confinamento.

"Quando surgiu o primeiro caso positivo de covid-19 no Hoji-Ya-Henda, ninguém queria acreditar. Só caímos na real quando as autoridades sanitárias isolaram os bairros. Mas, o lado positivo da cerca sanitária foi ter conhecido melhor a minha família. Antes do confinamento, não tínhamos muito tempo para estar juntos. Também fizemos as pazes com alguns vizinhos", explica.

A cada chamada que recebíamos, o coração batia forte. Sempre que a ministra da Saúde e o secretário de Estado anunciassem novos casos no nosso bairro, eu chorava e ficava com medo: Assim que recebi os resultados dos exames, o pesadelo terminou", diz a adolescente Lusineide Teixeira.

Agora, a adolescente diz que vai continuar a observar as medidas de prevenção e espera que seja recebida sem discriminação pelos colegas de escola quando as aulas recomeçarem.

«Encontrei ratos e baratas na cantina, tive muitos prejuízos»

No Hoji-Ya-Henda, que é uma das zonas mais movimentadas da capital, devido aos vários estabelecimentos comerciais, cantinas, bancadas e armazéns comerciais começaram por ser reabertas. Entretanto, alguns comerciantes falam em vários prejuízos provocados pela pandemia.

Alex Dialou, cidadão da Guiné Conacri, não escondeu a satisfação de ver o fim da restrição sanitária, mas queixa-se de prejuízos.

"Os ovos apodreceram, as gasosas que estavam na arca rebentaram, encontrei muitos ratos e baratas na cantina. Tive muitos prejuízos. Agora vamos tentar arranjar soluções para ultrapassar isso", diz optimista.

Se, para alguns, o confinamento trouxe prejuízos, para outros, como Domingas André, trouxe benefícios. A anciã Maria Domingos, por exemplo, comercializa produtos do campo à porta de casa e diz que, durante a quarentena, teve mais rendimentos.

"Consegui arrecadar algum valor como não podíamos sair, a minha nora trazia os produtos até à entrada da rua e íamos buscá-los. Os vizinhos, como já conhecem o meu negócio, vinham comprar em casa, respeitando sempre as medidas de biossegurança", detalha.

Para além do Hoji-Ya-Henda, os bairros Cassenda, Futungo, Kikuxi, assim como a Clínica Multiperfil também tinham sido isolados por conta da Covid-19.

Sílvia Lutucuta informou que todos os procedimentos epidemiológicos foram tomados em conta, pelo que se testaram, no referido cordão sanitário, três mil 400 pessoas, com os casos positivos internados e os suspeitos em quarentena.

A governante garantiu que, apesar do levantamento, as autoridades vão continuar a acompanhar a área, incluindo as zonas circunvizinhas, de modo a evitar novos casos de Covid-19.

6.6 Executivo quer incentivar construção de casas sociais

Jornal de Angola

5 De Junho de 2020

Texto: Adelina Inácio

O Executivo pretende alterar a estrutura do mercado imobiliário, desincentivando a construção de habitações de alto padrão, a favor da edificação de habitações sociais.

A medida consta na Proposta de Lei que aprova o novo Código do Imposto Predial, que está a ser discutida na especialidade, na Assembleia Nacional, cuja votação final global está agendada para o dia 17. O secretário de Estado das Finanças e Tesouro, Osvaldo João, esclareceu os deputados que a medida surge do facto de haver muitas habitações de alto padrão desocupadas, devido ao desajustamento entre a procura e a oferta. "Pensamos fazer esta alteração porque hoje as habitações que estão desocupadas são as de alto padrão", disse.

O responsável do Ministério das Finanças adiantou que a Proposta de Lei que aprova o novo Código do Imposto Predial vem ajudar a prevenir bulhas do mercado imobiliário. "As bulhas acontecem, precisamente, porque construímos residências de muito alto padrão e, depois, não têm procura e estas mesmas residências, na maior parte das vezes, são construídas com base em financiamento bancário que fica malparado e, com isso, transmitem riscos aos bancos e à população em geral", explicou.

Osvaldo João considerou que o nível de rendimento da maior parte da população não é tão alto e isso justifica o facto de não haver procura de habitações de alto padrão. "O nível de riqueza das famílias não está a crescer e há poucos agentes a transitarem de um escalão de rendimento para o outro; isso pode justificar a falta de procura por habitações de alto padrão. Hoje vemos condomínios com níveis de ocupação muito baixos porque não há renda suficiente para atender aos preços que são estipulados pelos detentores das habitações", disse.

O dirigente defende que o Executivo tem de adoptar políticas que se adequam ao contexto actual que o país exige. Esta política que o Executivo pretende implementar, disse, vai ajudar a reduzir os desperdícios económicos que existem. A intenção, acrescentou, é permitir que as populações com menos rendimentos tenham acesso às habitações que foram construídas.

6.7 Imóveis e terrenos abandonados com IPU agravado

Jornal Expansão

05 De Junho de 2020

Texto: Faustino Diogo

A Proposta de Lei do Código do Imposto Predial em discussão na Assembleia Nacional prevê que os prédios desocupados e terrenos para construção que não estejam a ser utilizados paguem mais 50% de Imposto Predial Urbano (IPU), do que o previsto.

O documento que se encontra em discussão na especialidade na casa das leis agrava este tributo como forma de pressionar e reduzir o número de prédios desocupados, sobretudo em Luanda, assim como terrenos que foram atribuídos para edificação de imóveis, mas abandonados, defendem especialistas

"Ficam sujeitos a uma tributação adicional de 50% das taxas previstas os prédios desocupados há mais de um ano, bem como os terrenos para construção relativamente aos quais não sejam observados os critérios de aproveitamento útil e efectivo, durante 3 anos consecutivos ou 6 anos interpolados, a contar da data da sua concessão, ocupação ou da última tramitação", adianta a Proposta de Lei do Código do Imposto Predial.

Os indícios de desocupação terão como base a falta de contratos válidos com empresas de fornecimento de água, electricidade e telecomunicações, cabendo as administrações locais, Instituto Geográfico e Cadastral de Angola e outras entidades com competências identificar e meter à Administração Geral Tributária a relação dos prédios e terrenos que não têm aproveitamento útil e efectivo.

Ou seja, com esta proposta de lei as administrações locais e afins passam a ser responsáveis pela identificação dos prédios e terrenos desocupados nas suas localidades e procederem a respectiva catalogação.

O documento mantém o pagamento do IPU sobre o excesso de 5 milhões de kz do valor patrimonial do imóvel a taxa de 0,5%, no caso de prédios urbanos. Já para os terrenos, a taxa sobe para 0,6% e é sobre o valor patrimonial do terreno. Aqui não existe um valor mínimo, os terrenos são tributados em função do valor total.

Ou seja, para os casos dos terrenos considerados abandonados, o pagamento do imposto predial será 0,6% do valor do terreno, mais os 50% da multa.

Contas feitas, por exemplo, para um apartamento T3 considerado abandonado na centralidade do Kilamba, avaliado em 7 milhões de kz, o proprietário vai passar a pagar 15 mil kz, mais 5 mil que os 10 mil Kz pagos actualmente.

Já para um apartamento do tipo T3 na zona da Maianga, que não esteja habitado, com valor de 90 milhões de kz, o IPU vai sair dos 425 mil para os 637.500kz.

Cenário idêntico vai ser vivido a nível dos terrenos. Quem apenas vedou o seu espaço e tarda e construir ou-dar utilidade ao mesmo vai passar a sentir mais no bolso o peso da tributação.

Por exemplo, um terreno de dez mil metros quadrados localizado na zona da Boavista estrada de Cacucaco, que antes pagava 2.249.040 kz, vai pagar mais 1.124.520 Kz, elevando para 3.375.560 o valor do imposto predial, caso seja considerado abandonado pelas autoridades.

A Proposta de Lei do Código do Imposto Predial prevê a isenção do pagamento do IPU, mediante reconhecimento da administração tributária a imóveis de construção precária, instituições públicas, diplomáticas, religiosas, partidos políticos, sindicatos outras previamente identificadas.

Em 2018 o Governo previa arrecadar 47,8 mil milhões Kz, com o Imposto Predial Urbano, mas apenas conseguiu 33,3 mil milhões, 69,7% do total da receita prevista com este imposto no Orçamento Geral do Estado (OGE) para 2018

Contas feitas pelo Expansão indicam que o fisco arrecadou com a cobrança do Imposto Predial Urbano (IPU) em 2018 14,5 mil milhões Kz a menos que o previsto.

6.8 Já para o ano passado estava previsto arrecadar com o IPU 41,6 mil milhões.

Conflitos de casas e terrenos

Jornal de Angola

11 De Junho de 2020

A administração do Distrito Urbano do Sambizanga formou este ano uma comissão para tratar do conflito ligado ao processo de requalificação do Bairro Operário. Para o efeito, convocou os moradores que, tendo já recebido apartamentos ou casas no Zango, permaneciam nas antigas casas.

Os encontros foram marcados por alguns impasses, não se conhecendo o desfecho administrativo. Facto é que alguns antigos moradores permanecem em suas casas e a Administração está a ceder os terrenos desocupados. Alguns mais antigos habitantes daquele bairro mostraram-se indignados, porque nunca tiveram conhecimento formal da existência de terrenos a ceder.

6.9 Vandalizados 25 apartamentos na centralidade do Mussungue

Victorino Matias I Dundo

15 De Junho, 2020

Apartamentos desocupados na Centralidade do Mussungue, na cidade do Dundo, capital da Lunda-Norte, estão a ser vandalizados, pelo que o administrador municipal do Chitato, Gastão Cahata, apela às entidades competentes a comercializarem as casas com urgência, pois, a seu ver, é a única forma de se pôr cobro a esta situação.

Gastão Cahata, apresentou esta sugestão ao governador provincial, Ernesto Muangala, e a responsáveis dos Serviços locais do Fundo de Desenvolvimento Habitacional (FDH) e da Imogestin com quem manteve encontros.

Creio que a única forma de evitarmos as acções de vandalismo na centralidade é a comercialização dos mais de 700 apartamentos que estão desocupados”, disse ao Jornal de Angola.

O administrador municipal informou que no encontro que manteve com responsáveis do FDH e da Imogestin, recebeu orientação para que o seu elenco “trabalhar com celeridade” para a entrega dos apartamentos aos cidadãos que se candidataram para a compra há mais de quatro anos.

“O Governo Provincial orientou a Administração Municipal para reforçar a segurança na centralidade e a vigilância nos edifícios onde os vândalos direccionam as suas acções”, informou, adiantando que o reforço da segurança será feito através de policiamento motorizado e apeado.

“A falta de iluminação pública em algumas zonas da centralidade tem propiciado a acção dos marginais”, acrescentou.

Apartamentos vandalizados

Ao todo, 25 dos 730 apartamentos desocupados foram vandalizados, segundo o responsável do Fundo de Desenvolvimento Habitacional na província, António Fernandes, revelando que os

marginais levaram portas, Janelas, fechaduras, loiça sanitária, materiais eléctrico e de canalização.

“Algumas vezes”, acrescentou, “os meliantes utilizam apartamentos desocupados para descansarem no período da noite”.

Grande parte dos 419 prédios que compõem a centralidade do Mussungue, segundo António Fernandes, não tem protecção física, e a preferência dos marginais têm sido as casas dos últimos andares por despertarem menos atenção dos moradores.

Processo de entrega dos apartamentos

António Fernandes disse que a morosidade do processo da entrega das casas aos candidatos deve ao facto da empresa Pan China, responsável pela construção da Centralidade do Mussungue, não ter ainda concluído as obras nos 730 apartamentos localizados nos últimos pisos dos edifícios de cinco andares. “Neste momento estão em curso trabalhos de revestimento dos terraços para travar a infiltração das águas das chuvas”, explicou. “Depois da conclusão das obras”, adiantou António Fernandes, “os candidatos vão receber as residências através da modalidade de arrendamento, uma vez que já foram preenchidas todas as vagas para o processo de rendas resolúveis e comercialização para cidadãos que apresentarem capacidade financeira”.

Inaugurada há três anos

A primeira fase da construção da Centralidade do Mussungue foi inaugurada em Agosto de 2017. Implantada numa área de 116 hectares, o projecto comporta 419 prédios de 18, 11, nove e cinco andares.

Os apartamentos são de topologias T-3, 4 e cinco, sendo que em termos globais, a cidade, que começou a ser construída em 2009, foi concebida para albergar 30 mil famílias.

A centralidade tem várias infra-estruturas, entre as quais um hospital, com capacidade para 90 camas, uma escola de 50 salas aula, sistema de distribuição de água potável, Estação de Tratamento das Águas Residuais e uma central térmica.

Um dos principais défices que se regista na Centralidade do Mussungue desde que começou a ser habilitada, tem a ver com a insuficiência da gestão e manutenção das infra-estruturas, sobretudo, as valas de drenagem das águas pluviais.

A Centralidade é controlada por uma administração distrital de Mussungue que subordina-se a Administração do Chitato.

6.10 No Capari falta tudo...

Jornal de Angola

18 De Junho de 2020

A falta de serviços sociais básicos tem criado sérios constrangimentos aos moradores da centralidade do Capari, particularmente nesta fase da Covid-19. Faltam escolas, um centro médico, padaria, quadras desportivas, livrarias, sala de jogos, cyber cafés, churrasqueiras, pastelarias, lavandarias, restaurantes e outros empreendimentos. Capô aberto. No pátio do bloco 15 da centralidade do Capari, há uma viatura avariada. A solução demora a chegar. Adão André, o mecânico, tenta resolver um problema no motor de arranque. A proprietária do veículo, Ester Paulo, está desesperada. Vê a vida a complicar-se ainda mais.

No Capari falta tudo, desde agências bancárias, supermercado, cantinas, centro de saúde, mercado e locais de lazer. Sem o carro disponível, as dificuldades aumentam. Confinada em casa, com os seis filhos e dois sobrinhos, Ester Paulo suspende as actividades domésticas para receber o mestre André. Ela supervisiona de perto os trabalhos na viatura de marca e modelo Toyota Corolla, vulgo “olho-degato”.

O meu marido é polícia e, neste momento, não está em casa. Quando o carro avaria, fico doente.

Não tem sido fácil conseguir uma viatura que nos tire rapidamente daqui até Luanda ou Caxito, a fim de recebermos assistência médica. É urgente a instalação de serviços de saúde aqui nesta centralidade”, defende a moradora.

O morador João Ferreira vive há um ano no Capari e explica que, até agora ninguém sabe dizer o que se passa. “O Fundo Habitacional, Imogestim, Administração Municipal do Dande e o Governo do Bengo não dizem absolutamente nada. Cada uma das famílias está abandonada a sua sorte”, diz.

Ferreira fala da distância que os moradores daquela centralidade são obrigados a percorrer, para adquirir bens alimentares, e outros. Segundo o morador, quem pensar comprar uma rama de batata, que custa apenas 200 Kwanzas, é obrigado a gastar o mesmo valor no táxi para chegar até ao mercado do Panguila.

De acordo com João Ferreira, quando alguém fica doente, os vizinhos que têm viaturas sabem que devem estar disponíveis para ajudar os que não têm. “O governo deve instalar vários serviços sociais nesta centralidade. Veja que, durante o período escolar, somos obrigados a contratar taxistas para levarem os nossos filhos a escola”.

Quem não tem transporte sente inúmeras dificuldades para fazer isso. Gastamos, mensalmente, de cinco a seis mil Kwanzas, só para garantir o transporte de ida e volta dos miúdos”, revela o professor João Ferreira, que trabalha numa escola do município de Cacuaco, em Luanda.

A falta de serviços sociais básicos na Centralidade do Capari, município do Dande, no Bengo, tem criado sérios constrangimentos aos moradores, principalmente nesta fase da Covid-19. Faltam escolas, um centro médico, padaria, quadras desportivas, livrarias, bibliotecas, sala de jogos, cyber cafés, churrasqueiras, pastelarias, hamburgarias, discotecas, lavandarias, restaurantes, hospedarias e outros empreendimentos. Por causa disso, os moradores percorrerem longas distâncias até à cidade de Caxito, no Bengo, e à Cacuaco, na capital do país, em busca de bens essenciais.

O Jornal de Angola constatou que, fora da centralidade, muito próximo da rede de vedação, surgem várias obras de particulares, para a instalação de cantinas, snack-bares, entre outros empreendimentos, que os responsáveis e funcionários do Fundo de Fomento Habitacional e da Imogestim não sabem dizer, se estão a ser erguidos dentro da legalidade ou não. E, também, escusam-se de falar dos grandes problemas da centralidade, alegando falta de autorização dos seus órgãos centrais.

Fraca actividade policial

Dificilmente a Polícia aparece para acudir determinadas situações do fórum criminal. Nunca aparecem aqui”, reclama Agostinho Kilembequete, que conseguiu um apartamento na centralidade por via da Administração Municipal de Cacuaco, a instituição aonde trabalha.

O antigo morador da vila de Cacuaco vive há um ano no Capari e, também, reclama da ausência de serviços essenciais naquela urbe. “Aqui só temos água, energia eléctrica (pré-paga) e mais nada”, disse, para acrescentar que devido a fraca iluminação pública, os meliantes escondem-se nos edifícios desocupados, inacabados, e assaltam os pacatos cidadãos.

De acordo com o funcionário público, a centralidade necessita com urgência de uma esquadra policial. Quanto a cerca sanitária que separa o Bengo da província de Luanda, Agostinho Kilembequete defende maior flexibilidade das autoridades sanitárias do país.

A população do Bengo dependeu sempre da capital do país para responder às suas necessidades vitais”.

Um supermercado aqui seria essencial para os moradores daqui”, solicita Kilembequete, que lamenta o facto de a Administração Municipal do Dande e o Governo Provincial do Bengo nunca reunirem com os habitantes da centralidade. Um dos mais novos moradores do Capari, António Roque, 34 anos, vive ali com a mulher e o filho, há seis meses. O mesmo conta que, na calada da noite, os meliantes invadem as casas desocupadas e retiram lâmpadas, tomadas, portas, janelas, entre outros materiais e equipamentos. “A Polícia tem conhecimento disso, mais nada faz para melhorar a segurança nesta centralidade”, informa.

Outro morador, António Roque, apanha o táxi à saída da centralidade para chegar até ao mercado do Panguila, local de onde muitas vezes sai a pé em direcção à ponte do Kifangondo, para de seguida pegar a viatura que o vai levar à vila de Cacuaco. “No Panguila tem sido muito difícil conseguir um táxi”, reclama o técnico do gabinete jurídico da Administração Municipal de Cacuaco.

Na barreira do Kifangondo, António Roque é interpelado, obrigado a apresentar o seu passe de serviço e o credencial que o autoriza a circular de um lado para outro. A vida está cada vez mais complicada para quem vive no Capari. Em Março, por exemplo, o filho de António Roque ficou muito doente. Nem ele, nem a mulher sabia o que fazer para sair rapidamente do local de residência até ao Hospital do Bengo, que fica a oito quilómetros.

Apesar de ter recebido as chaves do imóvel há dois anos, Isabel Henriques, 52 anos, penas em Fevereiro decidiu viver no Capari, onde enfrenta dificuldades de toda a ordem. “Faço uma grande ginástica para abastecer a casa”, disse a senhora que acabava de regressar das compras. Fez duas viagens de ida e volta de táxi. Primeiro foi à Barra do Dande, e depois à cidade de Caxito. “Um mercado nas imediações da centralidade dava um grande jeito”, indica.

Dificuldades em manter a beleza

Outra moradora, Elisa Dos Santos, regressava de um salão de beleza, localizado no município de Cacuaco, porque na centralidade não há nada disso. Conta que, para manter a sua beleza em dia, aos finais de semana vê-se obrigada a se deslocar até Luanda para cuidar do cabelo.

Às vezes, também levo as minhas filhas, a neta e a sobrinha. Com o rapaz é mais fácil. Comprei uma máquina, e sempre que é necessário chamo um jovem

da vizinhança para cortar o cabelo do meu filho. Quando se mostram indisponíveis, levo o menino a uma barbearia no mercado do Panguila”, indica a moradora, que está há cinco meses no Capari.

Elisa faz às compras em alguns supermercados de Luanda, e no mercado e em vários armazéns do Panguila. “As dificuldades com o transporte, as enchentes nos armazéns e supermercados, bem como a distância que tenho de percorrer para fazer as compras todas, um dia vão me matar”, ironizou a funcionária pública.

A partir da janela do seu quarto, no primeiro piso do edifício onde mora, o jovem que vê a mãe fugir a equipa de reportagem do Jornal de Angola, desce a correr para falar dos problemas que afectam no bem-estar social dos moradores do Capari.

Aqui a vida é muito difícil, principalmente por causa da falta de transporte”, começou por dizer o Gelson Eugénio. Segundo o jovem, estudante da 12ª classe no colégio Sacrinor, em Cacuaco, província de Luanda, por falta de mercado, as senhoras que comercializam hortícolas do outro lado da rede metálica (vedação) passam a vida a especular os preços dos produtos.

É difícil explicar, como os jovens fazem para se divertir. Talvez, andar pela calçada e jogar futebol nas ruas asfaltadas, porque aqui não há nada. Não temos campos de futebol, nem quadras multiusos”, lamenta, acrescentando que a ausência de vários serviços sociais coloca a centralidade na última posição, quando comparada com outras construídas no país.

Ocupação ilegal nos blocos 6 e 8

Segundo uma fonte do Jornal de Angola, devido a falta de uma Esquadra Policial várias pessoas, entre militares e efectivos da Polícia Nacional chegam, no período nocturno, à centralidade do Capari, e arrombam as portas dos apartamentos desocupados, principalmente dos blocos 6 e 8, e ficam ali a viver sem a devida autorização do Fundo de Fomento Habitacional e da Imogestin.

Refere que, os efectivos e a direcção do Comando Municipal da Polícia do Dande, assim como os seguranças da empresa privada que controlam o referido projecto habitacional dominam a situação, mas se mostram incapazes de impedir os invasores, que partem vidros, arrombam portas, arrancam janelas, destroem a canalização e os equipamentos eléctricos dos apartamentos.

Em Abril do ano em curso, a Procuradoria-geral da República no Bengo notificou um grupo de cidadãos, acusados de cometerem crimes de usurpação de

imóveis na centralidade. De acordo com a fonte do Jornal de Angola, caso seja comprovado e haja matéria suficiente, os supostos invasores podem ser implicados no crime de extorsão de imóvel, punível no artigo 445 do Código Penal, cuja pena a aplicar vai até dois anos de prisão correcional.

Explica que, os cidadãos que tenham realizado obras de melhoria nos apartamentos vão perder a causa, “porque as obras foram feitas de forma consciente e na base da ilegalidade”.

Espaços reservados

Com quatro mil apartamentos, dos quais 1080 habitados, a centralidade do Capari possui áreas reservadas à construção desses serviços. Subdividido em onze blocos, separados pelas vias primárias da urbanização, cada edifício tem dois pisos, com apartamentos do tipo T3.

O Jornal de Angola sabe que, além da edificação das moradias, a execução de infra-estruturas urbanas internas, como os acessos, as redes viárias e eléctricas, sistemas de abastecimento domiciliário de água potável, drenagem de águas residuais e pluviais, rede de telecomunicações e espaços para jardins, estão incluídos nos compromissos contratuais de execução do projecto.

No Capari não há edifícios para os serviços de bombeiros, nem estruturas de apoio ao transporte intermunicipais e interurbano. Em Novembro de 2019, o Governo Central, através do Ministério da Construção e Obras Públicas, entregou ao Governo da Província do Bengo dois edifícios, com oito apartamentos cada, para o funcionamento de um Posto Policial e um Centro de saúde, na centralidade.

Até agora nem água vai, nem água vem. Está tudo parado. É muito complicado viver sem esses serviços”, disse o presidente da Comissão de Moradores da Centralidade de Capari, Luís António Mateus, acrescentando: “já escrevemos muito para o Governo do Bengo e para a Administração do Dande. E até agora nunca obtivemos resposta”.

Trabalho numa empresa privada, na Baixa de Luanda. Entro às 7h00 e só saio às 8h00. Não tem sido nada fácil sair do Capari para Luanda. Se eu que tenho viatura própria enfrento inúmeras dificuldades, imagina aquele que não tem”, argumenta.

6.11 Deputados votam a favor do imposto predial

Novo Jornal

19 De Junho de 2020

Deputados à Assembleia Nacional aprovaram, esta semana, o instrumento que simplifica a tributação sobre o património, através da criação de um imposto único. Trata-se do projecto de lei que altera o Código do Imposto predial, de iniciativa legislativa do Titular do Poder Executivo.

O diploma substitui o Código do Imposto Predial urbano, datado de 1970, e enquadra-se no processo de descentralização administrativa que o país tem efectuado, com vista à implementação das autarquias locais, previstas para 2020.

O objectivo é assegurar maior autonomia administrativa e financeira aos municípios, através de fontes de financiamento própria, uma vez que a Constituição da República estabelece que “uma parte dos recursos financeiros das Autarquias Locais deve ser proveniente de impostos locais”. Neste domínio, a tributação do património imobiliário desempenha uma função preponderante, constituindo a principal fonte de arrecadação de receitas municipais.

O diploma, aprovado por unanimidade com 201 votos, traz como principais alterações a tributação de terrenos agrícolas improdutivo, de modo a incentivar os seus proprietários a explorá-los, a cedê-los ou a vendê-los a quem tenha condições financeiras e know-how para o fazer.

Contudo, a lei não prevê a cobrança de impostos aos terrenos produtivos, enquanto aos improdutivo serão cobrados a partir de sete hectares.

A legislação também prevê a isenção de tributação para casas sociais e imóveis de construção precária, de acordo com critérios objectivos, para se identificar este tipo de construção.

NJ

6.12 MP investiga «esquemas» envolvendo funcionários do fundo Habitacional e da Imogestin

Novo Jornal

19 De Junho de 2020

Texto: Gaspar Faustino

O Ministério Público (MP), junto do Serviço de Investigação Criminal (SIC), e Q Departamento de Combate à Corrupção estão no encalço de um suposto esquema de venda e contratos de renda resolúvel de habitações construídas pelo Estado, envolvendo supostos funcionários do estatal Fundo de Fomento Habitacional (FFH) e da privada Imogestin, avançam fontes do Novo Jornal.

Como resultado dos trabalhos preliminares de investigação, adiantam as fontes, estão já detidos quatro cidadãos nacionais que trabalham alegadamente em conluio com os funcionários destas empresas no referido-esquema.

Os quatro cidadãos, descrevem as fontes, foram detidos "em flagrante", durante uma micro-operação sob a égide dos efectivos do SIC-Viana, em coordenação com os agentes da polícia Nacional (PN), accionados após denúncias anónimas.

De acordo com as fontes, os cidadãos detidos têm idades compreendidas entre os 30 e os 35 anos e terão actuado ao arripio da lei no processo de venda e contratos de renda resolúvel nas centralidades do zango 5 e Capari, nas províncias de Luanda e do Bengo, respectivamente.

Com a detenção dos referidos cidadãos, informam, foi possível apreender 20 chaves de residências e nove termos de contratos timbrados com a logomarca das instituições acima citadas.

Quadros seniores do SIC relatam que, em face do exposto, os funcionários do FFH que estarão envolvidos no esquema poderão responder pelos crimes de participação económica em negócio, peculato e abuso de poder.

Conforme estas fontes, as diligências feitas permitiram evitar que mais cidadãos, interessados na aquisição de residências, fossem burlados.

"Este não é um caso isolado. Demos conta desta situação em função de os detidos terem obtido equipamentos que só o Fundo de Fomento Habitacional e a Imogestin possuem", afirmam as fontes.

Confidenciam que existam, por isso, "fortes indícios" do envolvimento nesta rede de venda e contratos de renda resolúvel de habitações altos responsáveis dos serviços centrais do FFH e da Imogestin".

O Ministério Público querará, assim, segundo as fontes, apurar "responsabilidades individuais de funcionários e dirigentes das referidas instituições, tendo em conta os indícios da prática de actos ilícitos que lesam gravemente os interesses financeiros do Estado e das pessoas burladas".

Pagamentos por cheque e transferências

As fontes do NJ sublinham que alguns pagamentos foram feitos por cheques e transferências interbancárias para as contas dos detidos e de alguns funcionários do Fundo de FFH e da Imogestin.

"Já accionámos mecanismos para trabalhar com os bancos em que foram feitos; os pagamentos e transferências", referem, ressaltando que, até ao momento, nenhum valor foi, entretanto, recuperado.

Segundo as fontes, os cheques eram enviados em envelopes tipificados, sendo desviados por funcionários do FFH e da Imogestin, para levantarem o dinheiro.

"Os burladores recorriam a carimbos com os nomes das entidades proprietárias dos imóveis que aplicavam nos cheques. Este esquema rendia somas avultadas aos membros desta associação criminosa", detalham.

Os detidos, segundo fontes do MP junto do SIC, devem estar implicados em crimes de roubo qualificado, fraude nas vendas, burlas e venda ilegal de terrenos.

Durante as diligências, foram apreendidas quantidades não especificadas de estupefaciente (liamba), que se encontravam, garantem as fontes, na posse dos quatro cidadãos detidos.

O esquema de venda e contratos de renda resolúvel de habitações, segundo fontes do SIC, tem sido denunciado por muitos cidadãos através das redes sociais, sobretudo Facebook.

6.13 Património imobiliário da ENSA avaliado em 76 mil milhões de kwanzas

Novo Jornal

19 De Junho de 2020

O património imobiliário da seguradora ENSA em Angola possui um valor contabilístico estimado em 76 mil milhões de kwanzas, estando na forja um trabalho para se saber o real custo dos imóveis da empresa, revelou o presidente do Conselho de Administração da operadora, Carlos Almeida Duarte.

O responsável, que falava, terça-feira, 16, à margem da apresentação dos resultados financeiros de 2019 da ENSA, disse que a empresa que dirige é, provavelmente, a maior senhoril de Angola, em função da dimensão do seu património imobiliário, razão pela qual entende que "é necessário rentabilizar e maximizar o resultado deste investimento", tendo em conta que "temos muitos prédios por essa cidade [Luanda]".

Por isso, de acordo com o Plano Estratégico 2020-2022 da ENSA, vai ser realizado um trabalho que permita "uma melhor reabilitação, gestão e rentabilização dos imóveis", usando-se, para o efeito, "sociedades ou fundos de investimento, sociedades, veículos ou meios afins sujeitos a regular".

O actual Conselho de Administração da ENSA avança, no seu plano, que pretende alocar o vasto património imobiliário "residencial de caris social ao Fundo de Fomento Habitacional ou a uma entidade ou organismo equivalente", lê-se no documento de 26 páginas.

Prejuízo de 9,9 mil milhões Kz

A ENSA encerrou o ano 2019 com um prejuízo estimado em 9,9 mil milhões de kwanzas, em consequências das medidas de saneamento financeiro desencadeadas pela actual administração, assim o diz o relatório e contas. As perdas estão associadas, sobretudo, à constituição de provisões técnicas e para prémios em cobrança, explicou o PCA, Carlos Duarte.

Apesar do resultado negativo registado em 2019, a maior operadora de seguros de Angola, detida pelo Estado e a ser privatizada, manteve a liderança do mercado, com uma quota de 35,29%, uma subida em relação ao ano anterior.

Em comunicado, a empresa refere que "o resultado foi alicerçado num aumento dos prémios acima da média do mercado: a ENSA registou um crescimento

de 35% no volume de prémios brutos emitidos", sendo que, em termos de áreas de negócio, o destaque vai para a saúde, que representou 49% do volume de negócios, seguida pela acidentes de trabalho e pessoais (17%) e pela petroquímica (16%).

Quanto ao rácio de cobertura das provisões técnicas, foi o segundo mais elevado desde 2016, ficando nos 165%.

Em 2018, a ENSA fechou o ano com lucros de 1,7 mil milhões de kwanzas. Os novos gestores dizem que encontraram uma situação de insuficiência de provisões, para além de dívidas elevadas junto de fornecedores, a par de um volume de prémios por cobrar em 2019 na ordem dos 17 mil milhões Kz, revelou o administrador financeiro, Ildo Nascimento.

Maurício Vieira Dias

6.14 «O fundo é que tomou a iniciativa de desmantelar a rede de vendas ilegais de casa»

Novo Jornal

26 De Junho de 2020

A Direcção do Fundo de Fomento Habitacional (FFH), órgão público responsável pela gestão do parque imobiliário das centralidades construídas pelo Estado, afirma ter sido por sua iniciativa que foi despoletada uma ampla investigação sobre vendas ilegais de casas, num processo que culminou com a detenção "em flagrante", no início deste mês, de "quatro integrantes do esquema".

O director do Gabinete de Comunicação Institucional e Imprensa do FFH, rebatendo a notícia publicada na edição passada do NJ, refuta a existência ao contrário do que avançaram fontes deste jornal de uma investigação nos corredores do Fundo, para apurar uma alegada presença de altos funcionários da instituição no esquema.

"Não faz sentido a nossa instituição ser a visada nas investigações, porquanto o FFH é o órgão que tomou a iniciativa de desmantelar esta rede de vendas ilegais de casas construídas pelo Estado", declara Valdir Sousa.

Informa que o pontapé de saída das investigações ocorreu no início deste ano, após a nova direcção do FFH - entrou em funções em 2018 ter-se apercebido de constantes denúncias de existência de esquemas de vendas de casas nas centralidades.

"De um tempo a esta parte, o Fundo viu os seus patrimónios serem comercializados, sobretudo, nas redes sociais. Apercebemo-nos da existência de um grupo de cidadãos que, desrespeitando as leis, faziam a comercialização ilegal de habitações, neste caso, no Zango 5, onde foi feito o processo de diligências", relata, observando que redes do género operam, igualmente, na Central idade do Capari, onde já foi também desmantelado um grupo similar que actuava naquele projecto habitacional localizado na província do Bengo.

Valdir Sousa explica que, em face dos indicadores recolhidos, a instituição que representa se lançou a um trabalho de "contra-inteligências internas com a missão de aferir como muitas casas passaram para as mãos alheias, tendo accionado as forças da ordem, no sentido de auxiliar na parte final das investigações. A «força-tarefa» culminou com a detenção "em flagrante" de quatro cidadãos na Centralidade do Zango 5, com os quais foram apreendidas também 26 chaves de casas.

Descreve que, de "tão estratega", a rede procedia à falsificação de documentos, replicando a logomarca do FFH e colocando nas portas arrombadas novas fechaduras, "quase iguais" às originais, na posse do Fundo e da Imogestin - empresa contratada para vender as habitações, sendo que o FFH assume as assinaturas do contrato e arrecada os pagamentos.

"Hoje, com a evolução da tecnologia, é fácil plagiar marcas. Para além de falsificar os nossos logótipos, a rede arrombava as fechaduras das casas e colocava outras, muito semelhantes às originais, de tal forma que conseguiam ludibriar as vítimas", refere.

«Seria uma enorme ingenuidade pagamentos por cheques e transferências»

Contrariando as informações avançadas pelas fontes do NJ, Valdir de Sousa qualifica como "enorme ingenuidade" as informações segundo as quais os pagamentos eram feitos através de cheques e transferências interbancárias para as contas dos detidos e de alguns funcionários do Fundo e da Imogestin.

"Seria uma enorme ingenuidade pagamentos por cheques e transferências. A ser verdade, o que não acreditamos, ou estes senhores são completamente ingénuos ou sofrem de algum transtorno, por ser um canal muito denunciante. Contudo, os serviços de investigação é que poderão aferir o modus operandi desta organização criminoso sobre as suas transacções financeiras", observa.

«É falsa a informação avançada pelo Novo Jornal»

A direcção do Fundo de Fomento Habitacional diz-se "sempre pronta" a responder a dúvidas relativas ao processo de vendas de habitações do Estado, criticando o procedimento e a celeridade com que este jornal se decidiu a publicar o artigo da edição passada, estampado na capa, sob o título «Esquema sobre habitações faz detidos e leva investigação ao Fundo Habitacional e à Imogestin».

"É falsa a informação prestada pelo NJ.

Sempre estivemos prontos a responder a quaisquer dúvidas sobre o acesso às centralidades. Não pode o NJ enviar para um dos nossos funcionários uma mensagem sem avançar a pertinência do conteúdo e publicar a matéria um dia depois, sem nos dar a possibilidade de proceder ao devido esclarecimento", observa o director do Gabinete de Comunicação Institucional e Imprensa do fundo de Fomento Habitacional (FFH).

6.15 «O traspasse é uma figura que o FFH não reconhece»

Novo Jornal

26 De Junho de 2020

Os responsáveis do Fundo de Fomento Habitacional (FFH) alertam que o procedimento de revenda de casas é uma figura estranha ao processo de aquisição de habitações construídas pelo Estado.

MO traspasse é ilegal, é uma figura que o FFH não reconhece", esclarece Valdir Sousa, para quem o órgão que representa tem colhido "bons resultados" da campanha de recuperação de activos investidos pelo Estado na construção das centralidades.

"Priorizemos a pedagogia, lançando uma campanha no sentido de sensibilizar as pessoas a pagarem as casas cujos preços já vêm bonificados. Fazendo isso, os cidadãos estariam a ajudar o Estado a arrecadar receitas que serviriam para construir outras centralidades. Temos tido bons resultados, descartando que accionemos o último recurso, que é a recepção de casas aos incumpridores", diz.

Ressalta o aumento, por decisão do Executivo, dos anos de pagamento das casas e a uniformização dos prazos". Há quem iria pagar a casa em 10 ou 20 anos, mas agora vai fazê-lo em apenas 30, o que reduz o nível de esforço financeiro".

O director do Gabinete de Comunicação Institucional e Imprensa do FFH esclarece que, neste momento, não há casas disponíveis à venda em Luanda, estando o Fundo foca do na celebração de

contratos e na atribuição das casas sorteadas no início desse ano.

6.16 Extinção da actividade de consultoria na área de Engenharia e Arquitectura

Jornal de Angola
26 De Junho de 2020

Enquanto Associação Angolana de Projectistas e Consultores, assistimos com pesar a extinção da actividade de consultoria na área de engenharia e arquitectura em Angola, com o conseqüente desemprego de técnicos Nacionais e muito provavelmente ao movimento migratório destes em busca de sustento e prosperidade fora de Angola.

Não conseguimos ainda entender se é uma atitude premeditada ou negligente.

Clarificando os motivos, apontaríamos em primeiro lugar para o incumprimento sistemático por parte do Estado, no que tange ao pagamento de serviços prestados no âmbito dos contratos realizados com as empresas públicas do sector. Raras são as exceções em que entidade contratada não seja submetida à pressão (chantagem) de iniciar ou continuar os serviços a pedido da entidade contratante, sem que esta tenha reunido as condições, quer processuais, quer financeiras para honrar os compromissos assumidos. Desta relação desequilibrada, resultam duas situações extremamente danosas para as empresas nacionais:

1- Obrigatoriedade das empresas na liquidação dos impostos devidos anualmente ao Estado Angolano (Imposto Industrial) em função da facturação emitida e não paga pelo mesmo Estado;

2- Regularização da dívida por parte do estado através de negociações com o MINFIN, em que o valor real efetivamente pago (ou proposto), é incomparavelmente inferior ao valor contratado, sem que resulte deste facto qualquer tipo de compensação de juros de mora ou mesmo acertos cambiais para contratos executados com recursos externos. Ou seja o valor da factura utilizado para efeitos de calculo do Imposto Industrial liquidado pelas empresas tem um determinado valor e a receita das empresas e efectivamente muito inferior. A compensação do desequilíbrio gerado fragiliza (extingue) as empresas.

Em segundo lugar, assistimos de bancada a forma como os poucos projectos de investimento público são atribuídos através da contratação simplificada por despachos, evocando o critério material, resultando

de tal procedimento um total atropelo à condição de livre concorrência de mercado, bem como uma contradição insanável com o princípio de potenciar a capacidade nacional. Questionamos se efectivamente os critérios legais que justificam a adopção deste procedimento se existem, ou se estamos perante a forma legal encontrada para evitar o concurso público, permitindo que a entidade contractante selecione a quem atribuir o projecto e em que condições.

Para clarificação citamos alguns exemplos desta desregulação do mercado, as contratações ao abrigo dos DP:

Elaboração de estudo e projecto do Centro Cultural de Luanda no valor de 3.200.000 USD através de DP 2/20 de 6 de janeiro (e a uma entidade estrangeira).

Serviços de fiscalização para construção e apetrechamento do Hospital de Viana no valor de 5.007.990,00 euros através de DP 88/20 de 15 de junho.

Serviços de fiscalização para construção e apetrechamento do Hospital do Cacucaco no valor de 5.568.990,00 euros através de DP 88/20 de 15 de junho.

Serviço de fiscalização para a ponte sobre o rio Calualua no valor de 93 milhões e 750 mil kwanzas, sobre o rio Cutembo no valor de 107 milhões e 340 mil kwanzas sobre o rio Coporolo, no valor de 19 milhões 213 mil e 66 kwanzas, através do DP 53/20 de 13 de abril.

Por último, identificamos o Plano Integrado de Intervenção nos Municípios (PIIM). É sabido que para o exercício de actividade de Engenharia e Arquitectura os técnicos devem estar inscritos nas respectivas Ordens de forma a ser reconhecida a sua formação e estarem devidamente aptos a exercer a actividade profissional. A nível corporativo, as empresas para exercerem a sua actividade profissional devem possuir Alvará, única forma de garantir possuírem no seu quadro a quantidade de técnicos com formação adequada à responsabilidade dos trabalhos a realizar.

A emissão do Alvará era efectuada em Angola pelo IRCCOP - Instituto Regulador da Construção Civil e Obras Públicas. Em Janeiro de 2020, a AAPC foi consultada pelo IRCCOP para emitir opinião sobre o Diploma Legal que atribuíra às Administrações Municipais a capacidade de emitir Alvarás. A posição da AAPC foi de concordância desde que se mantivesse o IRCCOP no circuito de validação, de modo a garantir que quer consultores quer

empreiteiros possuíssem um corpo técnico adequado á responsabilidade dos trabalhos em curso. Posição similar teve a OEA – Ordem dos Engenheiros de Angola e a AECCOPA - Associação dos Empreiteiros de Construção Civil e Obras Públicas de Angola.

Como surgimento dos PIIM houve uma explosão de empresas no sector, em nossa opinião mais empresas do que técnicos qualificados disponíveis, mas assistimos com enorme preocupação a realização de obras com elementos que não podem ser considerados Projectos e fotografias de trabalhos em curso que aparentam enorme falta de qualidade e utilização de equipamentos inadequados face aos trabalhos em curso. Hoje a verificação destes processos é apenas um acto administrativo e pensamos que Projectos e Fiscalização carecem também de análise Técnica...

Não há países tecnologicamente desenvolvidos sem privilegiarem a técnica – o que se atinge colaborando com os técnicos!

7. TERRA

7.1 Imóveis e terrenos abandonados com IPU agravado

Jornal Expansão

05 De Junho de 2020

Texto: Faustino Diogo

A Proposta de Lei do Código do Imposto Predial em discussão na Assembleia Nacional prevê que os prédios desocupados e terrenos para construção que não estejam a ser utilizados paguem mais 50% de Imposto Predial Urbano (IPU), do que o previsto.

O documento que se encontra em discussão na especialidade na casa das leis agrava este tributo como forma de pressionar e reduzir o número de prédios desocupados, sobretudo em Luanda, assim como terrenos que foram atribuídos para edificação de imóveis, mas abandonados, defendem especialistas

"Ficam sujeitos a uma tributação adicional de 50% das taxas previstas os prédios desocupados há mais de um ano, bem como os terrenos para construção relativamente aos quais não sejam observados os critérios de aproveitamento útil e efectivo, durante 3 anos consecutivos ou 6 anos interpolados, a contar da data da sua concessão, ocupação ou da última tramitação", adianta a Proposta de Lei do Código do Imposto Predial.

Os indícios de desocupação terão como base a falta de contratos válidos com empresas de fornecimento de água, electricidade e telecomunicações, cabendo as administrações locais, Instituto Geográfico e Cadastral de Angola e outras entidades com competências identificar e meter à Administração Geral Tributária a relação dos prédios e terrenos que não têm aproveitamento útil e efectivo.

Ou seja, com esta proposta de lei as administrações locais e afins passam a ser responsáveis pela identificação dos prédios e terrenos desocupados nas suas localidades e procederem a respectiva catalogação.

O documento mantém o pagamento do IPU sobre o excesso de 5 milhões de kz do valor patrimonial do imóvel a taxa de 0,5%, no caso de prédios urbanos. Já para os terrenos, a taxa sobe para 0,6% e é sobre o valor patrimonial do terreno. Aqui não existe um valor mínimo, os terrenos são tributados em função do valor total.

Ou seja, para os casos dos terrenos considerados abandonados, o pagamento do imposto predial será 0,6% do valor do terreno, mais os 50% da multa.

Contas feitas, por exemplo, para um apartamento T3 considerado abandonado na centralidade do Kilamba, avaliado em 7 milhões de kz, o proprietário vai passar a pagar 15 mil kz, mais 5 mil que os 10 mil Kz pagos actualmente.

Já para um apartamento do tipo T3 na zona da Maianga, que não esteja habitado, com valor de 90 milhões de kz, o IPU vai sair dos 425 mil para os 637.500kz.

Cenário idêntico vai ser vivido a nível dos terrenos. Quem apenas vedou o seu espaço e tarda e construir ou-dar utilidade ao mesmo vai passar a sentir mais no bolso o peso da tributação.

Por exemplo, um terreno de dez mil metros quadrados localizado na zona da Boavista estrada de Cacuaco, que antes pagava 2.249.040 kz, vai pagar mais 1.124.520 Kz, elevando para 3.375.560 o valor do imposto predial, caso seja considerado abandonado pelas autoridades.

A Proposta de Lei do Código do Imposto Predial prevê a isenção do pagamento do IPU, mediante reconhecimento da administração tributária a imóveis de construção precária, instituições públicas, diplomáticas, religiosas, partidos políticos, sindicatos outras previamente identificadas.

Em 2018 o Governo previa arrecadar 47,8 mil milhões Kz, com o Imposto Predial Urbano, mas apenas conseguiu 33,3 mil milhões, 69,7% do total da receita prevista com este imposto no Orçamento Geral do Estado (OGE) para 2018

Contas feitas pelo Expansão indicam que o fisco arrecadou com a cobrança do Imposto Predial Urbano (IPU) em 2018 14,5 mil milhões Kz a menos que o previsto.

Já para o ano passado estava previsto arrecadar com o IPU 41,6 mil milhões.

7.2 Administração cede terrenos no Bairro Operário

Jornal de Angola

11 De Junho de 2020

Texto: Rosalina Mateta

Contrariamente ao que a presidente da Comissão Administrativa da Cidade de Luanda (CACL), Antónia Nelumba, disse ao Luanda, Jornal Metropolitano, em Janeiro, no Bairro Operário os espaços livres deixados pelas casas demolidas, no âmbito do plano de requalificação, estão a ser ocupadas e reerguidas diferentes tipos de construções.

Numa grande entrevista concedida ao citado jornal, por ocasião do 444º aniversário da Cidade de Luanda, Antónia Nelumba garantiu que as construções nos terrenos desabitados do Bairro Operário seriam demolidas. “Não podemos ceder novos espaços, sob o risco de que quando o Estado quiser implementar os projectos ter de indemnizar as pessoas. Quando o Estado demoliu, para requalificação, teve de indemnizar. Portanto, quem estiver a ocupar os terrenos desabitados, seja a que título for, tem de saber que vamos demolir”, avisou a presidente da CACL.

Porém, numa ronda efectuada ao Bairro Operário, o Jornal de Angola constatou que, não obstante a advertência expressa, quase todos os espaços onde se encontravam os escombros de casas demolidas estão ocupados com contentores ou vedados com muros de construção definitiva.

À luz do dia, em época da pandemia da Covid-19, obras para consolidação da ocupação dos terrenos seguem a bom ritmo, sendo que a azáfama se circunscreve à zona do Gamek e proximidades do Largo Deolinda Rodrigues. Nestes pontos, a nossa reportagem não pode abordar com os beneficiários dos espaços, porque as pessoas que encontramos alegavam ser apenas operários mandatados para fazer as obras necessárias. Verificamos também que todas elas estão viradas para negócios de barbearia, oficina e restauração.

Na Administração do Distrito Urbano do Sambizanga encontramos minutas, cujo teor indica aos interessados os passos a dar para requerer e pagar pelos terrenos que ficaram desocupados, depois do efémero processo de requalificação do Bairro Operário.

À partida, todo o munícipe interessado deverá solicitar por requerimento a licença para exploração do espaço desejado, realizar obras, e fazer uma

declaração de renúncia, porque supostamente os terrenos estão a ser cedidos a título precário.

Recordamos que a presidente da Comissão Administrativa da Cidade de Luanda advertiu que mesmo as construções a título precário seriam demolidas. “Se o objectivo era desactivar para dar continuidade à requalificação da zona, porquê que outros não de ir lá morar? Nem a título precário podem ficar”, disse.

Projecto para o bairro

Apesar de faltarem vários serviços sociais no Bairro Operário, a presidente da CACL, na entrevista que concedeu, em Janeiro deste ano, ao Luanda, Jornal Metropolitano, destacou que, no âmbito da requalificação daquela zona, apenas estava prevista a construção de um campo multiuso a ser erguido entre as ruas G e do Massangano.

Para melhor entendermos a questão da cedência de terrenos e se existem outros projectos de vulto para o bairro Operário, em Março deste ano, endereçamos um questionário dirigido ao senhor administrador do Distrito Urbano do Sambizanga, depois de termos a devida anuência do seu director de gabinete. Volvidos três meses, não obtivemos qualquer resposta. O funcionário da Administração que serviu de facilitador deixou de atender as nossas chamadas telefónicas, e nem sequer respondeu as mensagens por nós enviadas.

O Programa de Requalificação do Bairro Operário teve início, em 2015, e previa melhorar as condições de habitação, com espaços planeados para densidades apropriadas, obedecendo aos padrões urbanos internacionais. Na altura, cerca de 3.696 famílias estavam cadastradas, num processo que seria concluído há três anos (2018). O mesmo, incluía a construção de postos policiais, estruturas sanitárias, desportivas e recreativas, arruamentos, redes eléctricas e de distribuição de água, além dos sistemas de drenagem das águas residuais e pluviais.

7.3 Conflitos de casas e terrenos

Jornal de Angola

11 De Junho de 2020

A administração do Distrito Urbano do Sambizanga formou este ano uma comissão para tratar do conflito ligado ao processo de requalificação do Bairro Operário. Para o efeito, convocou os moradores que, tendo já recebido apartamentos ou casas no Zango, permaneciam nas antigas casas.

Os encontros foram marcados por alguns impasses, não se conhecendo o desfecho administrativo. Facto é que alguns antigos moradores permanecem em suas casas e a Administração está a ceder os terrenos desocupados. Alguns mais antigos habitantes daquele bairro mostraram-se indignados, porque nunca tiveram conhecimento formal da existência de terrenos a ceder.

7.4 Governo extingue 42 institutos públicos

Jornal de Angola

24 De Junho de 2020

Texto: João Dias

O Executivo pôs em marcha um programa de reforma e redimensionamento dos institutos públicos, que permitiu reduzi-los de 144 para 102, para aumentar a eficiência na prestação de serviços públicos e reduzir a despesa estrutural desnecessária.

A Comissão Interministerial para a Reforma do Estado, reunida na sua primeira sessão, sob orientação do Presidente João Lourenço, aprovou um relatório sobre a reforma e redimensionamento dos Institutos Públicos, do qual resultaram propostas de transformação, fusão e extinção de vários institutos públicos.

O próximo passo, que está para breve, é a aprovação dos respectivos estatutos. A redução dos institutos de 144 para 102 vai permitir que o Estado poupe mil milhões de kwanzas anuais de despesas com pessoal. Em relação a encargos de bens e serviços, o Estado vai poupar três mil milhões de kwanzas. Além disso, o Executivo vai evitar a duplicidade dos serviços públicos para assegurar eficiência organizativa e eficácia operacional na prossecução dos seus objectivos, com base no princípio da especialidade do fim.

Utilidade pública

No quadro das medidas tendentes à melhoria da qualidade da despesa pública, a Comissão Interministerial aprovou um estudo sobre a reforma do procedimento para a concessão do Estatuto de Utilidade Pública. Propõe-se um novo regime jurídico legal para a concessão do Estatuto de Utilidade Pública, que tenha como pressuposto a reapreciação da actividade das pessoas colectivas de utilidade pública actualmente existentes, de acordo com o cumprimento dos deveres e obrigações legais a que estão adstritas, a limitação temporal do referido estatuto e a disponibilização de recursos do Orçamento Geral do Estado.

Esta concessão será feita em função da apresentação de projectos específicos relevantes e devidamente fundamentados, de modo a se aferir a razoabilidade da manutenção ou não da declaração de utilidade pública de cada uma delas. Em declarações à imprensa, no termo da reunião, o ministro de Estado e chefe da Casa Civil do Presidente da República, Adão de Almeida, lembrou que o Plano de Desenvolvimento Nacional impõe o redimensionamento e redução do gasto público sobreposto.

"Em termos de despesa com pessoal, está-se a falar de uma poupança de mil milhões de kwanzas. Um outro campo tem a ver com a redução com despesas de bens e serviços, que vai decorrer do trabalho subsequente no quadro das fusões e extinções. Embora inconclusivo, tudo indica para uma poupança de três mil milhões de kwanzas anual", confirmou Adão de Almeida. Ontem, a Comissão Interministerial para a Reforma do Estado aprovou, também, as bases para dar início ao processo integrado de simplificação de procedimentos na Administração Pública.

Fim do registo criminal

Segundo Adão de Almeida, foram definidos alguns princípios que vão nortear a simplificação de procedimentos, visando a unificação de documentos.

O ministro de Estado lembrou que o objectivo da Administração Pública deve ser o de prestação de serviço público integrado e garantir que os processos administrativos privilegiem a unidade da acção, para que o cidadão tenha de, gradualmente, deixar de passar por várias instituições.

"Prevê-se a introdução de dinâmicas de integração na Administração Pública. Começar a fazer um caminho para que a Administração Pública deixe de exigir aos cidadãos documentos que ela própria emite, como é o caso do Registo Criminal, documento emitido pelos órgãos do Ministério da Justiça, cujo destinatário é outro órgão da administração pública", disse Adão de Almeida.

Segundo Adão de Almeida, pretende-se começar a eliminar procedimentos desta natureza. Por isso, foi aprovado um Memorando sobre a Reforma e Simplificação da Emissão do Certificado de Registo Criminal, documento que estabelece as medidas para a implementação de um sistema de partilha de informação sobre os antecedentes criminais dos cidadãos entre os órgãos e serviços públicos.

O objectivo é desonerar o cidadão da obrigatoriedade de apresentação física do certificado de Registo

Criminal para tratar assuntos do seu interesse junto da administração, reduzindo-se assim as grandes aglomerações verificadas nos locais de atendimento ao público.

Homologação de estudos

Foi aprovado o relatório final sobre a Reforma do Procedimento de Homologação de Estudos do Ensino Superior, que propõe a alteração do actual procedimento em uso no Instituto Nacional de Avaliação, Acreditação e Reconhecimento de Estudos do Ensino Superior (INAAREES). O processo tem provocado diversos constrangimentos aos quadros superiores na obtenção da respectiva homologação, para a utilização progressiva de um sistema tecnológico de gestão documental que possibilite maior celeridade na tramitação e decisão dos pedidos submetidos àquela instituição.

Projecto "Simplica"

A reunião analisou, para posterior apreciação do Conselho de Ministros, um ante-projecto de Decreto Presidencial que aprova as orientações para a simplificação de procedimentos da Administração Pública. O diploma determina as linhas gerais que devem nortear a reforma dos actos, serviços e procedimentos dos diferentes órgãos e serviços públicos, suprimindo as formalidades e exigências desnecessárias e ou excessivas para, desse modo, permitir maior capacidade de resposta dos serviços públicos às solicitações provenientes dos particulares.

Foi aprovado um Memorando que define os eixos que devem nortear a elaboração do Projecto de Simplificação de Procedimentos da Administração Pública (Simplifica). O objectivo é remover os embaraços administrativos às iniciativas privadas, a resolução dos níveis de intervenção na cadeia do poder decisório em relação às questões que afectam directamente a vida do cidadão e a opção prioritária pela desmaterialização dos actos e procedimentos nas relações entre a administração e o particular, bem como a integração de serviços públicos interdependentes.

Segundo o ministro de Estado e chefe da Casa Civil do PR, o Executivo olha para o projecto "Simplifica" numa perspectiva dinâmica e de modernização e a sua elaboração deve estar concluída dentro de três meses. O Executivo deve ter em conta critérios sobre os actos mais procurados pelos cidadãos praticados pela administração pública. O segundo critério, explicou, passa por se trabalhar naqueles actos que são os mais complexos, quer na administração central, quer na administração local.

Gestão fundiária e Estatuto de Utilidade Pública

Na primeira reunião da Comissão Interministerial para a Reforma do Estado, foi também analisado o relatório final do processo sobre a gestão territorial e fundiária a nível nacional. A Comissão aprovou o relatório final do projecto de reforma do sistema de gestão terminal e urbana, visando pôr termo à actual sobreposição de estruturas administrativas que, ao nível municipal, se dedicam a tarefas relativas à gestão do território, fora do quadro da direcção ou da superintendência dos órgãos da administração local.

"As indicações aprovadas determinam a eliminação destas estruturas, fazendo com que, regra geral, os gabinetes técnicos existentes e que ainda concedem direitos fundiários deixem de existir ou passem a estar integrados nos órgãos da administração local respectivos, eliminando duplicidade de estruturas e até conflitos na gestão fundiária", sublinhou o ministro de Estado.

8. SERVOÇOS BÁSICOS

8.1 Denunciado vandalismo na rede de distribuição

Jornal de Angola
2 De Junho de 2020

O abastecimento de água na zona do Km 9, em Viana, continua deficiente, devido aos actos de vandalismo na rede de distribuição. A denúncia foi feita por moradores da referida zona, ao ministro da Energia e Águas, João Baptista Borges.

Durante a sua estada em Viana, a comitiva de João Baptista Borges flagrou um caso de garimpo de água, na rua Sanza Pombo, tendo orientado às autoridades competentes a tomada de medidas severas e um estudo profundo para se inverter o quadro.

João Baptista Borges foi informado sobre as áreas que ficam privadas de água, por vários dias, e de outras onde as torneiras estão inoperantes, devido ao vandalismo na rede.

Outros munícipes, com abastecimento regular de água, quiseram saber como seria depois do Covid-19.

João Baptista Borges pediu aos moradores para continuarem a denunciar actos de garimpo de água e garantiu que o sector que dirige envida esforços para melhorar o abastecimento à população, para que a deixe de depender de camiões-cisterna ou de outras fontes.

Alberto Quiluta

8.2 Habitantes do Nzeto percorrem longas distâncias em busca de água

Jornal de Angola
2 De Junho de 2020
Texto: Garcia Mayatoko e Jaqueline Figueiredo

Mais de 29 mil habitantes da vila piscatória do Nzeto, província do Zaire, têm de percorrer vários quilómetros em busca de água potável, porque a Estação de Tratamento de Água (ETA) não tem capacidade para abastecer toda a localidade

O Jornal de Angola apurou que, além da pouca capacidade da Estação de Tratamento de Água, a tubagem de transportação, que sai do rio Mbridge

para a sede do município tem várias roturas, o que embaraça ainda mais o sistema de distribuição.

O administrador municipal do Nzeto, Casimiro Ricardo, disse que as autoridades da província “estão a envidar esforços” para a distribuição de água a todos os habitantes da região, assolados pela escassez do produto há muito tempo.

“O sistema de captação de a água na sede do município do Nzeto não tem capacidade sequer para atender um terço da população, estimada em mais de 29 mil habitantes”, afirmou Casimiro Ricardo, explicando que a antiga conduta, que transportava a água para a ETA, rebentou há algum tempo, “situação que tem dificultado” o processo de captação, tratamento e distribuição de água à vila.

“A antiga conduta rebentou há algum tempo, incluindo alguns tubos que transportam a água para o reservatório. A Administração Municipal não está com os braços cruzados, pois em conjunto com o Governo Provincial e outras entidades afins tem procurado solucionar o problema”, informou, para acrescentar: “Pensamos que os trabalhos que estavam a ser realizados na conduta devem reatar, mesmo que não sejam concluídos a 100 por cento, mas já daria para resolver parte do problema da escassez de água na sede do município”.

Distribuição de água

O director local de Infra-Estruturas, Luís Belo, informou que a distribuição de água no Nzeto, através do sistema da rede pública, abrange apenas 130 ligações domiciliárias, pois a maior parte dos habitantes é abastecida com o recurso a moto-cisternas.

“A rede pública contempla apenas 130 ligações domiciliárias, o resto da população é abastecida através de moto-cisternas, adquiridas recentemente pelo Governo Provincial do Zaire, no âmbito do Programa de Prevenção e Combate à Covid-19”, revelou. Luís Belo disse que não tem sido possível, através das moto-cisternas, atender toda a população que não tem água no domicílio, pelo que o recurso tem sido também a distribuição com camiões cisternas.

8.3 Água potável chega à comuna de Kivala

Jornal de Angola

3 De Junho de 2020

Texto: Valter Gomes

Mais de 600 habitantes da localidade de Kivala, regedoria do Mbanza Nsosso, município de Maquela do Zombo, província do Uíge, têm acesso à água potável pela primeira vez, desde segunda-feira, mercê do funcionamento de um sistema de captação, tratamento e distribuição de água, construído no âmbito do Programa Água para Todos”.

A conduta, com capacidade para bombear cinco mil metros cúbicos de água por hora, foi construída a partir do rio Nzinda, a cinco quilómetros da zona habitacional, e comporta uma moto-bomba, contentor de filtragem para purificar e desinfectar a água, reservatório com capacidade para 200 mil metros cúbicos, chafarizes, lavandarias e balneários.

Antes do funcionamento deste infra-estrutura, a população de Kivala percorria largos quilómetros até ao rio Nzinda em busca de água.

A soba da aldeia Kivala, Tuta Teresa, assegurou que as autoridades tradicionais locais vão sensibilizar a população no sentido de conservar a infra-estrutura. “Os habitantes da aldeia têm de ter em conta, que desde o tempo colonial, nunca tiveram acesso a água potável, pelo que devem cuidar bem desta infra-estrutura”, disse.

Novas salas de aula

Várias unidades escolares vão ser construídas, no prazo de seis meses, na comuna de Nsosso, para albergar mais de mil alunos do I e II ciclo, que actualmente estudam em salas improvisadas. A primeira pedra das obras foi lançada pelo vice-governador para área Técnica e Infra-estruturas, Afonso Luviluco, que pediu ao empreiteiro observância das cláusulas contratuais.

A obra, que está ser feita no âmbito do Plano Integrado Intervenção nos Municípios, está orçada em 140 milhões e 500 mil kwanzas. Por seu lado, o encarregado da obra, Zacarias Dondo, garantiu que todas as condições estão criadas para o cumprimento dos prazos contratuais.

Actualmente o sector da Educação do município da Makela do Zombo tem seis mil e 300 alunos, da iniciação a 12ª classe, cuja formação está assegurada por 88 professores.

8.4 Cerca de 80 por cento das escolas sem água para higienização das mãos

Jornal de Angola

7 De Junho de 2020

Texto: Lourenço Bule

Cerca de 80 por cento das instituições de ensino primário e secundário, na província do Cuando Cubango, não possuem água canalizada para a lavagem regular das mãos dos alunos e professores, no âmbito das medidas de prevenção e combate à pandemia da Covid-19, revelou sexta-feira, em Menongue, o director do Gabinete Provincial da Educação, Ciência e Tecnologia.

Miguel Kazavubo disse, em declarações ao Jornal de Angola, que, devido a esta situação, será necessário comprar reservatórios com torneiras e usar moto-cisternas para o abastecimento de água às instituições escolares, antes do reinício das aulas, previsto para o próximo mês.

As administrações municipais, salientou, devem trabalhar com as direcções das escolas primárias e secundárias, no sentido de criarem todas as condições didáctica-pedagógicas e de biossegurança, como água, sabão, álcool-gel, máscaras faciais, entre outros, para o reinício das aulas.

“Estamos a trabalhar com os órgãos competentes para garantir as medidas de protecção nas escolas públicas e privadas, antes do reinício das aulas”, disse.

O director do Gabinete Provincial da Educação garantiu que, antes do reinício das aulas, todas as escolas do ensino primário e secundário terão as condições de biossegurança criadas, para o cumprimento escrupuloso das medidas sanitárias exigidas, para evitar a propagação da Covid-19.

Miguel Kazavubo defendeu que as turmas do ensino primário e secundário devem ser divididas em subgrupos não superiores a 30 alunos, que teriam aulas em duas horas e trinta minutos, em cada um dos períodos.

“Cada turno deve compreender quatro tempos lectivos e os professores devem trabalhar no mesmo período, com dois grupos de alunos da mesma turma, divididos pela metade, principalmente nas salas com mais de 45 alunos”, explicou.

Às turmas com 35 alunos apenas, acrescentou, devem ser imposto norma de distanciamento físico, ventilação e higienização das salas de aula, no âmbito das medidas de prevenção e combate à pandemia da Covid-19. Miguel Kazavubo referiu que as atenções devem ser redobradas nos centros urbanos, onde existe muitas salas de aula superlotadas.

A província do Cuando Cubango conta com 271 escolas primárias e secundárias, correspondentes a cerca de 1.700 salas de aula, e no presente ano lectivo foram matriculados mais de 149 mil alunos, assegurados por cinco mil professores.

8.5 EPAL abastece zonas desprovidas de rede pública

Jornal de Angola

9 De Junho de 2020

Cerca de 11 milhões de litros de água foram distribuídos durante a última semana, às zonas desprovidas de rede pública, no âmbito do Plano de Contingência para combater a pandemia da Covid-19.

Segundo uma nota de imprensa da Empresa Pública de Água de Luanda (EPAL), os dados foram fornecidos durante um encontro de balanço e concertação realizado no sábado, em Luanda, e orientado pelo ministro João Baptista Borges.

Citando o coordenador do programa, em Luanda, engenheiro Manuel Sopas, existe uma redução de meios, apenas 54 camiões cisterna, disponíveis a apoiar o programa.

A nota refere que apesar dos poucos meios, o programa tem atendido regularmente hospitais e centros de quarentena, morgues, penitenciárias.

O ministro defendeu uma punição mais severa aos garimpeiros da água, que têm causado enormes prejuízos à empresa, deixando a entender que muitos actuam em colaboração com alguns trabalhadores.

De acordo com a nota, João Baptista Borges orientou a EPAL no sentido de gerir melhor os centros de distribuição para aumentar as receitas da empresa, principalmente junto dos condóminos, onde a empresa tem maior facilidade de cobrança.

8.6 Moradores arriscam suas vidas á procura de água

Novo Jornal

12 De Junho de 2020

Texto; Dulcineia Lufua (texto) e

Quintillano Dos Santos

A água consumida pelos moradores do bairro Cruz Vermelha, no Rocha Pinto, é adquirida no bairro Huambo, localizado a poucos metros - separado apenas pela estrada -, onde um bidão de 20 litros custa 25 kwanzas, três vezes menos do preço praticado no bairro Cruz Vermelha.

Para adquirirem água, constatou o NJ, a maioria dos cidadãos atravessa a estrada com bidões e bacias à cabeça, ignorando os riscos de atropelamento, cenário visível logo às primeiras horas do dia na Avenida 21 de Janeiro.

Entre os moradores que habitualmente vão à busca do precioso líquido, estão crianças, adultos e idosos que, em grupo, ou de forma individual, atravessam a estrada, correndo com bidões de 20 litros ou bacias. A maioria não usa a pedonal.

Quem comercializa água na zona da Cruz Vermelha chega a cobrar 100 kwanzas por cada 25 litros, preço é justificado pela escassez. Proprietário de camiões-cisterna, por exemplo, cobram entre 15 e 20 mil kwanzas para 5.000 e 12 mil litros.

Cátia João, de 12 anos, vive com os pais no bairro Cruz vermelho (parte baixa da zona do Rocha Pinto). Segundo a adolescente à nossa reportagem, ela e a irmã têm a missão de acarretar água de segunda a sexta-feira, todas as manhãs.

"Por falta de água, temos atravessado essa estrada grande, a correr mais de três vezes todas as manhãs. Vamos buscar água no bairro Huambo [parte de cima do Rocha Pinto], porque lá os preços são baratos. O bidão de 20 litros compramos a 25 kwanzas, mas na nossa zona é 100", revela.

Na companhia das amigas, a pequena parecia desconhecer o perigo que enfrenta diariamente ao colocar o «pé no asfalto».

"Os motoristas não gostam de dar prioridade. Temos de correr mesmo, porque, senão, podemos ser atropelados".

Cátia João já presenciou vários acidentes de que foram vítimas pessoas que lhe eram próximas, chegando a perder a vida à busca do precioso líquido.

«Vivemos uma situação de calamidade»

Arminda Estêvão, outra cidadã ouvida pelo NJ, caracteriza a situação como "triste" e "preocupante".

"Vivemos uma situação de calamidade aqui no Rocha Pinto há mais de cinco anos. As torneiras montadas tornaram-se enfeites e brinquedos para as crianças. Pelos vistos, o «Projecto Água para Todos», na zona da Cruz vermelha, mudou de nome, passou a ser projecto «torneira sem água para ninguém», desabafou.

A cidadã confirmou que as dificuldades por que passam já são do conhecimento da administração local, porém explica que esta nada faz para reverter o quadro. "Enquanto a situação não melhorar, vamos continuar a percorrer vários quilómetros, a pular separadores e a correr riscos", enfatizou.

Apesar do perigo a que se submetem diariamente, os moradores reconhecem que a água retirada das torneiras e das valas escavadas por moradores do bairro Huambo não é própria para o consumo. Por isso, garantem que, antes de a usarem para o consumo, a desinfectam.

Numa altura em que o país e o mundo enfrentam a Covid-19, uma das medidas de prevenção é a lavagem frequente das mãos. Mas, para aqueles moradores, a medida recomendada pelas autoridades sanitárias está longe de ser seguida, o que acaba por ser "frustrante" e "preocupante".

Sérgio Martins, professor do ensino primário, diz não entender como é possível o bairro viver sem o produto durante anos, sendo que na zona existem empresas-privadas que se dedicam à comercialização de água da rede pública.

"Vivemos um pesadelo. Estamos totalmente expostos a inúmeras enfermidades, como a febre tifóide e diarreias, porque a água que vamos buscar nos tubos e nas valas não é apropriada para o consumo. Apelamos às autoridades para não se lembrarem dos moradores só na época das eleições. Já não queremos ser enganados na fase das eleições. Queremos água", diz.

Para os automobilistas que diariamente circulam naquela avenida, a presença de crianças e mulheres, que atravessam constantemente a estrada, cria muitos embaraços no tráfego.

À semelhança do bairro Cruz Vermelha, a falta de água continua a ser um problema em muitas zonas da capital. Rocha Pinto, Morro Bento, Prenda, Titanic, Golfe,

Zango e Viana Sanzala são apenas alguns exemplos de bairros onde a falta de água é uma realidade.

Ministério da Energia e Águas vai criar soluções provisórias Fonte do Ministério da Energia e Águas confidenciou ao NJ que está em curso um programa provisório para a implementação de reservatórios de água nos bairros que ainda não beneficiam de água corrente.

No âmbito do programa de combate à Covid-19, o Ministério chegou a beneficiar famílias que vivem nas zonas sem rede de distribuição de água potável, a nível do país, com cerca de 132 mil metros cúbicos, correspondendo a 132 milhões de litros, distribuídos de 28 de Março a 24 de Abril, de forma gratuita.

Em Angola, apenas três em cada 10 cidadãos têm água canalizada no interior das suas casas ou no quintal, de acordo com estudo realizado pela Organização Pan-Africana Afrobarómetro.

O estudo revelou que, durante 2019, 13% dos angolanos tiveram água para o consumo doméstico, de chafariz ou poço com tubo, ou manivela, que são fontes de doenças infecciosas e diarreicas e que contribuem para a desnutrição e mortalidade infantil no país.

8.7 Moradores descontentes com preço elevado da água consumida

Novo Jornal

12 De Junho de 2020

Texto: Fernando Calueto

Moradores da Centralidade do Kilamba, em Luanda, estão descontentes com o preço elevado da água que têm consumido, chegando a pagar entre 10 mil e 20 mil kwanzas de factura mensal, referente a Março e Abril. A Empresa provincial de Água de Luanda (EPAL) nega a acusação e diz que, provavelmente, acontece que muitos habitantes têm dívidas acumuladas, mas, se se comprovar que ocorreu uma sobre facturação, a diferença será restituída.

Perante o «exagero», como disseram ao Novo Jornal, alguns moradores desta centralidade apontam o dedo à EPAL por não estar a fazer cobrança com base nos contadores.

Ana Marta, moradora do Bloco - I, fez saber que, desde o estado de emergência decretado em Março último, a EPAL nunca compareceu para fazer as respectivas leituras dos contadores e que, surpreendentemente, a empresa cobrou, em Março e Abril, 10 e 15 mil kwanzas.

Mauro Cunha, que reside no Bloco F-16, contou que, nos mesmos meses, as suas facturas ficaram orçadas em 30 mil Kz, sem, no entanto, ter dívidas por liquidar. "É um absurdo o valor que nos obrigam a pagar nesses últimos meses. A minha conta da água tem sido de 15 mil Kz por mês. É muito alta", explicou.

Mauro Cunha contou ao Novo Jornal que assunto lhe tem tirado sono todos os dias e que já reclamou junto da EP AL: "Não sei se é falta de amor pelo próximo ou então pensam que aqui somos todos ricos".

Esperança de Meio, moradora no Bloco G, diz que tem feito pouco uso da água, mas ficou surpresa no mês passado por ter recebido uma factura de nove mil Kz.

"Passo o dia todo fora de casa, devido ao trabalho, e nos fins-de-semana também quase não fico em casa. Mas recebemos a conta no valor de nove mil Kz, o que não percebemos", exclamou.

o coordenador de um dos prédios, que falou sob anonimato, confirmou a justiça das reclamações dos habitantes, mas lamentou a falta de união dos coordenadores para pôr fim à questão.

"São injustos os valores que temos pago mensalmente. A verdade é que isso não condiz com a nossa capacidade de consumo. Sabemos que a EPAL não faz, há vários meses, a leitura dos contadores. Existem muitos contadores que já não funcionam, como é possível agora nos cobrarem entre 10 e 20 mil kzs mensais?", questiona.

Em reacção a estas queixas, a directora de Comunicação e Marketing da EPAL, Albertina Baptista, explicou ao NJ que não é, verdade que os habitantes da Centralidade do Kilamba estão a pagar ia facturas referentes a determinado mês acima de 10 mil Kz.

"Tive o cuidado de ir verificar no sistema e não há ninguém que tenha sido facturado acima de nove mil. Agora, pode ser que, no processo de facturação, tenham surgido algumas falhas com um ou outro

cliente, e os técnicos não se aperceberam. Mas a EPAL não cobrou a ninguém acima desse valor, e a existência desses valores na factura significa que há um acumulado por liquidar", declarou.

8.8 Escolas sem água e saneamento básico para o reinício das aulas

13 De Junho de 2020

Jornal de Angola

Texto: Bernardo Capita

Escolas públicas e privadas da província de Cabinda estão sem água e saneamento básico para o reinício das aulas do ano lectivo 2020/2021, disse, quinta-feira, o secretário provincial da Educação, Ciência e Tecnologia.

Manuel Raúl Mazissa, que falava durante um encontro promovido pelo Governo da Província para analisar as condições disponíveis para a retomada ou não das aulas, a partir do dia 13 de Julho, explicou que, das 346 escolas existentes, entre públicas e privadas, apenas 68 possuem água canalizada, das quais 46 no município sede (Cabinda), 13 em Caçongo, oito no Belize e uma em Buco-Zau.

O secretário provincial da Educação, Ciência e Tecnologia alertou que a falta de água canalizada nos estabelecimentos de ensino pode facilitar o contágio da pandemia da Covid-19. Acrescentou que, sem a água corrente, os alunos não poderão lavar as mãos com a frequência desejada, tendo sugerido, como alternativa, o abastecimento através de moto-cisternas.

Manuel Raúl Mazissa referiu também que o saneamento básico das escolas não é dos melhores, numa altura em que cerca de 200 escolas da província não possuem quartos de banhos ou latrinas em condições aceitáveis. Essa situação, reforçou, "complica ainda mais as condições de higienização dos alunos".

Para a retoma das aulas, já no dia 13 de Julho, o secretário provincial da Educação, Ciência e Tecnologia defendeu que deve ser disponibilizado cerca de cinco milhões de máscaras, grandes quantidades de sabão e detergente, pulverizadores para desinfecção das salas de aula, medidores de temperatura corporal, quartos de banho em condições e a realização de acções de formação para os professores em matéria de prevenção da Covid-19.

O vice-governador para o Sector Político e Social, Miguel Oliveira, que orientou a reunião, explicou que a retomada das aulas vai depender, em grande parte,

da situação epidemiológica que o país apresentar nos próximos dias.

O representante do Sindicato Nacional dos Professores (SINPROF), Francisco Censse, é contra o reinício das aulas no próximo dia 13 de Julho, tendo em conta o aumento de casos positivos da Covid-19 no país. Para o sindicalista, o ano lectivo deve ser retomado apenas em Setembro, para permitir o controlo do período de pico da pandemia.

Já o jurista António Guia defendeu o reinício das aulas no próximo mês, porque, na sua opinião, a Covid-19 não tem data para acabar e o futuro das crianças não pode depender da pandemia. “Vamos ter de conviver com a Covid-19, tal como com o VIH/Sida, Tuberculose, insuficiência renal, entre outras doenças”, justificou.

8.9 Moradores da Centralidade do Kilamba insatisfeitos com as facturas de água

Jornal de Angola

16 De Junho de 2020

Texto: Manuela Gomes

Moradores da Centralidade do Kilamba consideram elevado o preço nas facturas do consumo de água dos últimos três meses, cobrado pela Empresa Pública de Água de Luanda (EPAL). Caso não haja resolução do problema, prometem sair à rua, em forma de protesto contra a injustiça.

Os habitantes alegam que os preços não condizem com o consumo. “A EPAL não faz leitura dos contadores, porque muitos já não funcionam, logo a cobrança é feita de forma aleatória. Não acreditamos que num mês consumimos 10, 15 ou 20 mil Kwanzas de água, que nos obrigam a pagar”.

Em declarações ao Jornal de Angola, o porta-voz da Empresa Pública de Água de Luanda esclareceu que a EPAL está a par da situação e reconhece que, nos últimos três meses, a contagem não foi feita pelo contador, como é habitual, devido às medidas de prevenção contra a propagação da Covid-19.

Dada a situação do novo coronavírus, disse que não foi possível efectuar o processo normal para a recolha de leituras nos contadores de cada apartamento.

De acordo com Vladimir Henda, para os clientes da classe doméstica da Centralidade do Kilamba, no mês de Março o consumo foi estimado em dez metros cúbicos, correspondentes a 3.887.86 cêntimos.

Em Abril, acrescentou, o valor fixou-se em 20 metros cúbicos e o valor pago é de 9.094.69 cêntimos.

Já em Maio, a facturação foi feita pela média de consumo e com uma ponderação até, no máximo, 13 metros cúbicos, correspondente a 5.451.57 cêntimos.

O porta-voz informou que, nos próximos dias, será feita a leitura dos contadores para o acerto dos consumos e aos clientes que tiverem um consumo inferior do valor estimado, a EPAL fará um crédito dos metros cúbicos facturados a mais. Vladimir Henda referiu que, se o consumo for superior o cliente pagará a diferença. As facturas de Maio já se encontram disponíveis.

Distribuição gratuita

A Empresa Pública de Água de Luanda (EPAL) tem levado a cabo, no âmbito do Programa de Apoio às populações, a distribuição gratuita às áreas sensíveis.

O plano traçado no quadro das medidas de prevenção contra à Covid-19, com o envolvimento de 67 camiões cisterna, tem beneficiado unidades sanitárias, morgues, instituições prisionais, mercados, bem como os “chafarizes móveis”, para abastecimento às zonas sem rede de distribuição operacional.

Durante um balanço feito em Abril último, foram destacados os esforços que estão a ser feitos no sentido de garantir o stock de produtos químicos, destinado ao tratamento e produção de água potável.

O referido plano conta com a colaboração de vários parceiros privados, tais como as empresas Multiparques, Sinohydro, Odebrecht, CGGC, CTCE, António JSilva, Arlindo Correia e Omatapalo. Fazem ainda parte a Angolaca, MCA B e SONAGALP (que assegurar o fornecimento de combustível para a frota disponibilizada pelas empresas acima citadas).

8.10 Quase duas mil famílias vão ter água potável

Jornal de Angola

16 De Junho de 2020

Texto: Bernardo Capita e Pedro

Suculate

A construção de um sistema de captação e tratamento de água, na localidade de Ndolo Kissoqui, comuna de Lualá, no município de Belize, província de Cabinda, cujas obras vão durar seis meses, vai beneficiar mil e 195 famílias, que residem nas

localidades de Conde Grande, Zalas de cima e de baixo, Kindimba, Massala, Kissoki e Conde.

As obras, enquadradas no Programa Integrado de Intervenção nos Municípios (PIIM), orçadas em 140 milhões de e 310 mil kwanzas, vão garantir também o abastecimento de água às escolas da região e darão lugar para 50 ligações domiciliárias.

Ainda em Belize, serão construídas, à luz do PIIM, uma escola de 12 salas de aula na sede municipal, orçada em 300 milhões e 900 mil kwanzas.

A reabilitação e ampliação do Hospital Municipal, com capacidade de internamento de 34 pacientes, orçado em 225 milhões e 300 mil kwanzas, a construção de um posto médico, morgue com 12 gavetas, lavandaria, fazem parte da gama de empreendimentos que vão ser erguidos nesta região.

A reabilitação e ampliação do Tribunal Municipal, orçadas em 129 milhões e 500 mil kwanzas, com o prazo de execução de seis meses, consta também do pacote de obras que o município de Belize vai beneficiar. Esta infra-estrutura vai contar com três cartórios, duas salas de audiências e seis gabinetes de trabalho.

No pacote de obras do município, consta também construção e ampliação da rede de iluminação pública na sede municipal e em aldeias populosas, cujo projecto está avaliado em 50 milhões e 904 kwanzas.

O governador provincial, Marcos Nhunga, disse que, os projectos previstos para o Município de Belize estão orçados em 715 milhões e 855 mil kwanzas.

8.11 Água e iluminação pública entre os projectos sociais que estão inscritos no PIIM

Jornal de Angola
19 De Junho de 2020
Texto: Lino Vieira

Seis dos oitos projectos de infra-estruturas socioeconómicas aprovados, no município do Luchase, foram inscritos no âmbito do Programa Integrado e Intervenção nos Municípios (PIIM) e estão orçados em mais de 3 mil milhões de kwanzas.

A localidade beneficiou de infra-estruturas entre escolas de sete salas de aulas cada, centros de saúde, sistemas de captação, tratamento e distribuição de água e a instalação de postos de iluminação pública

Os empreiteiros já receberam os 15% do valor da execução das infra-estruturas que serão erguidas nas localidades de Tempué, Muié e na Vila de Cangamba.

A maior parte dos projectos do PIIM na província do Moxico tem prazo de sete meses de execução.

O administrador municipal do Luchase, Moisés Capalo Cambembe, disse ao Jornal de Angola que o Programa Integrado e Intervenção nos Municípios vai absorver alguns problemas nas comunidades, principalmente, no diz respeito à situação sanitária e o número de crianças fora no subsistema do ensino.

Energia

O município do Moxico foi contemplado em mais de dois mil milhões de kwanzas para a construção da rede de iluminação pública foto voltaica para 100 postos num percurso de cinco quilómetros.

O administrador municipal do Moxico, Valdemar Salomão, afirmou que o PIIM abrange também a vedação e restauração dos centros médicos do bairro Social e Cawango que vai dar qualidade aos serviços sanitários no município.

O programa consta também a construção e reabilitação de passeios, lancis e jardins na cidade do Luena, kits administrativos, pontecos (pontes de madeiras), aquisição de jangadas para transportar pessoas e mercadorias nas localidades de difícil acesso.

Valdemar Salomão salientou ainda para o PIIM está em curso outros programas que estão a mudar a imagem da cidade do Luena como trabalhos de terraplanagem para os bairros periféricos e rede eléctrica de iluminação pública e ginásio de rua para a prática desportiva.

8.12 Governador da Huíla diz ser difícil colocar água em mil e 500 escolas da Huíla

Jornal de Angola
19 De Junho de 2020
Texto: Arão Martins

O governador da província da Huíla reconheceu ontem, no Lubango, que será difícil, em curto prazo, a água jorrar nas torneiras das mil e 500 escolas do ensino primário e secundário do II ciclo, sem sistema da rede pública.

Luís Nunes, que falava no final de uma visita de constatação aos estabelecimentos de ensino dos municípios do Lubango e Humpata, disse ser fundamental a existência de água para a lavagem das mãos no quadro das medidas de biossegurança contra a propagação da Covid-19.

“Ainda temos muitas crianças a estudar ao ar livre e debaixo de árvores sem condições e a água que é fundamental também não existe”, disse, para mais adiante garantir que tudo vai ser feito para a criação das condições mínimas, no âmbito do reinício das aulas.

As escolas mais antigas, referiu, são aquelas com maiores problemas de água, necessitando, por isso, de mais trabalho para colocar as torneiras a jorrar o precioso líquido. “É quase impossível realizar este trabalho em dois ou três meses e, se prometermos fazê-lo, estaremos a mentir às populações e a nós mesmos”, afirmou.

Luís Nunes salientou que as atenções agora estão centradas na criação das mínimas condições nas escolas do ensino primário antes do reinício das aulas. “O ideal é ter água a jorrar nas torneiras, ao contrário dos bidões”, sublinhou.

8.13 Metade das escolas sem água canalizada

Jornal de Angola
19 De Junho de 2020

Menos de 50 por cento das escolas em Luanda, num universo de 497 inventariadas, não beneficiam de abastecimento água com regularidade, por parte da EPAL, e desse número, cerca de 40 por cento não estão ligados à rede pública de energia eléctrica.

Os dados foram revelados, ontem, na capital, por técnicos da EPAL e da ENDE, num encontro que reuniu os titulares das pastas da Energia e Águas, Educação e a governadora de Luanda, para achar mecanismos com vista a garantir o fornecimento de energia eléctrica e água potável às escolas da província.

No encontro, foi recomendado que a ENDE, no âmbito dos projectos de investimentos públicos encontre alternativas para alterar este quadro.

Na sequência das apresentações e do debate à volta das mesmas, foram criados grupos técnicos que, no prazo de uma semana, deverão apresentar levantamentos e propostas de solução para cada situação específica que fôr identificada.

Os grupos constituídos pelos directores nacional de Energia Eléctrica, das Águas, de Educação, de Infraestruturas do GPL, são ainda integrados pelos administradores municipais e pelos administradores da EPAL e da ENDE.

A ministra da Educação reconhece ser crítico a situação de Luanda, no que ao abastecimento de água às escolas diz respeito. Luísa Grilo referiu ainda que todas as escolas são prioritárias, sugerindo medidas alternativas, como por exemplo, a colocação de reservatórios.

A governadora de Luanda, Joana Lina, apelou a um maior engajamento dos diferentes responsáveis municipais, para trabalharem com o sector de Energia e Águas para que as nossas crianças tenham todos os apoios necessários e estudem em melhores condições.

Segundo o ministro da Energia e Águas, João Baptista Borges, a questão do melhoramento do abastecimento de energia e água às escolas deve ser tratado ao nível dos três órgãos representados no encontro de ontem.

João Baptista Borges, referiu que para levar água às escolas é necessário ter uma rede de distribuição, além da garantia de que internamente haja condições para a utilização da água fornecida.

8.14 Ministro quer conclusão das obras em Talatona

Jornal de Angola
19 De Junho de 2020

O ministro da Energia e Águas pediu, ontem, aos empreiteiros e à EPAL, que imprimam rapidez aos trabalhos de conclusão das obras de centros de distribuição do Distrito Urbano de Belas, com vista a minimizar o problema de abastecimento de água às zonas de Talatona e Benfica.

João Baptista Borges visitou, ontem, os Centros de Distribuição do Benfica 1 e Benfica 2, que abastecem, também, as zonas do Patriota e Zona Verde 1, 2 e 3, além de Talatona e Futungo de Belas. O ministro justificou o pedido com a necessidade de aumentar o abastecimento, já que nas zonas residem potenciais grandes clientes para a empresa e que podem fazer crescer as receitas da EPAL.

Após ouvir explicações sobre os projectos em andamento na região, o ministro pediu brevidade em todas as empreitadas, sem excepção, tendo manifestado preocupação com o abastecimento a Talatona, onde existem muitas zonas sem água.

Na sequência da jornada de trabalho, João Baptista Borges teve ainda um encontro com o Conselho de Administração da EPAL, à qual deixou igualmente orientações no sentido de se atender faseadamente o serviço de abastecimento de água à cidade, visando reduzir o número de reclamações. O ministro recomendou, igualmente, que se convoquem os camionistas, associados ou não, para uma reunião, para avaliar a distribuição de água a Luanda. A qualidade da água e a manutenção dos preços são também assuntos importantes e que devem ser considerados.

8.15 Ministério da Energia garante água nas escolas do país

Jornal de Angola
22 De Junho de 2020

O Ministério da Energia e Águas vai cooperar no programa de instalação de sistemas de água nas escolas que se encontram fora da cobertura da rede pública, tendo em conta o reinício do ano lectivo 2020, agendado para Julho.

De acordo com uma nota de imprensa tornada pública ontem, o ministro João Baptista Borges garantiu que, apesar das limitações em recursos materiais e humanos, o Ministério da Energia Águas vai juntar-se aos esforços dos governos provinciais e do Ministério da Educação envolvendo o seu potencial técnico.

Na reunião de balanço do Núcleo de Gestão de Distribuição de Água às Comunidades, em que participaram igualmente a ministra da Educação, Luísa Grilo, e a governadora de Luanda, Joana Lina, o ministro da Energia e Águas fez uma retrospectiva do Programa Nacional de Distribuição de Água Potável às populações de zonas desprovidas de rede pública, desde a entrada em vigor do Estado de Emergência, a 27 de Março último.

Falou dos milhões de litros de água oferecidos a milhares de cidadãos e instituições de carácter social nos últimos três meses de operação, com o envolvimento de cerca de 119 camiões, maioritariamente cedidos por particulares.

Devido à pandemia da Covid-19, as aulas foram suspensas em Março, devendo retomar a 13 de Julho para o ensino superior e segundo ciclo do ensino secundário e, posteriormente, o ensino primário, se a situação epidemiológica do país favorecer.

As instituições de ensino são também orientadas a garantir condições para o distanciamento físico, à

entrada e dentro do edifício escolar, assim como o uso obrigatório de máscaras.

8.16 Lunda-Sul: Sistema de água potável fica concluído este ano

Jornal de Angola
23 De Junho de 2020
Texto: Adão Diogo

As obras de construção de furos artesianos, com capacidade para bombear 60 mil litros de água por hora, estão a animar os mais de nove mil habitantes da sede municipal de Muconda, província da Lunda-Sul, que vivem sem água potável há mais de cinco anos, devido ao estado obsoleto do sistema de captação, instalado no tempo colonial.

O administrador municipal em exercício disse que a construção do novo sistema de abastecimento de água em Muconda é a principal prioridade do elenco directivo da região, assim como o aumento da potência da rede eléctrica.

Martinho André informou que as obras fazem parte do Programa de Investimentos Públicos (PIP), que contempla igualmente a construção de infra-estruturas escolares para o I Ciclo na região.

8.17 Sistema de água potável fica concluído este ano

Jornal de Angola
23 De Junho de 2020
Texto: Adão Diogo

As obras de construção de furos artesianos, com capacidade para bombear 60 mil litros de água por hora, estão a animar os mais de nove mil habitantes da sede municipal de Muconda, província da Lunda-Sul, que vivem sem água potável há mais de cinco anos, devido ao estado obsoleto do sistema de captação, instalado no tempo colonial.

O administrador municipal em exercício disse que a construção do novo sistema de abastecimento de água em Muconda é a principal prioridade do elenco directivo da região, assim como o aumento da potência da rede eléctrica.

Martinho André informou que as obras fazem parte do Programa de Investimentos Públicos (PIP), que contempla igualmente a construção de infra-estruturas escolares para o I Ciclo na região.

8.18 EPAL avalia contadores “pré-pago” em Luanda

Jornal de Angola

24 De Junho de 2020

Texto: Adérito Veloso

A Empresa Pública de Águas (EPAL) está a desenvolver um trabalho “árduo”, para a instalação de contadores pré-pagos, com vista a melhorar o fornecimento de água na cidade capital.

Segundo o presidente do Conselho de Administração, Fernando Cunha, está a ser elaborado um estudo de um sistema “sofisticado”, que possa fazer a leitura da água consumida pelos clientes. A sua conclusão deverá ocorrer muito brevemente.

Apesar de reconhecer que a empresa está atrasada neste quesito, o PCA revelou que o trabalho aturado vai trazer vários benefícios, sendo um deles o facto dos contadores poderem fazer a diferenciação da água e o ar que possam pelo sistema.

“Teremos um sistema mais sofisticado, que mesmo com a entrada de ar fará a definição entre a água e o ar. Há fezes que a pessoa (cliente) recebe um metro cúbico de água, mais nove metros cúbicos (m³) de ar, por causa das interrupções do sistema, sendo que com isso a factura poderá indicar 10 metros cúbicos, quando de facto não é este o consumo”, explica, depois de sublinhar que quase 75 por cento dos clientes da empresa, são cobradas de forma coerciva.

Produção

Quanto ao défice na produção, o gestor indica que a EPAL está, actualmente, com menos de um milhão de m³ para abastecer a província de Luanda. “O que abastecemos hoje, é um terço que a empresa precisa”, apontou.

Defende que os investimentos para aumentar a capacidade dos sistemas de abastecimento de água para Luanda, devem ter um ciclo de 10 anos, que corresponde ao período de saturação, dada a densidade populacional.

“Não houve grandes investimentos nestes anos, sendo que o último sistema de raiz foi o Luanda Sudeste, feito em 2003. Foram feitos alguns investimentos em sistemas paliativos, para poder atender algumas zonas periféricas, como é do Zango”, apontou. Assegurou que estão em curso vários projectos que visam aumentar a capacidade, com realce para o que está para nascer na zona Norte da cidade de Luanda.

A implementação do projecto, irá aumentar a capacidade para 90 milhões de litros, cuja entrada em funcionamento está agora apazada para o próximo ano, quando a meta era para este, sendo que o atraso se deve à pandemia da Covid-19, associada a situação financeira que o país está a atravessar.

Quanto à zona Sul, está a ser implementado o reforço de um projecto bem como a construção de um canal de revestimento que dará um grande impulso no abastecimento de água à Luanda.

Dos nove municípios que comportam a província, o que está melhor servido em termos de abastecimento é o de Luanda, sendo que o de Belas está na cauda.

Abastecimento à Gabela

Os problemas de abastecimento de água na cidade da Gabela (Cuanza Sul) poderão estar solucionados, tão logo sejam ultrapassadas as dificuldades financeiras.

Segundo o secretário de Estado para Águas, Lucrécio Costa, que visitou recentemente, a província, há um engajamento grande do sector para a alteração do actual quadro, tendo referido que o projecto de melhoria do abastecimento de água à Gabela, voltará a ter “pernas para andar”, com a construção de um novo sistema com dimensões semelhantes à da cidade do Sumbe, cujo custo não será inferior a 150 milhões de dólares.

8.19 Sumbe precisa de novo sistema de captação de água

Jornal de Angola

24 De Junho de 2020

Texto: Luís Pedro

A cidade do Sumbe, no Cuanza-Sul, vai ter um novo sistema de captação de água, a partir do Rio Keve, cujo projecto está aprovado e aguarda por financiamento, a ser disponibilizado em 2021.

A garantia foi dada pelo secretário de Estado das Águas, Lucrécio da Costa, em visita à província do Cuanza-Sul, acrescentando que o projecto deve-se ao crescimento demográfico da cidade e ao facto de o actual sistema de captação de água, da época colonial, não ter capacidade suficiente.

A água consumida na cidade do Sumbe é captada a partir do rio Cambongo, cujo sistema de captação foi reinaugurado em Junho de 2017, com capacidade para bombear 1.700 metros cúbicos por hora.

O sector das Águas no Sumbe controla cinco centros de distribuição, oito mil contadores, 225 chafarizes, 120 quilómetros de rede e quatro estações elevatórias, para uma população estimada em 160. 246 habitantes.

Relativamente à cidade da Gabela, Lucrécio da Costa disse que as dificuldades financeiras têm dificultado a execução de projectos. “A cidade da Gabela necessita de um novo sistema de captação de água, que não ficará abaixo dos 150 mil milhões de dólares”.

8.20 Água potável chega a maior número de pessoas

Jornal de Angola
26 De Junho, 2020

Texto: António Gonçalves

O administrador municipal do Balombo garantiu ontem, que o projecto de águas local, que engloba as estações de Bombeamento e de Tratamento de Água, já foi executado em mais de 98 por cento, faltando apenas dois quadros eléctricos para a sua conclusão e dessa forma se dar início ao bombeamento da água para os reservatórios, para que se iniciem os primeiros ensaios.

Júlio Cuanza Santos, que falava a comunicação social no final da visita efectuada aquele município pelo vice-governador de Benguela para o Sector Técnico e Infra-estruturas, Leopoldo Muhongo, afirmou que, para além dos 50 chafarizes construídos no âmbito do projecto em que a estação está inserida, depois da conclusão das obras que ficaram ao cuidado da administração do município, que em parceria com a Empresa Pública de Águas, estenderá o projecto as áreas que até ao momento não beneficiem do mesmo, tendo em conta a expansão demográfica.

Quando o projecto for concluído, o administrador municipal do Balombo prevê que serão beneficiados com água tratada mais de 50 mil pessoas em todo o município e, enquanto o projecto aguarda conclusão, os munícipes continuam a ser abastecidos por um sistema alternativo.

“Também agora nos foi alocado através do governo da província moto-cisternas com os quais estamos a garantir água e também com sistemas de água que foram construídos nos bairros da sede do município, por isso não se verifica tanta escassez de água nesta altura”, justificou o administrador municipal do Balombo.

8.21 Água vai jorrar sem restrições

Jornal de Angola
26 De Junho de 2020

O ministro da Energia e Águas, João Baptista Borges, deslocou-se, na quarta-feira, à localidade do Bita-Tanque, município de Belas, em Luanda, para se inteirar dos trabalhos na Estação de Bombagem de água local, infraestrutura responsável pela distribuição de água à Centralidade do Kilamba.

Neste momento, decorrem trabalhos que vão culminar com a entrada em serviço da segunda bomba da Estação de Tratamento de Água do Bita, e o ministro João Baptista Borges quis testemunhar os testes no equipamento reparado.

Os testes na ETA Bita decorrem por conta da inserção da segunda bomba recuperada recentemente por técnicos nacionais.

Os resultados dos ensaios correspondem às expectativas, e a Estação de Tratamento de Água do BITA voltará a recuperar a sua capacidade instalada, 1.800 metros cúbicos por hora, e atender a Centralidade do Kilamba sem restrições.

8.22 Aguas "travadas"

Jornal de Angola
30 De Junho de 2020

Depois de vários alertas, neste espaço, a Administração Municipal do Kilamba Kiaxi lá se decidiu travar o curso de águas fétidas que transbordavam dos esgotos para as ruas recentemente reabilitadas na Urbanização Nova Vida. Embora, com algum atraso, o 'que trouxe de volta alguns buracos, o que se pretende aqui elogiar é o trabalho reação prematura das ruas recentemente reabilitadas.

8.23 Números desfavoráveis constataam com optimismo do Estado

Novo Jornal

12 De Junho de 2020

Texto: Onélio Santiago

Em Maio de 2018, um inquérito do Ministério da Educação (MED) concluiu que, em Angola, apesar de 60% das escolas primárias do país possuírem sanitários (casas de banho), apenas metade, isto é, 30%, destas unidades funciona. Ou seja, segundo o mesmo, em cada 10 escolas primárias do país, apenas seis têm casas de banho, sendo que, neste grupo de seis, somente três possuem casas de banho que realmente funcionam.

No passado mês de Maio, foi divulgado um estudo da organização pan-africana «Afrobarómetro», que revelou, entre outros aspectos, que metade da população angolana ficou privada de água potável e assistência médica em 2019.

É com base nestes e noutros relatórios que uma parte significativa de individualidades e organizações angolanas se tem vindo a mostrar desfavorável ao reinício das aulas.

Por isso, na última segunda-feira, 8, no habitual momento de actualização de dados sobre a evolução da Covid-19 em Angola, os jornalistas confrontaram a ministra da saúde sobre a possibilidade de realização de testes em massa a professores e alunos, com vista a assegurar um exercício seguro da actividade lectiva.

Sílvia Lutucuta, ao tomar a palavra, afirmou que "temos de olhar para a nossa situação real, não temos de [olhar] se o país «X» ou «Y» está a fazer testagens aos professores". Reforçando a necessidade de o país atentar para as "condições reais" e definir prioridades, a ministra da Saúde não confirmou se haverá realmente testagem em massa nas escolas.

"É uma questão que terá de ser avaliada. Tudo depende da evolução da situação [da covid-19] para se tomar esta decisão de testagem a professores, porque são muitos, e temos de ver também as nossas capacidades e equipamentos", considerou a governante, assegurando que o Estado está a fazer o "melhor" com o que tem. "Não temos os robôs que fazem cinco mil testes", lamentou, antes de apelar à persistência e confiança dos angolanos no trabalho levado a cabo pelo Governo.

As regras para o retorno

Com vista a adequar o reinício das aulas às limitações decorrentes da Covid-19, a ministra da Educação emitiu um decreto em que, entre outros aspectos, os trimestres lectivos são reduzidos a dois, sendo que o fim das aulas deve acontecer a 31 de Dezembro.

Para o cumprimento das recomendações sobre o distanciamento social, Luísa Grilo ordenou a divisão das turmas pela metade, sendo que cada grupo resultante desta divisão deverá ter aulas em períodos diferentes. Por exemplo, no ensino primário, o primeiro turno da manhã começa às 7h30 e termina às 10h:00, ao passo que o segundo começa às 10h00 e termina às 12h3S. No período da tarde, a divisão também ocorre pela metade: o primeiro turno vai das 12h45 às 15h15 e o segundo vai das 15h25 às 17h55.

No ensino secundário - que vai da 7." à 12 classe, se fundidos os dois ciclos que o compõem -, a orientação é a seguinte:

"Manter o horário actual, mas dividir as turmas de cada período pela metade e alternar semanalmente as aulas dos grupos, reforçando as tarefas para a semana de pausa de cada um dos grupos."

Entre outros aspectos, o decreto da ministra da Educação obriga ainda a que as escolas, para além das condições didáctico-pedagógicas, assegurem os factores de biossegurança, como água, sabão, álcool em gel e máscaras faciais. "A garantia destas condições requer o engajamento dos governos provinciais e de outras entidades da sociedade civil", lê-se no documento.

As aulas no II ciclo do secundário iniciam-se a 13 de Julho, enquanto no primário e no I ciclo regressam a 27.

onelio.santiago@novojornal.co.ao

8.24 “Lixo suspeito” do condomínio com caso positivo é depositado na rua

Jornal de Angola

18 De Junho de 2020

Texto: Rodrigues Cambala

Um cheiro nauseabundo espraia-se pelo céu e as fossas nasais ressentem de forma inofensiva. Nem as máscaras são capazes de anular a sua inalação. Nem que as janelas e portas das casas ao lado encerrem, até ao final, é possível reprimir o mau cheiro da lixeira, criada na rua, onde são depositados os resíduos do condomínio Olívia, na Sapú II, em Viana.

As autoridades sanitárias impuseram, desde finais do mês passado, uma cerca sanitária ao condomínio Olívia, na Sapú II, mas a recolha de lixo não acontece há vários dias

O condomínio registou um caso positivo de coronavírus, no mês passado. O portão preto e alto está encerrado. Só pelas frinchas é possível anotar as viaturas, banhadas de pó, estacionadas paralelamente. À direita da única entrada e saída do condomínio observam-se uns sacos, alguns abertos, papéis higiénicos, fraldas descartáveis e restos de comida. Tudo em estado avançado de deterioração, um amontoado de lixo que aos poucos se estende ao longo do areal.

O lixo não é recolhido há mais de dez dias. O cheiro asqueroso ganha robustez, afugentando os transeuntes. As pessoas escolhem o caminho arenoso, com o máximo receio de contrair alguma doença. Os agentes da Polícia Nacional, que guardam o local, afastaram-se a 30 metros, nos últimos dias. A realidade aclama tal afastamento.

Os dez metros de distância do portão ficaram cravados no passado. Não que os agentes policiais tenham só receios de contrair o coronavírus, mas de outras doenças. O lixo tornou-se num inimigo visível que, literalmente, não está a ser combatido na zona. “Os polícias passavam o dia aqui ao lado, mas, infelizmente, a ventania transporta o mau cheiro para o lugar onde eles ficavam”, disse o morador Sebastião da Costa.

As autoridades da saúde impuseram, desde finais do mês passado, uma cerca sanitária no condomínio. Ninguém sai, ninguém entra. Uma mulher, na casa dos 40 anos, recebeu o resultado positivo depois de ser submetida ao teste de Covid-19. Os moradores estão explicitamente impossibilitados de abandonar o local, sem “razão maior”.

E, entretanto, levar o lixo ao contentor não abrange a lista da “razão maior”. Os resíduos são atirados na rua com todos os riscos para a saúde da comunidade. “Antes, cada morador tinha a “santa” paciência de transportar o lixo, produzido na sua residência, para o contentor mais próximo”, conta um morador que, por telefone, falou com a nossa reportagem.

Nesta altura, todos cumprem, com rigor, a cerca sanitária. Os contentores de lixo, mais próximos, estão instalados a uma distância de um quilómetro. Enquanto a recolha retarda de forma estranha, os moradores do condomínio não estão isentos de exalar o mau cheiro no interior das casas. As moscas, ratos e baratas multiplicaram-se como cogumelos. Alguma inércia das autoridades municipais que, só depois do Jornal de Angola ter publicado uma notícia no dia 5 deste mês, enviou a empresa de recolha de lixo.

“A limpeza tinha sido mal feita, porque de manhã encontrámos garrafas e papéis espalhados na rua”, disse outro morador que não se identificou.

Observam-se alguns sacos desfeitos pelos animais e pessoas que vasculham para encontrar comida e objectos que podem vir a ser reciclados. No areal, há muitas garrafas de plástico, que a população desatenta recolhe para ir vender às fábricas de reciclagem. Muitos desses recipientes são reutilizados com água e Kíssangua, comercializada nas ruas e mercados paralelos.

O lixo, que sai do condomínio, representa um perigo à população circunvizinha e aos transeuntes, em razão dos moradores fazerem parte de um quadro suspeito. Os primeiros testes aos moradores aconteceram, há uma semana, mas, enquanto os resultados não forem tornados públicos, as medidas preventivas deviam ser tidas em conta.

“Não se sabe até que ponto este lixo pode ser um espaço de contaminação”, acentua Sebastião da Costa. Na manhã de segunda-feira, o Jornal de Angola interpelou uma equipa, constituída por técnicos do Ministério da Saúde, que esteve no local. Os moradores que têm as casas ao lado apresentaram a sua insatisfação por causa da lixeira “ocasional” e o atraso recorrente na recolha do lixo.

“Viemos, aqui, no condomínio, para ver se achamos uma solução para se retirar o lixo”, disse num tom estridente o funcionário da Saúde, trajado de colete acastanhado. Já à tarde (no mesmo dia), uma equipa do Gabinete Municipal da Saúde de Viana, também esteve no local, mas até ontem o lixo estava intacto junto à entrada principal.

Ainda ontem, mal a nossa reportagem chegou ao local, um homem baixo e esguio abriu o portão e, apressadamente, depositou dois sacos de lixo. Este acto levou que três mulheres com rostos tisonados e roupas sórdidas, com sacos à cabeça, a vasculhar o lixo.

8.25 Atrasos nos pagamentos de salário podem provocar nova greve na Elisal

Novo Jornal

19 De Junho de 2020

Mais de 300 funcionários da Empresa de Saneamento e Limpeza de Luanda (Elisal) continuam a trabalhar sem receber os seus salários correspondentes aos meses de Abril e Maio.

Na passada terça-feira, 16, como forma de protesto, os funcionários paralisaram os serviços durante o dia e só retomaram na quarta-feira, 17, após consenso com o sindicato dos trabalhadores da referida empresa, que garantiu o pagamento dos referidos salários.

À direcção da empresa, os trabalhadores deram como ultimato o dia de hoje, sexta-feira, 19, para a liquidação da dívida. Caso contrário, poderão entrar em greve por tempo indeterminado.

As «vítimas» explicaram ao NJ que', por enquanto, a entidade empregadora prometeu pagar apenas o subsídio de transportes.

"Já não temos nada para dar às nossas famílias, porque os gestores não estão a pagar os nossos salários. Nem parece uma empresa pública", lamenta um dos funcionários.

Dentre as reclamações constam, igualmente, irregularidades no pagamento da segurança social.

"Temos pelo menos 80 funcionários que há mais de cinco anos conseguem ir à reforma com o receio de não ter o que comer, porque a empresa não paga a nossa segurança social. Esta situação começou em 2014 e, com ela, está também a das quotas para a comissão sindical. Todos os meses descontam 1% dos nossos vencimentos para os serviços da comissão sindical, mas nunca vimos onde vai parar este dinheiro", denunciou outro funcionário.

Contactado pelo NJ, o director-geral da Elisal, Gonçalves Imperial, reconheceu a dívida com os trabalhadores e garantiu que a situação será resolvida já nos próximos dias.

Sem avançar datas, o responsável pediu aos trabalhadores para manterem a calma.

"Vamos resolver esta situação. Esperamos que, daqui para frente, não tenhamos mais esses problemas na Elisal", frisou.

A comissão sindical espera que a nova' governadora de Luanda, Joana Lina, recentemente nomeada, preste atenção especial aos seus filiados.

"Para recebermos os nossos salários, temos de reclamar sempre nas televisões, rádios e jornais e, se assim não for, ficamos muitos meses sem recebê-los. Gostávamos que a senhora governadora olhasse para as nossas preocupações.

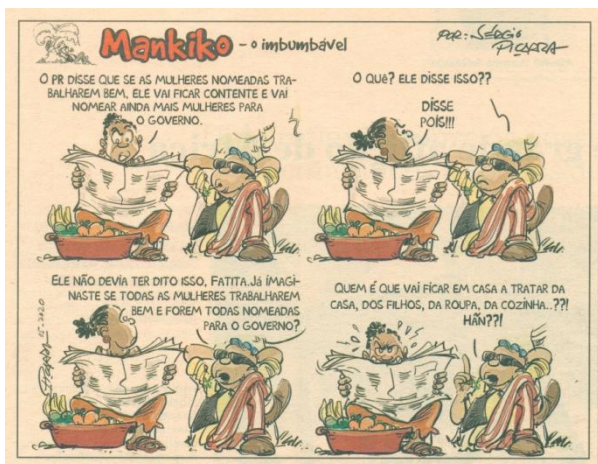
Não é a primeira vez que a Elisal se vê diante de uma paralisação por falta de salários. Só em 2019, os trabalhadores chegaram a realizar uma média de 14 greves, devido às condições de trabalho e constantes, atrasos salariais.

Dulcineia Lufua

9. GÉNERO E VIOLENCIA

9.1 Cortoon

Jornal Expansão
5 De Junho de 2020



9.2 Violência doméstica baixa nos últimos cinco meses

Jornal de Angola
28 De Junho, 2020

Os índices de violência doméstica na província de Luanda baixaram, nos últimos cinco meses deste ano, com o registo de apenas 366 casos, comparativamente ao mesmo período do ano anterior, revelou fonte do Ministério do Interior.

Dos 366 casos, 92 são de ofensas corporais, 68 de violência psicológica, 67 queixas de ameaça de morte, 20 de abandono familiar, 20 de falta de prestação de alimentos, oito de fuga à paternidade e outros crimes enquadrados no âmbito da violência.

Segundo uma nota de imprensa do Ministério do Interior, no mesmo período, os casos de violência doméstica, só em Luanda, sofreram uma redução de menos 309 casos, comparando com os cinco primeiros meses de 2019 em que foram registados 675.

A faixa etária das vítimas situa-se entre os 0 e 12 anos, com 102 casos, representando 28 por cento e a faixa etária dos 13 em diante, com 206 casos constituem 72 por cento, enquanto a faixa dos autores situa-se entre os 16 e 62 anos.

“Apesar do período de confinamento que vigora com a implementação do Estado de Emergência a seguir à

Situação de Calamidade, face à pandemia da Covid-19, em que se perspectivava um número elevado de casos de violência doméstica, ao contrário, não se registou o aumento dos níveis de violência doméstica”, refere o documento.

“A delegação do Ministério do Interior em Luanda exorta as famílias a terem uma participação activa na segurança pública, denunciando os actos que perturbem a ordem e a tranquilidade públicas”, cita a nota.

10. AMBIENTE

10.1 Abate de árvores cresce na região do Chitembo

Jornal de Angola

7 De Junho, 2020

Texto: Delfina Victorino

O município do Chitembo, situado a mais de cem quilómetros da cidade do Cuito, é a localidade da província do Bié que regista o maior índice de abate de árvores e de caça furtiva de animais selvagens, para a produção de carvão e a comercialização de carne seca, respectivamente, afirmou o director provincial do Gabinete Provincial do Ambiente, Jonatão Cassapi.

Segundo o responsável, a imensidão das florestas no Chitembo, aliada à falta de meios, tem dificultado as autoridades da Fiscalização no combate contra estes dois fenómenos. “Nesta região abate-se constantemente grandes quantidades de árvores para a produção de carvão e conseqüentemente a comercialização, causando, deste modo, grandes prejuízos ao ambiente”, lamentou.

Gestão de resíduos

Jonatão Cassapi, que também responde pela pasta dos Resíduos e Serviços Comunitários na província, disse que a população da cidade do Cuito está a ser educada para separar o lixo antes de depositar nos locais próprios, para facilitar o processo de recolha e conseqüentemente a reciclagem.

“Temos visto, no município do Cuito, muita gente em contentores e amontoados de lixo, a procurar recipientes de plástico e de vidro para a comercialização. Temos sensibilizado a população para não enveredar por esta prática”, disse.

10.2 Governo vai realojar famílias sinistradas

Jornal de Angola

11 De Junho de 2020

Texto: Bernardo Gapita

As vinte e uma famílias, aproximadamente 170 pessoas, cujas casas ficaram totalmente destruídas na passada quinta-feira, em consequência das fortes calemas (maré alta) que fustigaram a orla marítima da zona da Praia do Girassol, periferia da cidade de Cabinda, vão ser realojadas em breve.

A garantia foi dada pelo governador da província de Cabinda, Marcos Nhunga, que visitou, sexta-feira, o perímetro da orla marítima, fustigado pelas fortes calemas. Marcos Nhunga informou que, numa primeira fase, o Governo da província vai disponibilizar sete a dez casas, para realojar as pessoas que “estão a viver ao relento e que perderam todos os seus haveres e, de forma gradual, ir contemplando os demais sinistrados”.

O governador caracterizou a situação de preocupante, tendo em conta o grau de destruição das casas, condenando, por outro lado, a atitude irresponsável da população, que foi construindo numa zona proibida, bem como a Administração Municipal que não exerceu o devido controlo.

10.3 Protecção de mangais preocupa autoridades

Jornal de Angola

8 De Junho de 2020

A ministra da Cultura, Turismo e Ambiente, Adjany Costa, e o embaixador da Bélgica em Angola, Jozep Smets, avaliaram, no sábado, os resultados do projecto de protecção dos mangais na orla marítima de Luanda.

Denominado Otchiva, o projecto, com quatro anos de existência, está a contribuir para a protecção e restauração dos mangais, tendo já permitido a reflorestação de meio milhão de mangais.

Os mangais, que albergam 80 por cento da vida marinha da orla costeira de Angola, estão a ser destruídos para dar lugar a construções de residências, resorts e hotéis, cujo impacto está a ser mitigado pelo projecto Otchiva.

O projecto, que já foi reconhecido pela União Africana (UA), está a permitir a devolução da vida na orla marítima angolana e na restauração do ecossistema marinho. A visita de constatação, que se estendeu pela orla costeira do Mussulo, permitiu observar a continuação da destruição dos mangais naquela zona, o que vai obrigar as autoridades a definirem estratégias conjuntas para a protecção do ecossistema.

Os mangais são berçários da vida marinha, habitat de aves migratórias, protector da orla costeira e a única fonte de subsistência das comunidades costeiras.

Os mangais estão incluídos no Programa Nacional de Reflorestação, contando com a acção de associações ou movimentos que se dedicam à sua preservação.

Trabalham para o projecto Otchiva, que deu os primeiros passos há dois anos, na província de Benguela, mais de mil voluntários. Além do Ministério da Cultura, Turismo e Ambiente, abraçam actualmente a causa o Ministério da Agricultura e Pescas e a petrolífera francesa Total. Angola entrou na rota internacional de reflorestação dos mangais depois de ter conseguido, em Dezembro de 2019, plantar 31.241 mangues.

Desde a fundação, o projecto Otchiva desenvolve acções nas províncias de Luanda, Benguela e Zaire (Soyo). Estender essas acções a Cabinda, Cuanza-Sul e Bengo é a próxima meta da organização. Angola, México e Brasil lideram o processo de reflorestação de mangais com o maior número de hectares preenchidos.

Fernanda Rene é, líder do projecto Otchiva, recebeu, este ano, o certificado de distinção da Vice-Presidente da Gâmbia, Fatoumatta Tambajang, e da comissária da União Africana (UA) para a Economia Rural e Agricultura, a angolana Josefa Sacko.

10.4 A gestão sustentável do património comercial e florestal de Angola

Novo Jornal

12 De Junho de 2020

O comércio de produtos florestais é a comercialização directa de venda e compra de madeiras, lenhas, carvão vegetal, material de construção, incluindo a transformação dos seus derivados e posterior vazão na cadeia comercial interna e externa. O mercado nacional recai nas áreas de florestas nativas, reflorestação, procura de madeira e exportação

Em virtude do potencial exportador de Angola, muito se falou da construção e operacionalização de entrepostos em Luanda, Bengo, Moxico, Kuando Kubango, Cabinda e Benguela. Qual é o ponto de situação destas infra-estruturas no que diz respeito à acção operacional? Aguardamos por respostas.

É do conhecimento público que os principais produtos do sector da madeira são: a madeira em toro, processada, seguindo-se-lhe a transformação, semitransformação, blocos, tábuas, ripas, em serrações, carvão vegetal, lenha, produtos florestais não-lenhosos, frutos, plantas medicinais, fibras e muito mais.

O sector florestal é rico. O que falta para se apostar na indústria de fabricação de derivados de madeira?

O Estado angolano não percebe que deve levar em conta a geração de resíduos, tanto nas áreas de exploração como nas serrações? Procuramos sempre por respostas positivas e conclusivas. Devido aos novos acordos comerciais entre as nações, tanto no âmbito bilateral como multilateral, prevê-se que as transacções continuem a crescer nos próximos anos, são as tendências comerciais. Porém, é preciso ter em linha de conta e questionar se esses pendores comerciais possuirão um efeito de garantia florestal e na desflorestação. Precisamos de perceber, como Estado e cidadão, que a desflorestação é afectada pelos preços da produção agrícola. Por conseguinte, quando o comércio afectar esses preços, afectará, também, as taxas de desflorestação. Se a liberalização do comércio fizer subir os preços agrícolas locais, a desflorestação aumentará. Mas, se a liberalização do comércio conduzir a reduções dos preços agrícolas locais, a desflorestação diminuirá. É uma cifra comercial muito simples de perceber. Fazendo aqui este desenho, fica na imagem que o comércio pode, potencialmente, aumentar ou diminuir a desflorestação. Contudo, importa frisar que cerca de 39% de todas as emissões de carbono de origem humana provêm do sector florestal. O equilíbrio entre a conservação das florestas e a desflorestação pode alterar as actividades do sector florestal de uma solução para um problema e vice-versa. As autoridades angolanas podem começar a obter uma visão ambiental futurista. Ao desenvolver a estratégia, o que o Estado deve, igualmente, fazer? Pode ouvir cada vez mais os representantes municipais, industriais e empresários na partilha de ideias sobre o desenvolvimento do plano técnico florestal. Sendo assim, é inevitável a promoção, gestão, sustentável e o reforço do sistema florestal direccionar a realização de investigação aplicada no apoio às equipas de planeamento da gestão florestal, desenvolver e reforçar as parcerias, colocar mais madeira para ser trabalhada, reduzir os encargos regulamentares para a indústria no acesso à madeira, investir em tecnologias mais recentes para melhorar a qualidade da informação de inventário e proporcionar segurança no abastecimento de madeira. Não é difícil perceber que a maximização da utilização dos derivados serve a cadeia. Como? Com a realização de investimentos estratégicos em estradas de acesso florestal, revisão dos custos da energia, modernizar os processos de aprovação da gestão florestal. Há, igualmente, a fomentação à inovação dos mercados, aumentar o sector com programas educativos e de formação, permitir as pequenas e médias empresas ao acesso a mercados de exportação de madeira.

Um sector florestal forte é essencial para criar prosperidade para as províncias de Angola, especialmente para as populações das zonas rurais.

Estamos a tomar medidas para reduzir as barreiras que impedem as empresas de tirar pleno partido do enorme potencial do sector florestal? Para tal, devemos assegurar, simultaneamente, padrões elevados de gestão. Uma estratégia provincial ajudará a proteger os empregos existentes e a criar novos, ajudando a inovar e a atrair investimentos, garantindo um futuro para as comunidades e para as famílias que dependem da indústria.

O Estado tem a missão de promover, cada vez mais, mesas-redondas em todas as províncias, com potencial na gestão florestal de madeira. Por que não recolher informações da indústria, através de um inquérito em linha e por e-mail?

Na mesma senda, os Ministérios do Comércio e Indústria e da Agricultura necessitam de uma articulação mais profunda e precisa para assegurar que as actuais lacunas e questões do sector sejam consideradas abordadas e incorporadas.

Food and Agriculture Organization of the United Nations (Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura) apoia os países no desenvolvimento do comércio sustentável de produtos florestais, para que os membros emergentes obtenham um melhor acesso às análises quantitativas e qualitativas sobre questões de comércio e comercialização de produtos florestais, incluindo direitos aduaneiros, obstáculos ao acesso ao mercado e outras restrições comerciais.

O sector privado beneficia, igualmente, de forma ajustada de uma cobertura ampla e de interpretação estruturada das estatísticas do comércio de produtos florestais e um maior grau de transparência do mercado que alimenta a tomada de decisões no domínio florestal. É evidente que os produtores nacionais estão desactualizados em matéria de certificação florestal e verificação da legalidade para compreenderem as suas implicações no comércio de produtos florestais e no acesso ao mercado e à promoção dos produtos. Fica o recado que, num mundo desafiador, o consumo de produtos florestais continuará a aumentar .•

11. MINEIRA

12. MIGRAÇÃO

13. INVESTIMENTOS CHINES EM ANGOLA

13.1 China anuncia moratória a 77 países mas ainda não fechou negociações com Angola

Jornal Expansão

12 De Junho de 2020

Texto: Isabel Costa Bordalo e Joaquim

José Reis

O governo chinês anunciou ter concedido o adiamento no pagamento da dívida a 77 países em desenvolvimento, a contar desde Maio, e apesar de não ter revelado os nomes desses países, o Expansão apurou que as negociações com Angola estão a decorrer e que ainda não existe um acordo fechado.

O governo angolano tem estado em negociações com a China para o adiamento nos pagamentos da sua dívida bilateral, que rondava os 4,7 mil milhões USD no final de 2019. Um acordo que, a ser alcançado, apenas deverá ser anunciado dentro de algumas semanas, mas é certo que Angola está no grupo dos 77 (organização intergovernamental dentro das Nações Unidas, constituída hoje por 134 países), a quem as autoridades chinesas pretendem conceder um alívio da dívida.

Durante as conversações com Angola, a China tem levantado várias questões, às quais o Executivo tem respondido, o que tem contribuído para o arrastar das negociações, apurou o Expansão.

A China limitou-se, no domingo, dia 7, a anunciar a suspensão do pagamento da dívida por parte de 77 países e regiões em desenvolvimento, sem nomear quais, preferindo, segundo fonte diplomática, que sejam as autoridades dos países beneficiados a tomar a iniciativa de divulgar o acordo.

Entretanto, Pequim "continua a trabalhar com outros membros do G20 para formalizar uma iniciativa conjunta de alívio da dívida a países de baixa renda", como noticiou o Global Times, jornal ligado ao Diário do Povo, órgão do Partido Comunista Chinês, ao fazer eco da conferência de imprensa do Conselho de Estado.

No caso de Angola, o Expansão apurou que em cima da mesa está apenas o pedido de suspensão nos pagamentos de amortizações e juros da dívida bilateral - a dívida com encargos mais baixos - estando afastada qualquer negociação à volta da dívida comercial, que ronda os 17 mil milhões USD (14,6 mil milhões USD ao Banco de Desenvolvimento da China e 2,4 mil milhões USD ao Banco da China).

No domingo, o vice ministro da China para os Negócios Estrangeiros, Ma Zhaoxu, anunciou durante uma conferência de imprensa do Conselho de Estado destinada a divulgar o documento intitulado "China em acção no Combate à Covid-19", que o gigante asiático, que é um dos principais credores dos países mais pobres do mundo, vai conceder uma suspensão dos pagamentos da dívida a 77 países e regiões em desenvolvimento.

Estas moratórias surgem no âmbito de uma iniciativa do G20, que está a gizir um plano para que as 20 maiores economias concedam um alívio da dívida a países mais pobres, que pode passar por suspensões no pagamento de amortizações e juros, até três anos, e, nalguns casos, por perdões da dívida.

Aumentar a liquidez

O G77 foi criado em 1964, no seio das Nações Unidas por 77 países em desenvolvimento, para promover a cooperação sul-sul, sendo a maior organização intergovernamental de países da ONU. Apesar de integrar hoje 134 países, a organização manteve o nome original G77, devido ao seu significado histórico.

Numa declaração conjunta de Neil Pierre, embaixador da Guiana, país que detém a presidência rotativa do G77, datada de 2 de Junho, os membros do grupo de países em desenvolvimento dentro das Nações Unidas mais a China reiteram a necessidade de obterem "liquidez e espaço fiscal suficientes" para responderem à pandemia. E lançam o apelo ao Banco Mundial, FMI, bancos multilaterais e regionais de desenvolvimento, credores bilaterais e outros credores comerciais e privados, a "fornecerem alívio imediato e substancial da dívida aos países em desenvolvimento, incluindo a emissão de Direitos Especiais de Saque adicionais".

O G77 e a China enfatizam ainda, na declaração de 2 de Junho, a "importância de aumentar a liquidez internacional para fornecer soluções abrangentes e de longo prazo para a sustentabilidade da dívida". Nesse sentido, o grupo destaca a "necessidade urgente da explorar instrumentos financeiros inovadores que permitam aos países acesso a financiamento

concecional e forneçam protecção aos países vulneráveis contra estratégias predatórias de empréstimos, principalmente em resultado da pandemia da Covid-19".

"Conforme declarado pelo Secretário-Geral [das Nações Unidas], a pandemia demonstrou a nossa fragilidade e um aspecto fundamental da solidariedade é o apoio financeiro. A menos que ajamos agora, a pandemia da Covid-19 causará devastação e sofrimento inimagináveis em todo o mundo", conclui Neil Pierre, ilustrando com o quadro que se avizinha, se não houver uma acção conjunta: "Fome de proporções históricas; mais de 60 milhões de pessoas empurradas para a pobreza extrema; até metade da força de trabalho global-1,6 mil milhões de pessoas - sem meios de subsistência; uma perda de 8,5 biliões USD na produção global, a mais acentuada de sempre".

13.2 País reduz volume de carregamento de petróleo para China

Novo Jornal

12 De Junho de 2020

Angola reduziu o número de carregamentos de petróleo que enviará para empresas estatais chinesas, para saldar dívidas com Pequim, na tentativa de renegociar os termos de pagamento, a fim de lidar com o impacto devastador do coronavírus, disseram fontes familiarizadas com assunto.

Angola, que pediu esta semana ao alívio da dívida ao G20, está em negociações avançadas com alguns países importadores do seu petróleo, para ajustar as linhas de financiamento, mas espera que não seja necessária mais nenhuma revisão orçamental adicional.

A forte desaceleração económica global, devido ao coronavírus, levou os preços do petróleo Brent aos níveis inferiores desde o final dos anos 90.

A queda de preço colocou Angola altamente endividada, deixou-a numa situação frágil, uma vez que obtém um terço das receitas do Estado do petróleo.

De longe, o maior credor de Angola é a China. Analistas dizem que o país tem mais de 20 biliões de dólares em dívida bilateral, com a parte do leão devida à China.

O dinheiro, na sua maioria, foi emprestado para a construção de estradas, hospitais, casas e ferrovias em todo o país.

Para além da dívida chinesa, Luanda obteve um empréstimo de 3,7 biliões de dólares do Fundo Monetário Internacional (FMI), no ano passado. Entre meados de 2018 e meados de 2019, a Sonangol pediu emprestados 2,5 biliões a bancos, segundo o FMI.

NJ/LUSA

13.3 China determinada a aprofundar amizade com África e lutar juntamente contra a Covid-19

Jornal de Angola

23 De Junho de 2020

Texto: Gong Tao

Para enfrentar a pandemia da Covid-19, foi realizada a Cimeira Extraordinária China-África em 17 de Junho. O Presidente chinês, Xi Jinping, presidiu ao evento e proferiu um discurso muito importante.

O Presidente Xi Jinping realçou que perante a Covid-19, a China e a África têm oferecido apoios mútuos e lutaram ombro a ombro, e manifestam ainda mais solidariedade e reforçam a amizade e confiança mútuas. Independentemente da evolução da cena internacional, nunca se muda a determinação da China de fortalecer a solidariedade e a cooperação com a África.

De facto, o surto da Covid-19 tem afectado todos os países no mundo e causado a perda de várias centenas de milhares de vidas preciosas. Nesse contexto específico, o grande significado da Cimeira Extraordinária China-África é que a China, África, Nações Unidas e OMS estão trabalhando em conjunto para combater a epidemia, que não apenas afectará profundamente a situação antiepidémica no continente africano, mas também abrirá novos caminhos e mostrará novas perspectivas para a cooperação da saúde pública internacional.

O Presidente Xi apresentou importantes iniciativas e planos da China, que foram aplaudidos pelos participantes. Primeiro, lutaremos veementemente contra a Covid-19. A parte chinesa continuará a apoiar a parte africana para o controlo da situação, fornecendo materiais essenciais, enviando equipas de

especialistas médicos aos países africanos e auxiliando a aquisição dos materiais de biossegurança na China. A parte chinesa adiantará para 2020 a construção da sede do Centro Africano de Controlo e Prevenção de Doenças, e trabalhará junto com a parte africana para implementar a iniciativa de Acção de Saúde e Higiene e acelerar a construção dos Hospitais de Amizade Sino-Africana, construindo juntos uma comunidade sino-africana de saúde. Os amigos angolanos bem sabem que a China sempre esteve com vocês na primeira linha da luta contra a epidemia. Nos últimos 4 meses, a parte chinesa, inclusive o Governo, empresas e comunidade chinesa residente em Angola, já efectuaram mais que 60 vezes doações e assistências à parte angolana. A parte chinesa promete que, assim que a vacina chinesa esteja concluída, o seu desenvolvimento e pronta para ser aplicada, os países africanos, incluindo Angola, serão os primeiros beneficiários.

Segundo, impulsionaremos inabalavelmente para reforçar a cooperação sino-africana. Tanto a China quanto África são oportunidades recíprocas de desenvolvimento. A China promoveu consistentemente o desenvolvimento e a prosperidade mútua através do fortalecimento da cooperação com África. A China apoia o desenvolvimento da Zona de Comércio Livre Continental Africana, o reforço da construção da conectividade e fortalecimento das cadeias industriais e de suprimentos na África. A China está disposta a, em conjunto com a África, explorar novas formas de cooperação, tais como a economia digital, a cidade inteligente, a energia limpa e as comunicações de 5G, impulsionando o desenvolvimento e a revitalização da África. A parte chinesa encoraja as instituições financeiras chinesas a ter a Iniciativa de Suspensão do Serviço da Dívida do G20 como referência e manter consultas amistosas com os países africanos conforme os princípios do mercado, para elaborar disposições aos empréstimos comerciais com garantias soberanas.

Terceiro, defenderemos inequivocamente o multilateralismo. Face ao surto da Covid-19, a solidariedade e a cooperação são as nossas armas mais fortes. A China está disposta a trabalhar com a África para defender o sistema de governação global centrado na ONU e apoiar a OMS nos seus esforços para contribuir mais para o combate mundial à Covid-19. China e África devem trabalhar juntos para lidar com vírus existentes na natureza e se opor firmemente a "vírus políticos" tais como politização e estigmatização da Covid-19, discriminação racial e preconceitos ideológicos.

Quarto, promoveremos firmemente a amizade China-África. Na luta contra a epidemia, China e África

compartilham a felicidade e o sofrimento, e a amizade é ainda mais profunda. Um jovem angolano de 23 anos, Valdemar Rodrigues Augusto Tchipenhe, usou conhecimentos sofisticados que aprendeu na China para ajudar a África a combater o vírus, e trabalha no laboratório chinês "Olho de Fogo" na África, melhorando bastante a prevenção e controlo de epidemias locais. Este é o verdadeiro retrato da amizade China-África.

Em suma, estamos dispostos a trabalhar em conjunto com Angola e outros países africanos para construir uma Comunidade China-África de Destino Comum e a Comunidade China-África de Saúde Comum. Decerto venceremos a vitória final contra a epidemia e os nossos povos terão uma vida ainda melhor.

*Embaixador da China em Angola

13.4 China fornece 30 milhões de testes e 10.000 ventiladores/mês à África

Jornal de Angola

14 De Junho de 2020

A China vai assegurar mensalmente o fornecimento de 30 milhões de testes à Covid-19 e 10.000 ventiladores para África, continente onde a pandemia tem crescido de forma descontrolada, informou, ontem, o gabinete da presidência da África do Sul.

Em comunicado, os líderes dos países do Centro de Controlo e Prevenção de Doenças da União Africana (África CDC) informaram que os materiais estarão disponíveis para aquisição através de uma nova plataforma, criada para possibilitar às nações daquele continente a compra de equipamentos médicos urgentes a preços mais baixos, no meio da intensa concorrência global de mercado.

O responsável máximo da África CDC explicou que será atribuída uma quota deste material a cada nação, com base na sua população e número de casos positivos do novo coronavírus.

O comunicado adianta, ainda, que o Canadá, a Holanda, a Coreia do Sul e a França também serão parceiros neste esforço de auxílio sanitário. Os países africanos têm reclamado a necessidade de uma distribuição equitativa dos equipamentos, incluindo eventuais tratamentos e vacinas contra o vírus, considerando que a pandemia não terminará enquanto não for protegido o mundo inteiro.

já realizados cerca de três milhões de testes em todo o continente africano, número ainda distante do objectivo anunciado de 13 milhões.

13.5 China inclui dívida comercial e dá moratórias a 21,7 mil milhões USD

Jornal Expansão

19 De Junho de 2020

Texto: Joaquim José Reis'

Angola está a negociar a suspensão durante pelo menos três anos do pagamento de amortizações e juros da dívida à China e a bancos chineses que, no final de 2019, ascendia a 21,7 mil milhões USD, num acordo que está praticamente fechado e é um importante passo para a sustentabilidade da dívida, apurou o *Expansão*.

Já está definido que a China aceita a suspensão dos pagamentos, mas falta ainda acordar durante quanto tempo. Apesar de o Executivo pretender um acordo a cinco anos, o gigante asiático apenas aceita três anos, segundo apurou o *Expansão*.

Há duas semanas, e após o Presidente da República, João Lourenço, ter anunciado que o País estava a negociar a sua dívida externa com alguns credores, o Ministério das Finanças anunciou, em comunicado, que recorreu à iniciativa de suspensão do serviço da dívida do G20 (G20)DSSI) para adiar amortizações e pagamentos de juros relativos à dívida bilateral, equivalente a 5,8 mil milhões USD. A China pertence ao G20 e é o maior credor externo, já que Angola lhe deve 4,7 mil milhões USD (dívida bilateral). Entretanto, segundo apurou o *expansão*, as negociações com aquele país contemplam também a dívida a bancos, nomeadamente ao Banco de Desenvolvimento da China (14,6 mil milhões USD) e ao Banco da China (2,4 mil milhões). Contas feitas, a dívida angolana àquele país é de 21,7 mil milhões USD, o equivalente a 48% do total da dívida ao exterior. E uma parte dessa dívida é garantida por petróleo, uma forma de pagamento que o FMI pretende que seja revertida. Em termos práticos, Angola vende todos os meses petróleo à China e uma parte do dinheiro fica na- quele país para abater na dívida, desconhecendo-se as condições deste tipo de acordos.

Além da China, o Executivo está também a negociar com outros credores internacionais a suspensão temporária dos pagamentos. O *Expansão* apurou que o Fundo Monetário Internacional (FMI) tem estado empenhado nestas negociações, uma vez que só

assim estará assegurada a sustentabilidade da dívida angolana, que ronda os 120% do PIE, numa fase em que todas as economias do mundo estão a 'sofrer' os efeitos da pandemia e em que, quer os países, quer os investidores se têm mostrado avessos a novos empréstimos. E porque também se prepara para aumentar os apoios financeiros ao País. Segundo a consultora Eurasia, o "FMI vai provavelmente esperar um compromisso firme da China sobre o congelamento de todos os pagamentos da dívida antes de reconsiderar o tamanho e a estrutura do programa de ajuda financeira a Angola, no valor de 3,7 mil milhões USD". Por outro lado, a consultora Capital Economico escreveu esta semana que "parece que o FMI empurrou Angola para uma reestruturação da dívida. O Fundo deve ter determinado que a dívida pública é insustentável e que Angola só pode receber mais dinheiro se reestruturar a sua dívida".

"Há, de facto, um possível problema com a sustentabilidade da dívida, que só é possível com uma renegociação com os actuais credores. Daí o FMI estar envolvido nesta questão. Até para eles próprios poderem emprestar mais dinheiro a Angola", adiantou ao *Expansão* um consultor internacional, que solicitou anonimato. "Falta é saber se a negociação da dívida com a China chega, mas será sempre um bom cartão-de-visita para negociações com outros credores", acrescentou. Kwanza ganha com suspensão da dívida

Também o economista Alves da Rocha admite que as negociações com a China "são um bom começo", mas não chega, já que também o FMI terá de redefinir a sua actuação no âmbito do programa que desenvolve no País. "Espero que o FMI já tenha percebido que este não é o caminho. Tem de ser um ajustamento inovador. O FMI tem de encontrar a solução para uma estabilização macroeconómica inovadora. Há miséria em Angola. Tem de se alterar prioridades, o saldo orçamental não pode ser prioridade neste contexto", revela.

A suspensão de pagamentos juros e amortizações de parte da dívida a credores externos terá como efeitos positivos não só uma menor necessidade de novos financiamentos para pagar essas dívidas, mas também permite reter mais moeda estrangeira no País. Desta forma, admitem os analistas, haverá uma tendência de valorização da moeda nacional face às estrangeiras, quebrando a tendência de depreciação iniciada em 2018, que já levou à queda em 71 % do valor do kwanza face ao dólar. "As Reservas internacionais Líquidas já poderão ter outro tipo de utilização, na medida em que o esforço de amortização fica diluído no tempo", refere Alves da Rocha. No entanto, o também coordenador do Centro de Estudos e

Investigação Científica (CEIC) da Universidade Católica de Angola alerta que terão de ser feitos esforços no sentido de aumentar a produção nacional para aumentar o PIB. "O que verdadeiramente conta para a valorização de uma moeda nacional é a produção nacional e esta nem está diversificada nem a aumentar. Por via da negociação da dívida pública externa, esses sinais de atenuação do processo de desvalorização podem acontecer neste início, mas se não tem suporte na produção nacional acabaremos por voltar ao mesmo processo de desvalorização", sublinha.

De acordo com o relatório de 'fundamentação do Orçamento Geral do Estado 2020, Angola teria de pagar este ano 3,1 biliões Kz em amortizações de dívida externa, o equivalente a 5,3 mil milhões USD à taxa de câmbio actual.

13.6 País continua a receber material da China

Jornal de Angola
20 De Junho de 2020

O país voltou a receber ontem mais 19 toneladas de material diverso de biossegurança e equipamento hospitalar, para o reforço da prevenção e combate à Covid-19.

Do contingente chegaram ventiladores, testes para diagnóstico da doença, camas hospitalares, fatos, viseiras e óculos de protecção, bem como meios de protecção individual, como parte de um lote de 380 toneladas que o Executivo angolano adquiriu à República Popular da China.

Em declarações à imprensa no acto da recepção da mercadoria, no Aeroporto Internacional 4 de Fevereiro, o secretário de Estado para a Área Hospitalar, Leonardo Inocêncio, disse que o país já recebeu 355 toneladas de material de biossegurança.

"Este é o décimo quinto voo e já recebemos 355 toneladas de material diverso, para reforçar a capacidade de diagnóstico e tratamento da doença, assim como para manter a protecção individual dos técnicos e pacientes", informou.

Questionado sobre a situação no Cuanza-Norte, o secretário de Estado para a Área Hospitalar disse que a província foi reforçada com zaragatoas para os testes e estão a ser acompanhados os contactos dos contactos, em virtude dos casos registados nos últimos dias.

13.7 Deputada aborda pandemia com o embaixador da China

Jornal de Angola
24 De Junho de 2020

A necessidade de se debelar a Covid-19 em Angola e o perdão da dívida dos países africanos com a República Popular da China centralizaram, ontem, a audiência entre a deputada angolana Josefina Pitra Diakité e o embaixador daquele país, Gong Tao.

Em declarações à Angop, no final do encontro a pedido da parte chinesa, a parlamentar informou que o mesmo permitiu analisar o impacto da pandemia em Angola e no Mundo, assim como os esforços deste parceiro para neutralizar a doença no globo e, particularmente, em África. A presidente da 3ª Comissão de Relações Exteriores, Cooperação Internacional e Comunidades Angolanas da Assembleia Nacional lembrou que, neste mês, a Cimeira China/África incidiu sobre este assunto em solidariedade com os Estados afectados com a Covid-19 e estratégias conjuntas para o combate.

"Basicamente, o que ficou patente é o trabalho contínuo em observância às medidas da Organização Mundial da Saúde (OMS) e do Governo angolano, naquilo que foi a experiência da China", explicou a deputada à Assembleia Nacional. Josefina Pitra Diakité destacou, por outro lado, a abordagem das duas entidades sobre as perspectivas da China em relação a um possível perdão da dívida dos países africanos de uma forma geral.

Mas também, prosseguiu, "tratamos do apelo que a China faz para que as instituições internacionais financeiras e outros parceiros possam enveredar pela desculpa da dívida para aliviar as grandes dificuldades que os países africanos vão enfrentando em consequência da pandemia". A deputada foi informada, também, da vacina que o país asiático está a desenvolver para combater o novo coronavírus.

13.8 Chineses investem 100 milhões USD em Quilengues

Jornal Expansão
26 De Junho de 2020

Um grupo de empresários chineses detentores da sociedade Niobonga que trabalha em parceria com a Ferrangol, vai investir 100 milhões USD para a exploração de "nióbio" no município de Quilengues, na província da Huíla.

Segundo o administrador municipal, Adriano Pedro, a exploração deste mineiro arranca no segundo semestre deste ano, sendo que a sociedade Niobonga levou dois anos para fazer a prospecção que permitiu a recolha de amostras que confirmaram a qualidade do minério na região. O responsável explicou que o nióbio é um mineral raro usado para o fabrico de centrais eléctricas, aviões, naves espaciais. Usa-se também para a indústria electrónica, produção de ligas de aço e mísseis. A mina de Quilengues tem uma extensão de 160 km no complexo "carbonatito" de Bonga e "Tchivira".

"No âmbito da responsabilidade social, a empresa mineira deve garantir a construção de escolas, centros de saúde e outras infraestruturas para a melhoria das condições de vida da população naquela região.

V.P.